

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**INSTRUMENTO DE CONTROLE E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA TOMADA DE CONTAS
ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE**

TRABALHO DE FINAL DE CURSO APRESENTADO À ESCOLA BRASILEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE

AISLAN DE SOUZA COELHO

RIO DE JANEIRO
2021

AISLAN DE SOUZA COELHO

**INSTRUMENTO DE CONTROLE E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA TOMADA DE CONTAS
ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), como requisito para o grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Diego de Faveri Pereira Lima

Rio de Janeiro
2021

Coelho, Aislan de Souza

Instrumento de controle e recuperação de recursos financeiros: uma análise sobre a eficácia da tomada de contas especial nos municípios do Norte Fluminense / Aislan de Souza Coelho. – 2021.
150 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa.

Orientador: Diego de Faveri Pereira Lima.

Inclui bibliografia.

1. Tomada de contas – Norte Fluminense (RJ : Mesorregião). 2. Responsabilidade do Estado – Norte Fluminense (RJ : Mesorregião). 3. Finanças públicas – Norte Fluminense (RJ : Mesoregião). 4. Administração pública – Norte Fluminense (RJ : Mesorregião). I. Lima, Diego de Faveri Pereira. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. III. Título.

CDD – 336.81

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS**

AISLAN DE SOUZA COELHO

“INSTRUMENTO DE CONTROLE E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE”.

DISSERTAÇÃO APRESENTADO(A) AO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE(A) EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

DATA DA DEFESA: 30/07/2021

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROFº DIEGO DE FAVERI PEREIRA LIMA

**PROFº DIEGO DE FAVERI PEREIRA LIMA
ORIENTADOR(A)**

**PROFº BERNARDO DE ABREU GUELBER FAJARDO
MEMBRO INTERNO**

**PROFº RICARDO CARNEIRO
MEMBRO EXTERNO**

RIO DE JANEIRO, 30 DE JULHO DE 2021.

**PROFº/ª FLAVIO CARVALHO DE VASCONCELOS
DIRETOR(A)**

**PROFº ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

DEDICATÓRIA

À Deus pelo dom da vida, pela bênção desta conquista, pela fé inabalável ajudando-me a superar todos os obstáculos, a vencer os meus medos e cansaços e, principalmente, protegendo-me ao longo dessa desafiadora jornada.

Aos meus pais, Luiz Alberto e Diana pelo amor, compreensão pelas ausências e pelo incentivo incondicional para seguir adiante.

À minha irmã Andrezza e grande incentivadora, pela grande contribuição para realização deste trabalho e por estar sempre disposta a ajudar e se realizar em cada conquista.

À minha companheira Carolina pelo amor, apoio e dedicação ao longo dessa trajetória, estando presente, cuidando de nossa Betina, suprimindo minhas ausências, encorajando-me para continuar firme e forte na busca dessa e de outras conquistas

Aos meus queridos sobrinhos Stephanie e Luiz Gabriel que hoje podem não entender pela imaturidade mas que no futuro entenderão o quanto foram importantes nesta trajetória.

Aos amigos de classe e professores, que mesmo com toda distância se fizeram presentes e enriqueceram de maneira imensurável e prazerosa toda caminhada mesmo diante de todo contato ceifado pela pandemia.

Ao amigo e irmão Rodrigo Bacellar pelo incentivo, amizade e pelas oportunidades de por em prática todo conhecimento em busca da melhoria dos serviços públicos em prol da coletividade.

Aos colegas de trabalho pelo carinho, compreensão e colaboração de todos nesta trajetória.

Ao professor e orientador Dr. Diego de Faveri pela confiança e contribuição ao longo deste trabalho, sempre disposto a compreender e ajudar compartilhando toda sua experiência e conhecimento.

Ao meu grande amigo Vicente Martins, *in memoriam*, por ter estado presente no início desta caminhada, por todos os ensinamentos e sabedoria compartilhadas, que foram e serão fundamentais para minha evolução.

Agradeço a todos os colaboradores da Fundação Getúlio Vargas pela excelência na atenção e comprometimento com o curso.

“A experiência eterna mostra que todo homem que tem poder é tentado a abusar do poder; vai até onde encontra limites. Quem o diria! A própria virtude tem necessidade de limites. Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”.
(Montesquieu)

RESUMO

Objetivo: o objetivo principal deste estudo consiste em verificar, se o processo de tomada de contas especial é um instrumento de controle e recuperação de recursos econômicos eficaz a partir dos resultados alcançados pelos Municípios do Norte fluminense.

Metodologia: Foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais, de relatórios de auditoria e votos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Além disto, houve coleta de dados junto às Prefeituras a fim de obter dados capazes de apresentar os resultados econômicos dos processos de tomada de contas especial instaurados pelos Municípios do Norte Fluminense.

Resultados: os resultados indicam que há deficiências na transparência dos Municípios consultados, especialmente em razão do descumprimento de prazo legal e pela fragilidade na consolidação dos dados fornecidos com base na Lei de Acesso a Informação. Além disto a gestão dos documentos públicos e os critérios de seleção e designação das Comissões se revelaram fatores que influenciaram nos resultados econômicos alcançados pelos processos de tomada de contas especial. Finalmente, os resultados econômicos dos processos de tomada de contas especial se mostraram pouco significativos comprometendo portanto a eficácia do processo.

Limitações: a pesquisa é limitada no que se refere a fase coleta de dados porque nenhum Município do Norte fluminense possui as informações tanto em relação a tramitação e detalhamento quanto em relação aos resultados alcançados pelos processos de tomada de contas especial de forma consolidada. Quanto a apresentação das informações os Municípios de Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu e São Fidélis, não apresentaram respostas aos itens solicitados, descumprindo a LAI. Além disto, a recusa de fornecer dados pelo TCE/RJ, fundada na Resolução nº 275/2013 evidenciou divergências entre o banco de dados do TCE/RJ e os dados fornecidos pelos Municípios.

Contribuições práticas: os resultados podem contribuir de forma prática para que os gestores municipais atentem para o potencial e consigam envidar esforços para que os processos de tomada de contas especial sejam desenvolvidos de forma a proporcionar melhores resultados na recuperação de recursos econômicos. Ademais promover a capacitação contínua dos servidores e aprimorar a gestão dos documentos públicos são medidas necessárias para viabilizar que o órgão de controle interno do Município consiga assegurar que os objetivos dos processos de tomada de contas especial sejam de fato alcançados.

Contribuições sociais: o estudo pode contribuir para o aumento da *accountability*, da transparência na gestão dos Municípios e na adoção de medidas de avaliação sobre os resultados econômicos da tomada de contas especial a fim de oferecer aos órgãos de controle elementos suficientes para analisar se a obrigatoriedade deste mecanismo para fins de recuperação de recurso se justifica.

Originalidade: o trabalho avança em um campo pouco explorado de investigação na área dos estudos sobre tomada de contas especial ao tratar do resultado econômico alcançados por este mecanismo de *accountability* sob a ótica dos Municípios realizando a análise dos dados disponibilizados principalmente pelos Municípios e pelo TCE/RJ.

Palavras-chave: *accountability*, tomada de contas especial, eficácia

Categoria do artigo: Dissertação de Mestrado

ABSTRACT

Purpose: the main objective of this study is to verify if the special accounting process is an effective instrument for control and recovering economic resources effective from the results achieved by the cities in the northern region of the state of Rio de Janeiro.

Methodology: Bibliographic and documentary research, audit reports and votes of the Court of Auditors of the State of Rio de Janeiro were carried out. In addition, data were collected from City Halls in order to obtain data capable of presenting the economic results of the special accounting processes instituted by the cities in the northern region of the state of Rio de Janeiro.

Findings: the results indicate that there are deficiencies in the transparency of the cities consulted, especially due to non-compliance with the legal deadline and the fragility in the consolidation of data provided based on the Law on Access to Information. In addition, the management of public documents and the criteria for selection and appointment of the Committees are revealed factors that influenced the economic results achieved by the special accounting processes. Finally, the economic results of the special accounting processes proved to be of little significant, thus compromising the effectiveness of the process.

Limitations: The research is limited with regard to the data collection phase because no city in northern region of Rio de Janeiro has the information both in terms of processing and detailing and in relation to the results achieved by the special accounting processes in a consolidated manner. As for the presentation of information, the cities of Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu and São Fidélis did not present responses to the requested items, not complying with the Law on Access to Information. In addition, the refusal to provide data by the TCE/RJ, based on Resolution N°. 275/2013, evidenced divergences between the TCE/RJ database and the data provided by the cities.

Practical implications: the results can contribute in a practical way so that cities managers pay attention to the potential and to be able to make efforts so that the special accounting processes are developed in order to provide better results in the recovery of economic resources. Furthermore, promoting the continuous training of employees and improving the management of public documents are necessary measures to enable the of the city internal control body to ensure that the objectives of the special accounting processes are actually achieved.

Social implications: the study can contribute to increased accountability, transparency in the management of cities and the adoption of measures to assess the economic results of special accounting in order to provide the control bodies with sufficient elements to analyze whether the mandatory of this mechanism for the purpose of recovery of resources is justified.

Originality: the work advances into an underexplored field of investigation in the area of studies on special accountability by dealing with the economic result achieved by this accountability mechanism from the perspective of the cities, analyzing the data made available mainly by the cities and by the TCE/ RJ

Keywords: accountability, special account, effectiveness

Paper category: Master's thesis

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação entre os modelos de administração e formas de *accountability*

Quadro 2 – Comparativo entre os tipos de *accountability*

Quadro 3 – Comparativo de processos quanto a finalidade

Quadro 4 – Indicadores de eficácia dos resultados obtidos nas Tomada de Contas Especial

Quadro 5 – Indicadores econômicos dos Municípios adotados pelo TCE/RJ

Quadro 6 – Prazo de atendimento dos requerimentos de informação

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores globais dos processos de tomada de contas especial dos Município do Norte fluminense

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo de dados sobre a Região Norte fluminense

Tabela 2 – Representatividade dos processos dos Municípios do Norte fluminense

Tabela 3 – Processo de Tomada de Contas Especial devolvidos aos Municípios

Tabela 4 – Processo de Tomada de Contas Especial julgadas iliquidáveis ou com trancamento

Tabela 5 – Processos instaurados pela Controladoria – Campos dos Goytacazes

Tabela 6 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – Campos dos Goytacazes

Tabela 7 – Dados orçamentários – Campos dos Goytacazes

Tabela 8 – Processos instaurados pela Controladoria – São João da Barra

Tabela 9 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – São João da Barra

Tabela 10 – Dados orçamentários – São João da Barra

Tabela 11 – Processos instaurados pela Controladoria – Quissamã

Tabela 12 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – Quissamã

Tabela 13 – Dados orçamentários – Quissamã

Tabela 14 – Processos instaurados pela Controladoria – Macaé

Tabela 15 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – Macaé

Tabela 16 – Dados orçamentários – Macaé

Tabela 17 – Processos instaurados pela Controladoria – São Francisco de Itabapoana

Tabela 18 – Dados orçamentários – São Francisco de Itabapoana

Tabela 19 – Processos instaurados pela Controladoria - Carapebus

Tabela 20 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial - Carapebus

Tabela 21 – Dados orçamentários – Carapebus

Tabela 22 – Dados orçamentários – Cardoso Moreira

Tabela 23 – Dados orçamentários referentes - Conceição de Macabu

Tabela 24 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – Conceição de Macabu

Tabela 25 – Dados orçamentários – São Fidélis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma simplificado do Processo de Tomada de Contas Especial

LISTA DE SIGLAS

AgRg	Agravo Regimental
APT	Administração Pública Tradicional
AREsp	Agravo Interno no Agrado em Recurso Especial
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
IFAC	Federação Internacional de Contadores
INTOSAI	International Organization of Supreme Audit Institutions
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITAI	Índice de Transparência e Acesso à Informação
ISS	Imposto sobre Serviços
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOTUCU	Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União
MPERJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
NGP	Nova Gestão Pública
NSP	Novo Serviço Público
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
P.I.B.	Produto Interno Bruto
TCE/RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1. O conceito de controle na administração pública	16
2.2. O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas	19
2.3. O conceito de accountability	21
2.3.1. As dimensões, mecanismos e classificações de <i>accountability</i>	25
2.4. O conceito de tomada de contas especial	29
2.4.1. As fases e aspectos formais da tomada de contas especial	32
3. MÉTODOS	40
3.1. População e amostra	41
3.1.1. Perfil da amostra	41
3.1.1.1. Campos dos Goytacazes	46
3.1.1.2. São João da Barra	49
3.1.1.3. Quissamã	51
3.1.1.4. Macaé	53
3.1.1.5. São Francisco de Itabapoana	55
3.1.1.6. Carapebus	57
3.1.1.7. Cardoso Moreira	59
3.1.1.8. Conceição de Macabu	60
3.1.1.9. São Fidélis	62
3.2. Coleta de dados dos Processos de Tomada de Contas Especial instaurados pelos Municípios do Norte fluminense no período de 2015 a 2020	63
4. RESULTADOS	68
4.1. Campos dos Goytacazes	68
4.2. São João da Barra	69
4.3. Quissamã	69
4.4. Macaé	70
4.5. São Francisco de Itabapoana	71
4.6. Carapebus	72
4.7. Conceição de Macabu	72
4.8. Cardoso Moreira	73
4.9. São Fidélis	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	84

1. INTRODUÇÃO

Os Municípios são os entes responsáveis por disponibilizar à população local os serviços públicos como previsto no artigo 23 Constituição Federal, especialmente aqueles relativos aos direitos sociais como: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados etc. (Brasil, 1988)

Ocorre que para a prestação destes serviços, estes entes contam com diversas limitações financeiras em razão da indisponibilidade de recursos financeiros necessários, que geralmente se sustentam da receita tributária, transferências da União e do Estado. E, nos casos dos Municípios do Norte fluminense, especialmente dos *royalties* decorrentes da exploração de petróleo no litoral (TCE, 2020).

Este cenário de escassez de recursos é histórico e a cada ano se agrava, na medida em que o aumento da manutenção da máquina pública compromete em alguns Municípios cerca de 91,73% da sua receita corrente limitando significativamente o potencial de investimento dos Municípios, o que inviabiliza o cumprimento de suas obrigações constitucionais (TCE, 2020).

Diante desta realidade, fortalecer os instrumentos de controle da administração e os mecanismos disponíveis para preservação e recuperação dos recursos públicos tornou-se interesse central na gestão da coisa pública com a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/98, que versa dentre outros temas sobre as alterações dos artigos 37 e 70 da CF/88 relacionados ao controle na administração e a inclusão da eficiência como princípio da administração pública.

Quanto ao controle da administração, a Constituição Federal de 88 determina em seus artigos 70 a 75 a função dos controles interno e externo na fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Administração Pública, estabelecendo maior poder de controle tanto da sociedade quanto das instituições imbuídas de tal poder, exigindo dos gestores maior capacidade de proporcionar serviços públicos de qualidade e responsabilidade sobre os seus resultados (Brasil, 2018).

A mudança deste paradigma, que objetiva aprimorar as ferramentas de controle e a busca pela eficiência no setor público, foi uma demanda da sociedade e impôs aos gestores públicos e à própria sociedade novos padrões de responsabilidade, conferindo maior participação ao cidadão no dever de fiscalizar a adequada aplicação dos recursos (Vuolo, 2018).

Prova disto, se deu com o destaque dado pela EC 19/98, ao elevar o controle da administração como elemento fundamental no fortalecimento da sua atuação instituindo a *accountability* no parágrafo único do artigo 70, estabelecendo o dever dos gestores de prestar contas de suas ações, apresentando respostas à coletividade de forma a alcançar os resultados com eficiência, eficácia e efetividade (Schedler, 1999).

Diante desta obrigação de prestar contas, a Tomada de Contas Especial regulamentada no âmbito estadual pela Lei Complementar nº 63/90 e pela Deliberação TCE/RJ nº 279/17; de competência do órgão central de controle interno dos Municípios; surge como um instrumento de *accountability* que visa fiscalizar a regularidade na aplicação dos recursos próprios e aqueles transferidos pela União e Estado de forma que, constatada qualquer irregularidade, este deve ser utilizado para responsabilizar o gestor público e recuperar os recursos econômicos aplicados de maneira indevida.

Mesmo sendo um dever constitucional de controle, raros são os estudos e avaliações sobre a tomada de contas especial. Em razão disto, considerando que até então os esforços dos estudos se concentraram na tramitação processual sob a ótica da eficiência dos Tribunais de Contas, o presente estudo destacará a necessidade de aprimoramento na formalização e condução do processo e abrangerá a análise da eficácia do processo como mecanismo de recuperação de recursos econômicos sob a ótica dos resultados alcançados pelos Municípios (Barros, 2017; Arraes et al., 2019).

Assim, com base nas ponderações anteriores surge a pergunta da pesquisa: O processo de tomada de contas especial como instrumento de controle tem se mostrado eficaz na recuperação dos recursos públicos utilizados de forma irregular?

Portanto, o objetivo geral desse trabalho é analisar em que medida o processo de tomada de contas especial como instrumento de controle tem sido utilizado na recuperação dos recursos públicos utilizados de forma irregular nos municípios jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em especial os do Norte do Estado do Rio de Janeiro (Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Carapebus, Quissamã, Cardoso Moreira, São João da Barra, Conceição de Macabu, São Fidélis e Macaé).

A escolha destes municípios se deu em razão da sua representatividade dentro do Estado do Rio de Janeiro em termos de população, Produto Interno Bruto (PIB), volume orçamentário, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nível de transparência da gestão etc. A região Norte fluminense tem 967.943 habitantes representando 5,6% da população do estado estimada em 17.366.189 pessoas (IBGE, 2020), é a terceira maior economia regional do estado, com o

Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 68 bilhões representando 10,3% do PIB estadual estimado em 659 bilhões (Firjan, 2018). A principal atividade econômica da região é a indústria ficando atrás apenas da Capital como maior polo, que representa 45,6% da participação do seu PIB (ou R\$ 31 bilhões), seguida do setor de serviços 33,82% (ou R\$ 23 bilhões) (Firjan, 2018). Outra motivação para a escolha é a familiaridade deste autor com o tema e seu conhecimento prévio sobre a realidade administrativa destes municípios em razão de atividades profissionais realizadas em alguns deles.

Para o desenvolvimento do estudo a coleta de dados foi subsidiada inicialmente por estudos desenvolvidos pelo IBGE, Ministério Público do Estado e pela FIRJAN. Além disto, para fins de discriminação do perfil do Estado e dos Municípios do norte fluminense foram realizadas coletas de dados com base nos estudos sócioeconômicos dos Municípios desenvolvidos no período de 2015 a 2020 pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, para acesso aos dados relativos aos processos de tomada de contas especial houve ampla busca e solicitação de dados junto ao TCE/RJ e às Controladorias dos Municípios com base na Lei de Acesso a Informação sendo necessário para isto apresentar reiterados pedidos até mesmo aos respectivos Prefeitos em todos os Municípios.

O estudo realizado traz em sua parte introdutória o contexto e abrangência do tema. No capítulo seguinte, o referencial teórico, explora os conceitos de controle, accountability, eficácia e tomada de contas especial, destacando ainda os aspectos formais do processo. No capítulo 3, apresenta a metodologia e os procedimentos para coleta e análise dos dados. Finalmente, no capítulo 4 são discutidos os resultados do estudo, culminando nas considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos realizados sobre o tema – eficácia do processo tomada de contas especial – até então enfatizaram em sua maioria os aspectos legais que regem este instrumento de controle da administração, e visando desenvolver uma análise sobre a eficácia deste mecanismo se faz necessário o estudo sistematizado de elementos que estão intimamente relacionados (Barros, 2017; Quintão, 2014).

Para isto, sem ignorar os aspectos legais que são indissociáveis ao tema, o estudo destacará o conceito de controle, a *accountability* e suas dimensões, função, finalidade da tomada de contas especial como mecanismo de controle, estabelecendo sua importância no contexto da *accountability* e apresentando, ainda, a dinâmica técnico-formal do processo de tomada de contas especial.

Como responsáveis pela condução deste processo, as atuações dos órgãos de controle interno dos Municípios e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro receberão destaque. A Constituição Federal reserva a estes tanto a competência para sua instrução como o papel de avaliadores da eficiência, eficácia e efetividade dos atos da administração pública.

2.1. O conceito de controle na administração pública

A definição de controle na administração pública e o modelo gerencial vigente no Brasil advém das mudanças da sociedade, que se refletem nos aspectos políticos, da gestão e do arcabouço jurídico (Vuolo, 2008).

O controle se apresenta como uma atividade de Estado e não de Governo, portanto, o seu desenvolvimento, mais do que uma obrigação legal, conforme previsto no artigo 70 da Constituição Federal, se torna uma questão essencial na gestão com natureza vinculante, não ficando condicionado à análise da conveniência ou oportunidade do gestor (Brasil, 1998).

Esta atividade estatal advém do princípio da autotutela administrativa que consiste no exercício de controle sobre os próprios atos da administração, de forma que esta tem a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário.

Portanto, a autotutela é uma decorrência do princípio da legalidade assim, se a Administração Pública está sujeita à lei; lhe cabe, controlá-la. (Di Pietro, 2008).

A tutela da coisa pública não se limita às coisas físicas do Estado, mas também ao mal uso ou desvirtuamento do uso por parte de terceiros que possam deteriorá-la, indo além por ter o condão de reaver o bem público daquele que o detém ilicitamente (Di Pietro, 2008; Cretella Júnior, 1973).

A apropriação da coisa pública é uma herança histórica marcada pela criação de cargos em prol de interesses privados, pelas práticas patrimonialistas que integraram as instituições, sendo preservado até os dias atuais importantes marcas deste patrimonialismo como a impessoalidade nas relações, a padronização de procedimentos e a divisão do trabalho (Faoro, 1975; Campelo, 2010; Muzzio *et al*, 2013).

Diante de tais colocações, é possível identificar a incidência do princípio da probidade administrativa, que intimamente relacionado ao da moralidade exige que o agente público atue de forma honesta, com boa-fé e em observância ao interesse coletivo, de forma que, qualquer ação em sentido contrário configurará a improbidade administrativa e a imoralidade pelo dano ao erário (Figueiredo, 2009; Silva, 2003).

Visando fortalecer tais princípios e atender a necessidade de incluir medidas inovadoras e promover uma reforma no aparelho do Estado brasileiro, em 1998, a Emenda Constitucional nº 19 estabeleceu uma reforma na administração pública que passou do modelo burocrático para o gerencial tendo como destaques as inclusões do dever de prestar contas a e do princípio da eficiência como norteadora das ações do poder público (Cardoso, 2015).

O princípio da eficiência impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia, sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social (Brasil, 1988).

Na busca por esta eficiência, com recursos cada vez mais limitados e tendo a obrigação de maximizar resultados a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, incluiu como premissas à atuação da administração, planejamento, controle, transparência e responsabilização. Essa inclusão transforma as concepções de gestão fiscal responsável, de eficiência e de eficácia dos gestores no trato da coisa pública, aumentando a participação da sociedade e principalmente introduzindo na cultura das instituições os conceitos de qualidade, produtividade, resultados, responsabilidade dos funcionários, entre outros (Brasil, 2000).

Neste contexto, o controle na administração pública, também ganha destaque ao assumir papel relevante na gestão gerencial voltada ao resultado, sendo compreendido como um princípio administrativo material, tutelar e autotutelar da administração com o escopo de vigilância, orientação e correção, prévia e posterior de atos administrativos, decisões e atividades materiais de administração (Castro, 2007).

Os controles internos englobam a estrutura da administração pública e pode ser executado, como delimitado no artigo 70 da CRFB/88, pela realização dos controles contábeis e administrativos sendo que enquanto os contábeis se referem a salvaguarda do patrimônio e veracidade das informações contábeis os administrativos abrangem todos os métodos e procedimentos que visam à adesão das políticas estratégicas e à eficiência operacional da organização (Silva, 2002)

Distinguir controle interno e controladoria é um ponto pertinente para os objetivos deste estudo, na medida em que a controladoria é o órgão administrativo estruturado para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança à consecução da missão da administração municipal.

Dentre suas atribuições encontramos a responsabilidade pelo desenvolvimento técnico da gestão com os objetivos estratégicos de levar a administração à eficiência, eficácia e efetividade alinhando o fluxo de informações e seus objetivos, tendo a transparência e *accountability* seus pilares.

Enquanto controle interno é o sistema adotado pela estrutura administrativa para controle, fiscalização e avaliação (Silva, 2002; Intosai, 2007).

Portanto, à luz das atribuições previstas nos artigos 70 a 75 da Carta Magna de 1988, se conclui ainda que o objetivo do controle interno é criar as condições indispensáveis ao controle externo de forma que ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverão estes dar ciência ao órgão de controle externo, como: o Tribunal de Contas, Ministério Público, dentre outros, que adotarão as medidas cabíveis; sob pena de responsabilização solidária daquele que agir de forma omissa; assegurando a regularidade e equilíbrio das finanças públicas para estas sejam preservadas, dentro de um controle de legalidade, conveniência e oportunidade (Aguilar, 2011).

Assim sendo, o propósito da realização do controle em todas as suas modalidades conduz para a verificação da conduta da administração de forma a monitorar se estas alcançarão seus resultados com eficácia, refletindo de fato os objetivos da administração, além disto a função corretiva para sanar e reparar as falhas constatadas assume importância indissociável dos propósitos de toda instituição pública sob a batuta do interesse público.

2.2. O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas

Inspirado no modelo italiano, o então Ministro Rui Barbosa institucionalizou no Brasil, através do Decreto nº 966-A de 07 de novembro de 1890, o Tribunal de Contas com o objetivo de apreciar a legalidade da despesa antes mesmo que fosse realizada, impedindo despesas ilegais. No entanto, esta função não foi posta em prática, tendo sido efetivada em 1893, na gestão do Ministro da Fazenda Inocêncio Serzedello Correa (Mileski, 2001).

Passadas as Constituições de 1891, 1937, 1946, 1967, o Tribunal de Contas evoluiu conforme a história superando e se moldando às diversas fases políticas brasileiras passando por períodos de democracia, populismo, ditadura etc., tendo suas funções muitas vezes limitadas (Lima, 2009)

A Constituição Federal de 1988 foi a responsável por operar uma revolução na sistemática do controle externo, ampliando seu papel, abrangendo o controle dos gastos sob os aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial reforçando o compromisso com os valores democráticos e com a transparência na gestão pública tendo em vista serem estes parâmetros importantes para avaliar o seu grau de democracia (Torres, 1993; Vuolo, 2008).

A atuação do Tribunal de Contas como mensurador da eficiência evoluiu ganhando caráter consultivo, judicante, fiscalizatório, informativo, sancionatório, normativo, corretivo e a função de ouvidoria, conforme regulamentado pela Lei Federal nº 8.443/92 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União - LOTCU), servindo, nestes tópicos, de paradigma para as Leis Orgânicas dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, como por exemplo aqueles refletidos na Lei Complementar nº 63/1990 dispõe sobre a Lei Orgânica do TCE-RJ e arrola as suas competências e funções.

A função consultiva do Tribunal de Contas consiste na assistência dada ao Poder Legislativo com a emissão de pareceres prévios sobre as contas dos chefes dos Poderes, e que subsidiam o Poder Legislativo na análise das contas de governo. Além disto, são admitidas consultas dos jurisdicionados sobre matéria relacionada à aplicação de leis e regulamentos, não criando nesta última hipótese vinculação às decisões da Corte, nos termos da Deliberação nº 276, de 29 de junho de 2017.

A função fiscalizadora compreende a realização de avaliação, inspeções e auditorias aos órgãos da administração direta e indireta dos três Poderes, tendo dentre seu escopo a verificação da legalidade de atos como de admissão e aposentadoria, transferências de recursos aos

Municípios e cumprimento dos parâmetros da LRF, nos termos da Deliberação nº 167, de 10 de dezembro de 1992.

Em relação a função judicante do Tribunal de Contas não há de se confundir com a função jurisdicional do Poder Judiciário, tendo em vista que sua competência se limita a julgar contas dos responsáveis pelo dinheiro, bens e valores públicos, cabendo aplicar conforme previsão constitucional as sanções cabíveis no caso de malversação do recurso público, com a aplicação de multa que serão destinadas por exemplo, conforme previsto na Lei Estadual nº 6.113/2011 ou com a imputação de débitos que após os respectivos processos de apuração com a observância do contraditório e ampla defesa terão a eficácia de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 71, § 3º da CRFB/88, tornando documento hábil para cobrança judicial e consequente ressarcimento ao erário.

O poder sancionador dos tribunais de contas, amparado constitucionalmente, nos termos do artigo 71, VIII da CRFB/88 é aquele que ganha maior destaque para sociedade, não apenas pelo caráter pedagógico, mas por ser aquele que efetivamente pune a ocorrência de desmandos e atos de má-gestão, com aplicação de multas, determinação de devolução de recursos ao erário, afastamento de gestores, decretação de indisponibilidade de bens, declarações de inidoneidade para contratar com a administração garantindo, ou buscam garantir, o restabelecimento do *status quo ante* da res pública e das boas práticas de governança (Vuolo, 2018).

A função informativa do Tribunal de Contas é a que se relaciona ao princípio da publicidade e transparência, tendo em vista que compete ao Tribunal prestar informações ao legislativo e manter, ampliar e aperfeiçoar constantemente sua comunicação com a sociedade, quer sejam por meios de publicação próprios como portal institucional, quer sejam por revistas, e relatórios dentre outros (Azêdo, 2008).

Quanto a sua função corretiva está amparada no artigo 71, IX e X da CF/88 e pode se dar pela fixação de prazos ao jurisdicionado para a adoção de providências para adequar procedimentos aos ditames legais e pela sustação de atos diante da omissão destes e quando se tratar de matérias relacionadas à contratos públicos deverá esta ser submetida ao Poder Legislativo para manifestação cabendo na hipótese de omissão ao Tribunal decidir a questão.

O poder normativo do Tribunal de Contas é limitado diante da competência do Poder Legislativo e se limita ao poder de regular matérias sobre a organização de processos que lhe serão submetidos ou matérias previstas em sua lei orgânica, desta forma, lhe faculta expedir instruções, atos normativos, portarias, deliberações entre outros, com força vinculante.

A função de ouvidoria dos tribunais é o que efetivamente o torna acessível ao cidadão,

aos órgãos de controle interno, partidos políticos, entidades representativas, garantindo a estes o direito constitucional de petição pelo qual viabiliza o encaminhamento de denúncias, representações sobre irregularidades em licitação, da atuação de servidores, sendo preservado o sigilo necessário para proteger o denunciante.

A ouvidoria possui autonomia técnica nas suas decisões e auxilia ainda com aperfeiçoamento de serviços e atividades públicas com o recebimento de críticas, sugestões, elogios, recebimento e processamento de pedidos fundados na Lei Federal nº 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação (LAI) – e na Lei de Proteção e Defesa dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos da Administração – Lei Federal nº 13.460/17.

Segundo o TCE-RJ, por exemplo, a missão da sua Ouvidoria consiste em “Promover a integração entre a sociedade e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, atendendo às demandas com transparência e respeito aos direitos do cidadão”, desta forma, garantir a participação reflete a prática da *accountability* na medida em que preserva a democracia e torna efetiva com a participação da sociedade para que os efeitos sejam produzidos (Schedler, 1999).

Diante destas funções, considerando as etapas realizadas para coleta de dados nesse estudo, que incluíram consulta à Ouvidoria do TCE/RJ, explicitar suas atribuições tornou-se relevante para compreensões do tema e do processo de desenvolvimento desta pesquisa.

2.3. O conceito de *accountability*

A deficiência na prestação das contas e a obrigação de informar e apresentar respostas à sociedade fortalece a necessidade dos mecanismos de *accountability* como forma de propiciar maior transparência do poder tornando público a gestão para realização do controle social da administração (Schedler, 1999; IPEA, 2010).

O controle do exercício do poder faz surgir na *accountability* dois aspectos importantes: a *answerability* como obrigação dos agentes responderem sobre seus atos de forma a fornecer os detalhes e as justificativas que levaram às condutas praticadas, pautado não somente pela legalidade, mas pela motivação da decisão tomada. E, por outro lado, o *enforcement* representando o papel das agências de imputar sanções e limitações de poder àqueles que violarem os deveres públicos (Buta *et al* apud Schedler, 2018).

Na literatura nacional não há um consenso sobre a definição do conceito de

accountability, sendo pacífico apenas que sua importância se dá pela necessidade de impor limites aos administradores públicos de forma que estes tenham a obrigação de prestar contas e de ser responsabilizados pelos seus atos (Xavier, 2011).

A divergência conceitual apontada por parte da literatura se dá tanto pela imprecisão do conceito que assim como o termo controle derivam do idioma francês e fora introduzido *ipsi literis* na literatura da administração pública quanto pela indefinição dos limites de sua aplicabilidade e estrutura interna que tornam seu conceito evasivo (Buta *et al* apud Schedler; Mulgan, 2000).

Por outro lado, ao recorrer a um vasto conteúdo de dicionários, o seu significado tem relacionado *accountability* ao binômio avaliação e responsabilização, ao qual reporta à obrigação e responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas nos termos da lei, estando em caso de descumprimento passível de ônus, ou seja, uma pena pela inobservância do dever (Rocha, 2011).

A *accountability* deve ser analisada em todo processo da gestão pública, como um processo contínuo de avaliação e responsabilização dos agentes públicos em razão dos poderes que lhes são delegados pela sociedade inicialmente partir do processo eleitoral que culmina na escolha popular de seus representantes, passando pela efetiva atuação destes agentes públicos e das respectivas instituições públicas resultando no dever de prestar contas ao controle não só da sociedade como também das organizações e da imprensa, que diante da ocorrência de atos contrários ao interesse público e eivados de ilegalidades importarão na imposição de sanções a estes agentes pelo descumprimento de seus deveres públicos (Schedler, 1999).

A responsabilidade na *accountability*, portanto, é composta por duas vertentes: a delegação de poderes ao agente para gerir recursos e a obrigação deste prestar contas aos delegantes, o que conduz a configuração da responsabilização nos termos dos artigos 186 e 187 da Lei nº 10.406/2002 mediante comprovação da conduta, do dano e do nexo causal, sendo dispensável portanto, a comprovação se o agente atuou com dolo ou culpa.

A análise da *accountability* na administração pública não se limita a determinado modelo de gestão assumindo diferentes dimensões conceituais de acordo com as abordagens teóricas desde seu início no modelo de administração pública tradicional, passando pela perspectiva da nova gestão pública e culminando no modelo de novo serviço público (Rocha, 2011).

Fruto do modelo burocrático, a administração pública tradicional distinguia os elementos política e administração, primando pela administração focada na geração de

resultados, eficiência e racionalização dos recursos pautados segundo critérios de transparência e responsabilidade de forma que, na hipótese de falhas decorrentes da execução de políticas, recairia sobre todos os agentes, eleitos ou não, a imputação da devida responsabilização (Salm e Menegasso, 2009; Behn, 1998).

A crítica sobre o modelo surge diante da fragilidade existente na avaliação dos resultados das políticas implementadas, pois a incapacidade de o modelo oferecer com precisão o alcance dos objetivos propostos, tornou perceptível o *déficit* de *accountability* institucional, tornando necessário o nascimento de um novo modelo de gestão pública (Salm e Menegasso, 2009).

No modelo da nova gestão pública, se destacou a ineficácia da burocracia instalada por priorizar o processo em detrimento do resultado o que se demonstrou insuficiente, além disto, a necessidade de realocar a posição do cidadão no relacionamento com a administração tal como consumidor e cliente do serviço público, sinalizou que a visão privada ganharia espaço, pois se pautava na visão de mercado e de resultado, abandonando definitivamente o modelo burocrático (Denhardt & Denhardt, 2007).

Sob a ótica do modelo, o foco seria o resultado do governo, ainda que fosse necessário flexibilizar padrões e normas, sem renunciar da necessidade da existência dos controles externos e de parâmetros objetivos de medição de resultados e de desempenho.

Ocorreu que, a discricionariedade exacerbada da administração neste modelo fragilizou a *accountability* institucional, ao considerar pouco relevante os aspectos legais e regulamentares. Além disto, a ausência de mecanismos explícitos de *accountability* social sobre as decisões políticas gerou *déficit* nesta, pois na medida em que se abre espaços para a subjetividade do administrador, se oportuniza pela própria natureza das decisões a prática de desvios de poder e de finalidade; afrontando assim, além dos critérios éticos, aspectos relativos à legalidade e moralidade administrativa (Behn, 1998).

Por fim, a participação do cidadão na tutela do interesse coletivo e no desenvolvimento foi contemplada pela implantação do Novo Modelo de Serviço Público – NSP, que teve o objetivo de aproximar cidadãos e gestores, não como uma relação de consumo mas sim como uma democracia participativa caracterizada pelo servir ao cidadão, pelo estímulo aos perfis de liderança, pela valorização da cidadania, pelo pensamento estratégico e pela atuação democrática com foco na valorização das pessoas e na prevenção de situações-problemas assegurando a capacidade do governo responder às demandas. (Bellone, Frederickson e Denhard, 2007).

Em contrapartida, as críticas sobre o modelo surgem em virtude da ausência de mecanismos de *accountability* referente às respostas, pois são estabelecidos novos valores aos servidores públicos, sem que haja clareza a quem estes deverão prestar contas de suas condutas, gerando uma incerteza da *accountability* institucional em relação aos servidores (Salm e Menegasso, 2009).

Assim, apesar do reconhecimento dos avanços e do espírito democrático destacável, as práticas administrativas se mostram frágeis segundo as críticas apresentadas pelos diversos autores estudados (vide Quadro 1) necessitando de contínua evolução e aprimoramento.

Quadro 1 – Relação entre os modelos de administração e formas de *accountability*

AUTORES	MODELO	ASPECTOS RELEVANTES	CRÍTICAS
SALM E MENEGASSO	APT	- foco na geração de resultados, eficiência e eficácia a partir de critérios de responsabilidade e transparência	- déficit de accountability institucional; - incapacidade da administração estabelecer objetivos e metas.
BEHN	APT	- separa a administração da política a partir de um modelo hierárquico; - responsabilização dos eleitos pela decisão política; - responsabilização dos demais agentes pela execução das políticas	
DENHARDT E DENHARDT	APT	- destaque para a accountability vertical sobre os políticos eleitos; - destaque para a accountability horizontal sobre os demais administradores	
BRESSER PEREIRA SALM & MENEGASSO	NGP	- foco no resultado; - cidadão deveria ser visto como um consumidor e cliente do serviço público	
DENHARDT	NGP	- administração pautada no modelo de administração privada; - foco na visão de mercado e resultado; - abandono do modelo burocrático e público	
BEHN	NGP	- relação entre as decisões políticas e implementações das políticas públicas; - indissociabilidade da administração - política e do Estado	
BELLONE FREDERICKSON DENHARDT	NSP	- inclusão do cidadão na formação da cidadania; - cidadão atuante na tutela do interesse coletivo	
DENHARD & DENHADT	NSP	- respeito aos preceitos legais e democráticos	
SALM E MENEGASSO	NSP		- déficit de accountability institucional a) ausência de clareza na prestação de contas da atuação dos servidores
DENHARDT	NSP		- déficit de accountability social: a) insuficiência de controles quanto a eficácia e resultados

Fonte: Elaborado pelo autor

2.3.1. As dimensões, mecanismos e classificações da *accountability*

A partir dos conceitos apresentados diante dos diferentes modelos de administração e da gama conceitual existente na literatura especializada (Quadro 1), torna-se necessário para melhor estruturação conceitual, analisar as dimensões da *accountability* a fim de avaliar os impactos e as influências de cada uma na determinação da tomada de contas especial como mecanismo de realização da *accountability* (vide Quadro 2).

A *accountability* é vertical quando advém de uma relação hierárquica onde existem as figuras de superiores e subordinados, agentes públicos e sociedade (Schedler, 2004).

Ao desconsiderar esta relação hierárquica estaremos diante da *accountability* eleitoral ou intraestatal que se divide em três tipos: a primeira que estabelece a relação ao qual um superior hierárquico designa um subordinado para determinada função; a segunda composta pelo sistema legal que limita a atuação dos agentes e está a cargo do judiciário e a terceira formada pelos órgãos imbuídos do poder de fiscalização e controle, como os controles internos e os tribunais de contas (Mainwaring, 2005).

A dimensão horizontal da *accountability* decorre da atuação de agências estatais que tem o direito e o poder legal estando de fato dispostas e capacitadas para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina, a sanções legais ou até o *impeachment* contra ações ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas; assim, sua atuação decorre da fiscalização de violação legal que pode acarretar a aplicação de sanções aos responsáveis (Dahl, 1997).

Entre estas dimensões, encontramos a dimensão oblíqua da *accountability*, que teria o poder de complementar a dimensão vertical por envolver as organizações da sociedade civil que possuem a capacidade de mobilizar grupos para defender seus interesses no processo político e de fortalecer a *accountability* horizontal por contribuir com as agências do Estado responsáveis pelos mecanismos de controle, (Schmitter, 2007).

Outras dimensões e mecanismos de *accountability* são aqueles marcados pela delegação podendo ser: hierárquica, de supervisão, fiscal e legal. A hierárquica decorre da relação dentro das organizações, a *accountability* de supervisão se aplica à relação entre organizações que se fiscalizam, a exemplo do Banco Mundial que está sujeita a fiscalização de um Estado ou de uma organização. No que se refere à alocação de recursos do Estado classificam os autores como *accountability* fiscal o controle e responsabilização do Estado sobre a gestão de recursos

financeiros concedidos e a legal que advém da submissão a parâmetros legais e normativos que em caso de violação resultarão na responsabilização perante os tribunais (Grant e Keohane, 2005).

Quanto aos mecanismos fundados na participação, a *accountability* pode ser de mercado, dos pares e de reputação pública. É de mercado aquela que se torna perceptível a partir da reação de investidores e consumidores perante o comportamento de determinado país ou organização diante de determinada política adotada. A *accountability* dos pares se dá pela avaliação mútua entre organizações de mesma natureza, que a partir dos resultados poderão contribuir positivamente ou comprometer a pactuação de parcerias e finalmente a *accountability* relativa a reputação pública que implicitamente compõe todas as modalidades e mecanismos de *accountability* pelo qual a reputação positiva ou negativa construída em razão dos resultados da atuação do agente será determinante para medição, por exemplo, dos níveis de confiança e transparência da gestão (Grant e Keohane, 2005).

Quando os atores sociais e estatais atuam de forma conjunta ampliando os objetivos do controle social, estamos diante da *accountability* societal ou social, transversal ou diagonal, em que o controle social se dá mediante articulação de ações de grupos e movimentos que atuam com a finalidade de municiar as agências de controle, como por exemplo Ministério Público, Tribunais de Contas com informações sobre as falhas da administração e das autoridades eleitas para que sejam devidamente apuradas e responsabilizadas (Smulovitz e Peruzzoti, 2003; Quinões, 2011; Lindeberg, 2013).

Outra dimensão relevante para o estudo é a da *accountability* legal que consiste na adoção de procedimentos e aplicação de punição previstas em lei por agentes imbuídos de tais poderes, tais como: Poder Judiciário, Corregedorias, órgãos de auditoria e controle interno, Tribunais de Contas, em face de agentes públicos pela prática de ato ilegal no exercício de suas funções, (Da Ros, 2019; Ang, 2017).

A atuação dos órgãos de controle interno e externo que aplicam as sanções pelo descumprimento legal, a exemplo dos Tribunais de Contas, resulta na denominada *accountability* legal administrativa que apresenta maior aplicabilidade e celeridade junto a órgãos competentes dando maior independência na condução processual, contribuindo assim para a sua efetividade e controle da corrupção (Bovens, 2007).

Finalmente, quanto a *accountability* legal esta pode ter natureza civil ou criminal, cabendo ao Poder Judiciário aplicar as sanções a fim de indenizar ou compensar e até mesmo

punir penalmente aqueles que tenham atuado em inobservância da lei configurado por atos típicos e antijurídicos (Mation, 2014; Da Ros, 2019).

A dimensão informacional surge das demandas de informações, em que ao agente público cabe apresentar “o que aconteceu, acontece e acontecerá” nas agências, quer seja de forma ativa ou passiva, contando que quanto melhor a qualidade da informação melhor será o controle, avaliação, supervisão e punição pelas agências (Philip *apud* Fontenelle, 2009).

À luz da lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – LAI, a transparência ativa se dá a partir da divulgação de informações por iniciativa do próprio órgão público, sem que haja solicitação pelo administrador, enquanto na transparência passiva, o cidadão só obtém as informações após requerer formalmente à Administração Pública.

Quanto ao aspecto temporal do controle da administração, pode se dar em momento anterior (*a priori*), concomitante ou *a posteriori*, diante disto, a *accountability* se relaciona com o dever de prestar contas posicionando seu momento como sendo a *posteriori* dos atos do governo, tendo em vista que a partir da atuação do gestor será possível mensurar os resultados alcançados e fazer cumprir o seu dever de informar (Santos, 1998).

É importante destacar a necessidade do equilíbrio na aplicação das sanções, pois, diante da ausência ou incompatibilidade da sanção aplicada por determinada esfera, como por exemplo: a administrativa, poderá acarretar na aplicação de uma sanção mais grave nas esferas civil ou criminal evidenciando desta forma a existência de falha no sistema de controle da administração em especial na execução da sua função sancionadora (Da Ros, 2009).

Portanto, a compreensão dos tipos consolidados no Quadro 2, somada à interação entre as modalidades de *accountability*, se torna fundamental para sua efetividade e para o fortalecimento dos controles como instrumento da democracia caso contrário, as dimensões poderão operar de forma deficiente comprometendo os avanços que a democracia necessita (Da Ros, 2009).

Quadro 2 – Comparativo entre os tipos de *accountability*

AUTORES	TIPO DE <i>ACCOUNTABILITY</i>	NÚCLEO CONCEITUAL
SCHEDLER	Vertical	Foco na relação delegante-delegatário, com responsabilização incondicionada à comprovação de culpa, portanto objetiva
BUTA	Vertical	Foco na responsabilização a partir da avaliação de desempenho

DAHL		Horizontal	Executada por agências do Estado com poderes de supervisão e de sanção
MAINWARING		Intraestado	Foco na relação entre agências de Estado sem equilíbrio de poder
SCHMITTER		Oblíquo	Foco tanto na relação principal-agente como entre agências de Estado
SMULOVITZ E PERUZZOTTI		Societal	Foco no movimento da sociedade civil e da mídia, atuando como principal na relação com a autoridade pública
GRANT E KEOHANE		Hierárquico	Foco nas relações entre superior e subordinado dentro das organizações
		Supervisão	Foco nas relações entre os Estados e os organismos multilaterais
		Fiscal	Foco na fiscalização de recursos financeiros gerenciado pelos organismos multilaterais
	ANG	Legal	Não considera como judicial em razão do controle legal não se restringir ao Poder Judiciário
		Mercado	Foco na relação entre investidores e consumidores e o mercado
		Pares	Foco na relação entre organizações homólogas
		Reputação Pública	Foco na reputação dos agentes
BOVENS		Legal administrativa	Realizada por órgãos de controle interno e externo que tem competência para sancionar por descumprimento de preceito legal (ex.: Tribunais de Contas)
MATION		Legal civil	Caracterizada pela aplicação de sanções civis pelo Poder Judiciário
DA ROS		Legal criminal	Aplicável às pessoas físicas, condicionada à comprovação de culpa, ou seja, natureza subjetiva.
SECCHI		a posteriori	Realizado com foco nos resultados e nos desempenhos
SANTOS		a priori	Realizado com caráter preventivo, antecedendo a conclusão ou operação
		sucessivo ou concomitante	Realizado durante a realização do ato de forma a verificar a regularidade de sua formação.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do modelo de Xavier (2011)

Diante das dimensões e classificações estudadas (Quadro 2) é possível classificar que o processo de tomada de contas especial possui natureza híbrida por conciliar elementos das formas vertical, social, diagonal, horizontal e intraestatal.

É vertical, social e diagonal na medida em que o processo de tomada de contas especial pode se resultar da atuação do cidadão a partir da apresentação de denúncias e representações de irregularidades praticadas pelos agentes públicos. E horizontal diante da atuação do Tribunal de Contas como órgão de controle externo, que detém o poder de fiscalização, capacidade técnica de controle e poder sancionador e, finalmente, é ainda intraestatal em razão da atuação dos órgãos de controle interno (Smulovitz e Peruzzotti, 2003; Lindeberg (2013); Mainwaring (2005)).

Quanto ao momento de sua realização, a tomada de contas especial surge como uma medida de exceção *a posteriori*, que deve ser adotada em caráter excepcional quando não for possível reparar o dano ao erário através de outros meios administrativos, sendo executada após a configuração do dano ao patrimônio público com o objetivo de tutelar o erário, responsabilizar aqueles agentes malversadores de recursos públicos e recuperar os recursos desviados.

Por fim, o processo de tomada de conta especial quanto aos resultados reflete os efeitos da *accountability* fiscal, judicial e legal administrativa, tendo em vista que a natureza fiscal se dá pelo tratamento conferido aos agentes em razão da gestão de recursos financeiros concedidos, é judicial por ser desenvolvido com a atuação conjunta dos órgãos de auditoria e controle interno e pelos Tribunais de Contas e tem a natureza legal administrativa em razão das sanções aplicadas pelos órgãos mencionados em razão de descumprimento de preceito legal, consolidando desta forma as ideias de Ang, Grant e Keohane, Taylor e Bovens (Quadro 2).

2.4. O conceito de tomada de contas especial

Diante do dever legal de vigilância, de zelo na gestão da coisa pública e especialmente de prestar contas do uso dos recursos públicos, cabe ao administrador adotar as medidas necessárias no sentido de restabelecer o *status quo* decorrente da falta de conhecimento da legislação, da desordem administrativa que acarreta a perda, extravio ou irregularidades que resultam na dilapidação do patrimônio público (Silva, 2015).

Previsto no ordenamento jurídico brasileiro desde a publicação do Decreto-lei nº 426/1938, que organizou o funcionamento do Tribunal de Contas, a obrigação de prestar contas vem sendo desde então aprimorada na legislação como no Decreto-lei nº 200/67 e no Decreto nº 93.872/86, que estabeleceram os limites de responsabilidade dos gestores, chegando através

da EC nº 19/98 a redação vigente do parágrafo único do artigo 70 da CF/88¹.

Conforme precedente do Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 24.961, sob a relatoria do Ministro Carlos Velloso: “a tomada de contas especial não consubstancia procedimento administrativo disciplinar. Tem por escopo a defesa da coisa pública, buscando o ressarcimento do dano causado ao erário”.

Para isto, os processos de tomada de contas consideram o conjunto de informações contábeis e gerenciais elaborados pelo órgão de contabilidade integrante do controle interno das prefeituras e do respectivo gestor responsável (Fernandes, 2004).

A tomada de contas se origina então da ação desempenhada pela Controladoria dos Municípios para apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade nas seguintes hipóteses previstas na Deliberação TCE/RJ nº 279/2017: *i* - omissão no dever de prestar contas ou a não comprovação da correta aplicação de recursos transferidos, a qualquer título, pela administração pública a terceiros; *ii*. ocorrência de desfalque, extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens públicos; *iii*. prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte ou possa resultar em danos ao erário e *iv*. concessão de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resulte ou possa resultar em danos ao erário, portanto, diante destas especificidades e finalidades o processo de tomada de contas especial se difere dos demais processos administrativos conforme Quadro 3 que segue:

Quadro 3 - Comparativo de processos quanto a finalidade

PROCESSO	OBJETIVO
INSPEÇÃO	verificar, <i>in loco</i> , dentre outras questões específicas: a execução de contratos; os pontos duvidosos ou omissões em processo em trânsito no Tribunal, ou o objeto de denúncias ou representações.
AUDITORIA	controlar a legalidade, a legitimidade, a adequação dos sistemas de controles internos e, ainda, a apuração dos resultados obtidos quanto aos aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da aplicação dos recursos públicos.
SINDICÂNCIA	coletar elementos indiciários ou probatórios quanto à materialidade e à autoria da infração disciplinar, e também para apurar condutas infracionais de servidores, passíveis de aplicação das penalidades.
PAD	destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

¹ Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.

REPRESENTAÇÃO / DENÚNCIA	buscar a identificação de servidor público envolvido em práticas irregulares ou ilegais, acompanhado de provas ou indícios mínimos de autoria.
AÇÃO DE IMPROBIDADE	reconhecer o ato de improbidade administrativa eventualmente praticado pelo agente público visando ao ressarcimento dos prejuízos causados ao erário, a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
AÇÃO DE RESSARCIMENTO	Ação judicial de caráter imprescritível das pretensões a serem ajuizadas em face de qualquer agente, servidor ou não, visando ao ressarcimento dos prejuízos causados ao erário.
TOMADA DE CONTAS COMUM	apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade que deixarem de prestar contas e das que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar, dano, ao erário, devidamente quantificado.
TOMADA DE CONTAS EX OFFICIO	ação determinada pelo Tribunal de Contas, a qualquer tempo, que converte processo em tomada de contas <i>ex officio</i> desde que presentes os requisitos legais.
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	ação determinada pelo Tribunal de Contas ou autoridade competente ao órgão central do controle interno, ou equivalente, para adotar providências, em caráter de urgência, nos casos previstos na legislação em vigor, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária do dano

Fonte: Elaborado pelo autor (TCE/RJ, 2002; TCE/RJ, 2010; TCE/RJ, 2020; Brasil, 1992)

Assim sendo, como medida de exceção que não se confunde com processos de responsabilidade funcional; como o Processo Administrativo Disciplinar - PAD e a Sindicância; conforme apresentado no Quadro 3, a tomada de contas especial é um processo administrativo devidamente formalizado com os objetivos de apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento (TCU, 2012).

Diante destes fins, ganha destaque neste estudo a eficácia deste processo a partir dos resultados alcançados na obtenção destes ressarcimentos, considerando que a eficácia deve ser medida considerando os resultados alcançados por determinada atividade, relacionando as metas estipuladas, ou seja, a recuperação integral dos recursos julgados pelo TCE/RJ como aplicados de forma irregular e as alcançadas que serão aqueles valores irregulares que foram de fato ressarcidos ao erário (Bio, 1996; Souza, 2008).

O grau de alcance das metas programadas em determinado período, é outro indicador considerado para medição da eficácia deste processo, se diferenciando da eficiência que considera a relação do produto gerado e dos custos e da efetividade que relaciona os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional (TCU, 2000).

2.4.1. As fases e aspectos formais da tomada de contas especial

Após identificação de indícios de irregularidade na aplicação dos recursos públicos realizados pelos Municípios, o TCE/RJ determina que suas Controladorias instaurem o respectivo processo de tomada de contas especial, que é dotada de duas fases: em sua fase interna em sua fase interna o processo é conduzido pelo órgão de controle interno tendo natureza verificadora e investigatória objetivando determinar a regularidade na aplicação de recursos. Já em sua fase externa o processo será julgado pelo Tribunal de Contas competente que poderá atribuir efeitos políticos, sancionadores e indenizatórios (Fernandes, 2015; Aguiar, 2005).

Nesta fase interna do processo, há a composição da Comissão de Tomada de Contas Especial, que nos termos do artigo 6º da Deliberação TCE/RJ nº 279/2017 será formada por servidores públicos, titulares de cargo ou emprego público, de provimento efetivo que não poderão compor o quadro de servidores do controle interno, tampouco estar envolvidos com os fatos apurados ou ter qualquer interesse no resultado da tomada e serão designados pelo responsável pelo órgão de controle interno mediante expedição de ato formal, devidamente publicado, competindo-lhes a formação, condução e instrução.

Diante desta competência, ganha relevância os critérios de seleção para composição da comissão a partir dos aspectos da capacidade, aptidão técnica e habilitação dos servidores designados, pois para a prática deste ato administrativo é necessário que o agente detenha capacidade jurídica, observância da inexistência de óbices à sua atuação e competência funcional para o exercício da atribuição (Santos, 2006).

Composta a Comissão, se inicia a etapa de instrução processual, quando ocorre a produção de provas, notificação das partes e apuração dos fatos para determinar a responsabilidade do agente público sob a ótica da configuração dos pressupostos de responsabilização, ou seja, a identificação da conduta culposa, do nexo de causalidade e do dano ao erário.

Para fins de responsabilização se faz necessária a existência do elemento subjetivo da conduta humana que poderá se dar pela conduta culposa ou dolosa do agente, será culposa aquela que violar o dever de cuidado sem a intenção de produzir o evento danoso, ao contrário do que ocorre na conduta dolosa, que é marcada pela intenção de produzir o prejuízo (Cavaliere Filho, 2015).

Em relação a tomada de contas especial e especialmente quanto a conduta do agente público, o Tribunal de Contas da União nos autos do Processo nº TC 005.590/2011-6 já decidiu que deverá ser adotado para análise da conduta o padrão do “homem médio, diligente e probo”,

considerando, portanto, a capacidade, o conhecimento, a aptidão, a prudência e a diligência esperadas dos mandatários públicos, que configurará a conduta ilícita intencional ou não ensejadora do dano ao erário.

Neste cenário, deve ser destacado ainda o denominado nexos de causalidade, que representa o pressuposto pelo qual a conduta do agente efetivamente contribuiu para a ocorrência do dano ao erário, desta forma, para a responsabilização não basta que a conduta do agente seja ilícita, tampouco que haja um dano ao erário, mas se torna imprescindível que haja a relação entre ambos (Barros, 2017).

Sob a relatoria do Ministro Teori Zavascki, nos autos do Recurso Especial nº 719.738 – RS o Supremo Tribunal Federal pacificou este entendimento:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO E O ATO ILÍCITO PRATICADO POR FORAGIDO DE INSTITUIÇÃO PRISIONAL. AUSÊNCIA.

[...]

A imputação de responsabilidade civil, portanto, supõe a presença de dois elementos de fato (a conduta do agente e o resultado danoso) e um elemento lógico-normativo, o nexos causal (que é lógico, porque consiste num elo referencial, numa relação de pertencibilidade, entre os elementos de fato; e é normativo, porque tem contornos e limites impostos pelo sistema de direito, segundo o qual a responsabilidade civil só se estabelece em relação aos efeitos diretos e imediatos causados pela conduta do agente). Relator Exmo. Sr. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, julgado em 16.09.2008) (destaque nosso)

O último elemento necessário à responsabilização é o dano ao erário que deve ser devidamente quantificado para a busca de seu ressarcimento nos termos da Lei Complementar nº 63/1990.

A quantificação do dano é relevante na medida em que a partir dele será definido inicialmente sobre cabimento ou não do processo, tendo em vista que pautado na racionalidade e no custo-benefício tais parâmetros são considerados pelos Tribunais de Contas para determinar a obrigatoriedade ou não da execução da fase externa do processo.

Para o TCE/RJ, nos termos do artigo 13, I e II da Deliberação nº 279/2017, estarão dispensadas de encaminhamento, além dos casos em que ocorre o recolhimento voluntário e devidamente atualizado do dano aos cofres públicos, aqueles processos em que o valor do débito atualizado for igual ou inferior a 20.000 UFIR-RJ, o que considerando o valor atual de R\$ 3,7053 perfaz a quantia de R\$ 74.106,00 (setenta e quatro mil, cento e seis reais), com a ressalva que o valor de alçada fixado não desobriga a autoridade competente de apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o respectivo ressarcimento, quer por

medidas administrativas ao seu alcance, quer por medidas judiciais requeridas ao órgão jurídico pertinente.

Em ato contínuo, apurados os pressupostos necessários e concluído o relatório final da Comissão, o órgão de controle interno realizará a análise criteriosa dos autos para elaboração do seu relatório e certificado de auditoria que levarão em conta o cumprimento das normas pertinentes a regularidade formal e material das contas, as medidas adotadas a fim de restabelecer a regularidade da execução da despesa, avaliar riscos, corrigir os erros e inibir reincidências. (TCE/RJ, 2017).

Concluída a fase interna, a tomada de contas especial deverá ser encaminhada pela autoridade responsável ao Tribunal de Contas, dando início à fase externa que nos termos do artigo 16 da Lei Complementar nº 63/90, poderá receber decisão preliminar, provisória ou definitiva que determinarão as consequências aos agentes responsáveis podendo gerar efeitos políticos, sancionatórios e reparatórios, ressaltando ser este último o objeto principal deste estudo, nestes termos:

Art. 16 - A decisão em processo de prestação ou tomada de contas pode ser:
 I - preliminar, a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, determinar diligências, ou ordenar a citação ou a notificação dos responsáveis, necessárias ao saneamento do processo;
 II - provisória, a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, nos termos do arts. 24² e 25, desta lei;
 III - definitiva, a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

Quanto aos efeitos políticos, o julgamento das contas consideradas irregulares, nos termos do artigo 1º, I, g da Lei Complementar nº 64/19903, resultará na restrição de direitos, como por exemplo pela declaração de inelegibilidade a cargos públicos.

Os efeitos sancionatórios se relacionam a punibilidade ao gestor que implicará na aplicação de multa que constituirão recursos do Fundo Estadual de Modernização do Controle Externo do TCE/RJ e que serão destinadas às finalidades previstas no artigo 2º da Lei Estadual nº 6.113/2011⁴, indenização ou inabilitação para o exercício de cargo ou função de confiança

² Art. 24 - As contas serão consideradas ilíquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito a que se refere o art. 20, desta lei.

Art. 25 - O Tribunal de Contas ordenará o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis e o conseqüente arquivamento do processo.

3 Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: [...] g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;

⁴ Art. 2º - O FEM/TCE-RJ tem por objetivo a complementação de recursos financeiros para propiciar a modernização técnico-administrativa e o aperfeiçoamento das atividades de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,

(Silva, 2017).

Quanto a natureza indenizatória da decisão, se refletirá na obrigação de ressarcir ao erário o dano causado constituindo um acórdão condenatório, nos termos do artigo 27, III, b da Lei Orgânica do TCE/RJ, que será um título executivo hábil para a cobrança judicial do débito não recolhido no prazo determinado. Ademais, poderá o acórdão exarado pelo TCE/RJ ser inscrito em dívida ativa para a judicialização da sua execução como medida para garantir o efetivo ressarcimento ao erário (Fernandes, 1998).

Por fim, no julgamento do mérito das contas, serão considerados pelo corpo técnico do Tribunal de Contas as alegações de defesa que determinarão pela rejeição ou acolhimento das contas, podendo ocorrer conforme o caso, alternativas de prosseguimento conforme previsto na Lei Complementar nº 63/90:

- i.* se houver débito, ordenará a citação do responsável para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa ou recolher a quantia devida;
- ii.* se não houver débito, notificará o responsável para no prazo de quinze dias apresentar razões;
- iii.* se defesa for rejeitada pelo Tribunal será cientificado para, em novo e improrrogável prazo de quinze dias, recolher a importância devida;
- iv.* se reconhecida pelo Tribunal a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo, se não houver sido observada outra irregularidade nas contas; e
- v.* se responsável que não atender à citação ou à notificação será considerada revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.

Findo o processo, todos poderão ser reexaminados com a interposição de recursos de

notadamente:

I - desenvolvimento e execução de planos, de projetos e de programas de modernização, aperfeiçoamento e reaparelhamento dos serviços do Tribunal de Contas, incluindo a área de tecnologia;

II - execução de obras, reformas de instalações e de prédios destinados ao funcionamento das atividades do Tribunal de Contas; em consonância com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT para acessibilidade às pessoas com deficiência;

III - capacitação, formação e treinamento dos servidores do Tribunal de Contas;

IV - aprimoramento das atividades da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas, inclusive aquelas destinadas aos órgãos e entidades fiscalizadas;

V - custeio da realização e participação em eventos relacionados à missão institucional do Tribunal de Contas, desde que não sejam eventos internacionais;

VI - desenvolvimento, pelo Tribunal de Contas de ações destinadas à preservação do meio ambiente;

VII - promoção de ações culturais e educativas, incluindo sua produção, edição e transmissão em mídias diversas, vedada realização de mera publicidade.

§1º - Fica vedada a aplicação dos recursos do FEM/TCE-RJ nas despesas de pessoal e no custeio de benefícios assistenciais do quadro funcional.

§ 2º - A critério do Conselho Superior de Administração do Tribunal de Contas, os recursos decorrentes da economia orçamentária com as despesas do fundo poderão ser repassados ao Poder Executivo, observada a destinação específica à execução de programas ou projetos na área de saúde, educação, inclusive os relacionados ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE e segurança pública, nesta última incluída a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária – SEAP.

reconsideração, embargos de declaração ou revisão que poderão devolver ao julgador o processo para reanálise do mérito ou suspensão, conforme previsto no Capítulo VI da Lei Complementar nº 63/90.

Transcorridos os prazos legais e ocorrendo o seu trânsito em julgado, pagamentos e ações judiciais de execução cabíveis se torna possível efetivamente identificar se o processo de tomada de contas alcançou de fato os resultados pretendidos e sua eficácia como mecanismo de *accountability*.

Quanto ao prazo, identificada a irregularidade e determinado ao Município a instauração do processo de tomada de contas especial, o TCE/RJ estabelece que o prazo de encaminhamento do processo será de até 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento da comunicação ou do conhecimento do fato. (TCE/RJ, 1992)

Recebido o processo pelo TCE/RJ será realizada a citação do agente público sendo concedido o prazo de 30 dias para apresentação de defesa ou 15 dias para realização espontânea do recolhimento do recurso ao erário. Havendo necessidade de diligências, será concedido o prazo de 30 dias para sua realização, podendo este ser prorrogado pelo TCE/RJ, cabendo ressaltar que poderão ser requisitadas quantas diligências forem necessárias para apuração dos fatos.

Realizado o julgamento do processo, em caso de regularidade será determinado o arquivamento com a expedição de quitação plena e em caso de irregularidade será concedido o prazo de 10 dias para recolhimento, podendo a pedido do agente devedor ser deferido pelo TCE/RJ o parcelamento do débito em até 60 prestações⁵.

Com o julgamento se inicia o prazo para apresentação de recursos, que poderão ser apresentados no prazo de 30 dias em caso de pedido de reconsideração que terá efeito devolutivo para reapreciação do mérito permanecendo os efeitos, ou de embargos de declaração que terá efeito suspensivo de forma que os efeitos do julgamento não serão cumpridos até que haja julgamento do recurso apresentado e o encerramento do processo com a decisão definitiva, ou seja, como seu trânsito em julgado. (TCE/RJ, 1992)

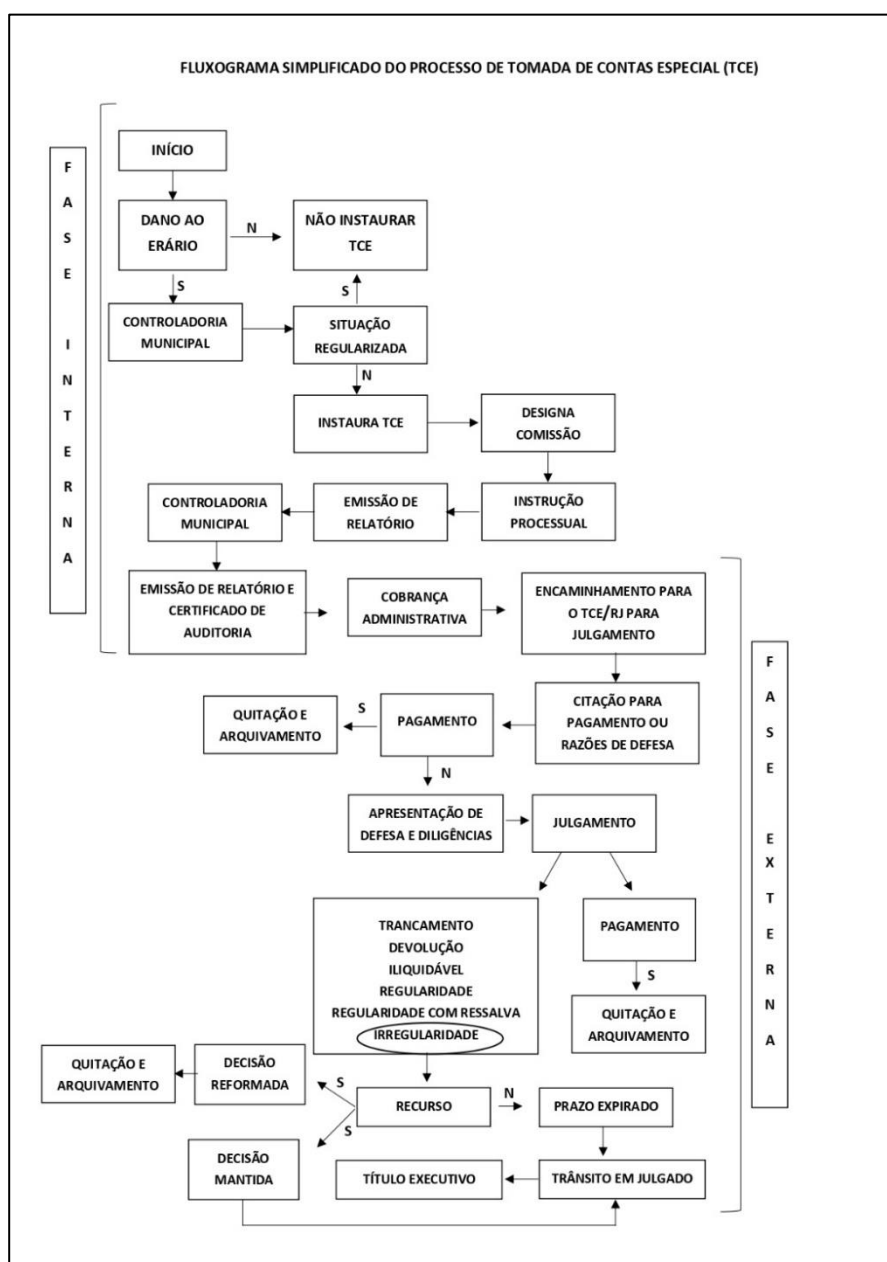
Havendo o trânsito em julgado há ainda diante de novos fatos a possibilidade de apresentação de recurso de revisão, pelo prazo de 5 anos, sem efeito devolutivo, que a depender

⁵ TCE/RJ – Processo nº 203.258-0/07. “[...] IV – Pelo DEFERIMENTO do parcelamento [...] deverá ser recolhido ao erário municipal em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas no valor equivalente a 303,1780 UFIR-RJ, vencendo-se a primeira no prazo legal contados da data da ciência desta decisão, e as demais no mesmo dia-calendário dos meses subsequentes, devendo o responsável comprovar os recolhimentos de cada parcela devida no prazo legal contados da data dos respectivos vencimentos e, ainda que seja alertado que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, conforme estabelece o parágrafo único do artigo acima mencionado.

de seu julgamento poderá mudar o cenário quanto a responsabilização e recuperação dos recursos.

Findo o processo, sem o pagamento dos recursos, poderá o Município inscrever o débito em dívida ativa para cobrança administrativa ou recorrer ao poder judiciário promovendo a respectiva ação de execução que de acordo com pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, pode levar em média 8 (oito) anos de tramitação (TCE/RJ, 1992; CNJ, 2020)

Figura 1 – Fluxograma Simplificado do Processo de Tomada de Contas Especial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das regulamentações do TCE/RJ

A eficácia do processo, portanto, não deve ser confundida com a sua eficiência e efetividade, pois, enquanto a eficácia representa o cumprimento dos objetivos e medidas normativas reconhecidas por determinada ação e grau de resultados alcançados pelo retorno à organização por meios econômicos, técnicos e políticos, a eficiência foca na relação entre os custos e os benefícios estabelecendo a melhor metodologia de execução para a aplicação de recursos de forma racional e a efetividade compreende a relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, entre o impacto previsto e o impacto real de uma atividade (Barnard, 1938; TCU, 2000).

Portanto, pode-se estabelecer em relação ao tema proposto que, será eficaz aquela administração ou processo que conseguir de fato reaver ao erário aqueles recursos identificados por terem sido aplicados irregularmente bem como aplicar as sanções cabíveis aos respectivos gestores (Castro *apud* Chiavenato, 2006).

Para apuração dos resultados econômicos dos processos de tomada de contas especial os indicadores adotados pelo TCE/RJ para fins de delineamento de perfil socioeconômico se mostraram insuficientes sendo necessário desenvolver indicadores com o objetivo de identificar os valores com indícios de irregularidades (Quadro 4), os valores reconhecidos como aplicados de forma irregular e que configuram segundo análise do TCE/RJ o dano ao erário sofrido pelos Municípios.

Para medir a eficácia da tomada de contas especial, se faz necessário inicialmente identificar os valores reconhecidos como aplicados de forma irregular e que configuram segundo análise do TCE/RJ o dano ao erário sofrido pelos Municípios.

Além disto, considerando que os processos dependem do desenvolvimento e regularidade na sua instrução e condução por parte da Comissão designada; tanto a atuação quanto a gestão do acervo documental da administração municipal surgem como fatores relevantes sendo necessário dimensionar em que medida tem influenciado positivamente ou não nos resultados pretendidos no processo de tomada de contas especial.

Quadro 4: Indicadores de eficácia dos processos de tomada de contas especial

INDICADOR	FÓRMULA	OBJETIVO
Dano ao erário reconhecido pelo TCE/RJ	Valor imputado / valor questionado	Demonstra o volume de valores julgados pelo TCE/RJ e reconhecidos como aplicados irregularmente

Ressarcimento ao erário	Valor ressarcido / valor imputado	Demonstra o nível de valores efetivamente ressarcidos ao erário
Fragilidade processual (Comissão de TCEs)	Valor questionado / valor de processos devolvidos aos Municípios	Demonstra o nível de comprometimento do resultado do processo em razão de inconsistência processual
Impacto da recuperação dos recursos	Valor questionado / grau de investimento	Demonstra o potencial econômico da TCE em relação ao nível de investimento

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

3. MÉTODOS

Para avaliar a eficácia dos processos de tomada de conta especial instaurados pelos Municípios do Norte Fluminense (Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, Carapebus, Quissamã, Cardoso Moreira, São João da Barra, Conceição de Macabu, São Fidélis e Macaé), foram levantados os processos instaurados no período de 2015 a 2020.

O crescente comprometimento de receitas e consequente redução da capacidade de investimentos dos Municípios do Norte fluminense é uma realidade segundo os dados apresentados nos estudos sócioeconômicos dos Municípios que é realizado anualmente pelo TCE/RJ.

De acordo com os indicadores econômicos destes Municípios adotados pelo TCE/RJ, conforme detalhado no Quadro 5, o aumento dos custos para manutenção da máquina administrativa somados à queda de arrecadação, especialmente nos últimos 6 anos, impede a prestação dos serviços públicos em sua plenitude, despertando por esta razão a atenção em verificar diante desta carência de receita se recursos públicos aplicados irregularmente foram, no período de 2015 a 2020, ressarcidos aos cofres públicos através dos processos de tomada de contas especial de modo significativo a ponto de representar algum reforço às contas públicas destes entes (TCE, 2020).

Quadro 5: Indicadores econômicos dos Municípios adotados pelo TCE/RJ

INDICADOR	FÓRMULA	OBJETIVO
Equilíbrio orçamentário	Receita arrecadada / despesa executada	Demonstrar o quanto da receita realizada cobre a despesa executada
Comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa	Despesa corrente / receita corrente	Demonstrar o nível de comprometimento do Município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando recursos provenientes das receitas correntes
Autonomia financeira	Receita tributária própria / despesas correntes	Mede a participação da receita tributária própria no atendimento às despesas com a manutenção da máquina administrativa
Esforço tributário próprio	Receita tributária própria / receita arrecadada	Comparar o esforço tributário que o Município realiza no sentido de arrecadar tributos próprios em relação ao total
Grau de investimento	Investimento / receita arrecadada	Reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos
Nível de liquidez corrente	Ativo financeiro / passivo financeiro	Mede a capacidade da entidade pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias

Fonte: TCE/RJ (2020)

Por fim, julgadas as contas e apontados os valores efetivamente imputados como irregulares pelo TCE/RJ, um Município será considerado eficaz se conseguir o ressarcimento ao erário de todo valor aplicado irregularmente.

3.1. População e amostra

Para o desenvolvimento deste estudo define-se como unidade de análise, o processo de tomada de contas de todos os Municípios submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, e como população a totalidade de processos instaurados pelos Municípios do Norte fluminense no período de 2015 a 2020.

Considerando os processos de tomada de contas identificados segundo levantamento realizado no sítio eletrônico do TCE/RJ entre os anos de 2015 e 2020, foram autuados na Corte de Contas 1.080 (um mil e oitenta) processos, sendo: 614 (seiscentos e quatorze) processos de tomada de contas especial, 355 (trezentos e cinquenta e cinco) processos de tomada de contas comum e 111 (cento e onze) processos de tomada de contas *ex officio*, todos envolvendo o Poder Executivo dos 92 Municípios do Estado do Rio de Janeiro (Tabela 2).

3.1.1. Perfil da amostra

A análise teve como foco os municípios da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco e São João da Barra, valendo esclarecer que a sequência de apresentação do perfil destes Municípios seguirá como critério, o nível de participação destes no fornecimento de dados na fase de coleta, finalizando portanto, por aqueles que se mantiveram inertes, restando como subsídios tão somente os dados obtidos no acervo do TCE/RJ.

As vocações econômicas da região Norte fluminense (vide Tabela 1) se destacam pelo setor agropecuário marcado historicamente pela produção de açúcar e pela atividade comercial, sendo responsável por cerca de 4% do total importado e 11% do total exportado no estado, movido por um universo de cerca de 16 mil empresas, ou seja, 6% do total estadual. As micro e pequenas empresas representavam cerca de 90% deste total, o que reforçava o potencial do comércio local, com a geração de renda e empregos, que no período pré-pandemia ocupava

cerca de 231 mil funcionários formalmente (sendo 89 mil no ramo de serviços e 57 no setor industrial).

Ainda segundo a Firjan (2018), na arrecadação tributária a região se destacava no volume de repasses de ICMS alcançando o valor de R\$ 775 milhões enquanto o ISS representava a segunda maior arrecadação no valor de R\$ 734 milhões. Quanto as receitas dos royalties a região Norte foi indenizada com cerca de 33% dos recursos perfazendo um valor de R\$ 922 milhões, destacando assim a importância da indústria do petróleo e gás para a região.

Tabela 1 – Resumo de dados sobre a Região Norte fluminense

REGIÃO NORTE				
9 Municípios		Carapebus, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis e São João da Barra		
Principais setores industriais		Extração de petróleo e gás; Atividades de apoio à extração de minerais; Construção e Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos		
Área Total		9.748 km ²		
INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS			PARTICIPAÇÃO NO ESTADO	RANKING NO ESTADO
População	Total da região	922.564	5,5%	6°
PIB	Total da região	R\$ 67,8 bilhões	10,3%	3°
	Indústria	R\$ 31,4 bilhões	23,9%	2°
Mercado de trabalho	Total da região	230.937	5,7%	5°
	Indústria	57.321	9,8%	4°
Estabelecimentos	Total da região	16.277	5,7%	5
	Indústria	2.076	7,3%	5°
Arrecadação	ICMS	R\$ 775 milhões	12,0%	5°
	ISS	R\$ 734 milhões	9,2%	2°
	Royalties	R\$ 922 milhões	32,9%	2°
Importação	Total da região	US\$ 477 milhões	4,3%	5°
Exportação	Total da região	US\$ 2,6 bilhões	10,6%	4°

Fonte: Firjan (2018)

Quanto aos processos de tomada de contas no período de 2015 a 2020, os 09 Municípios do Norte Fluminense são partes em 268 (duzentos e sessenta e sete) processos, conforme discriminado na Tabela 2, representando 24.72% dos processos em curso em todo estado,

sendo: 147 (23.94%) de tomada de contas especial, 120 (33.8%) de tomada de contas comum e 1 (0.90%) dos processos de tomada de contas *ex officio*. (Tabela 2)

Portanto, o objetivo da coleta de dados foi obter informações destes 147 processos de tomada de contas especial instaurados pelos Municípios do Norte fluminense (vide Anexo A).

Tabela 2 – Representatividade dos processos dos Municípios do Norte fluminense

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO TCE/RJ							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Tomada de Contas Especial	262	146	87	40	39	40	614
Tomada de Contas Comum	76	99	84	46	39	11	355
Tomada de Contas ex. Officio	18	06	07	07	57	16	111
TOTAL GERAL (92 Municípios)							1.080

PROCESSOS DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total	% Geral
Tomada de Contas Especial	87	33	16	4	5	2	147	23.94
Tomada de Contas Comum	29	49	36	3	2	1	120	33.80
Tomada de Contas ex. officio	0	0	0	1	0	0	1	0.90
TOTAL GERAL DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE							268	24.72

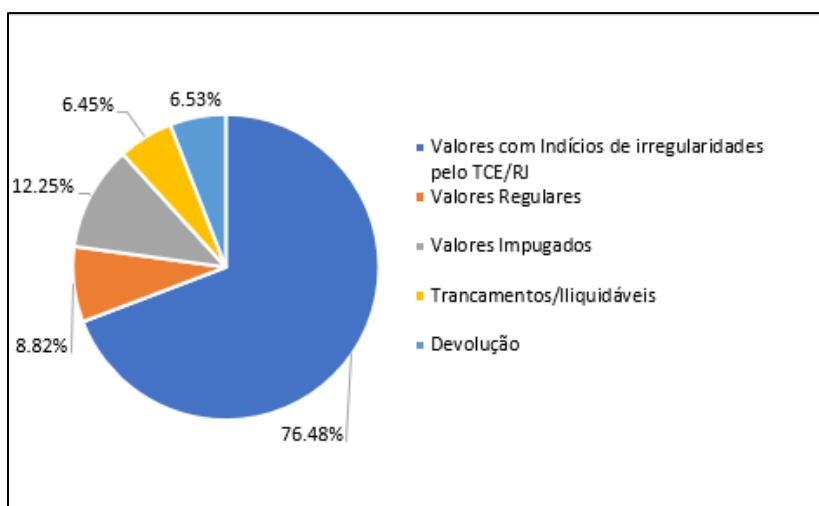
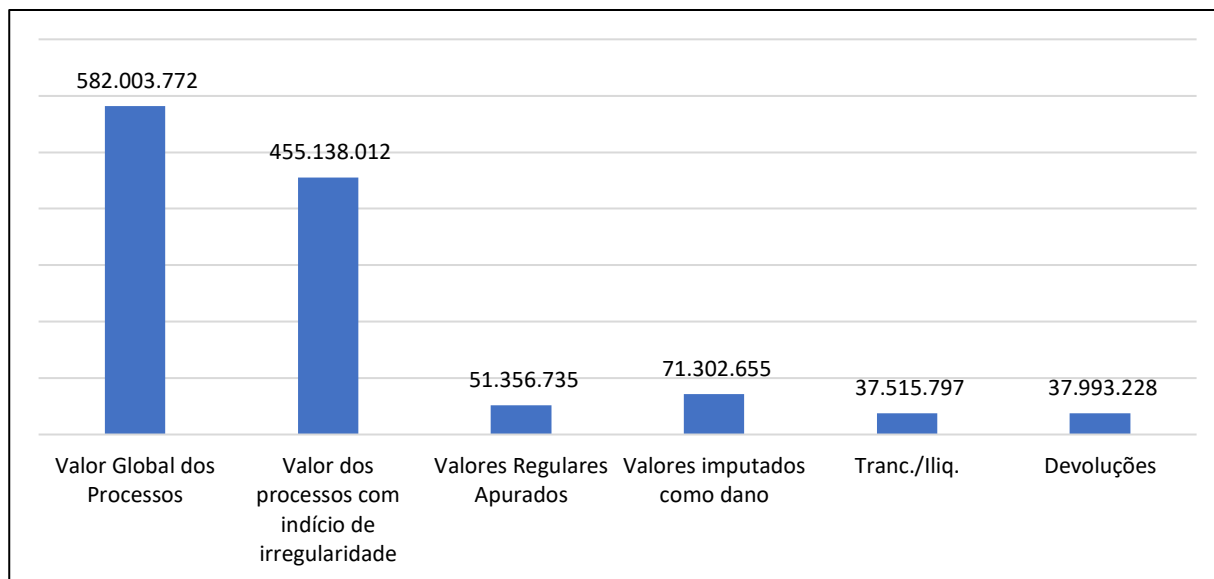
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Os processos de tomada de contas especial dos Municípios do Norte fluminense conforme demonstrado no Gráfico 1 somam R\$ 582.003.772,23 (quinhentos e oitenta e dois milhões, três mil setecentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos).

Destes valores, o montante de R\$ 445.138.011,86 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, cento e trinta e oito mil, onze reais e oitenta e seis centavos) são apontados com indícios de irregularidade pelo TCE/RJ representando 76.48% destes valores contratados pelos Municípios que se tornaram objeto de processo de tomada de contas especial.

Quanto aos processos julgados regulares, foi apurado que efetivamente foram comprovadas a regularidade e determinados os arquivamentos dos processos na monta de R\$ 39.518.683,71 (trinta e nove milhões, quinhentos e dezoito mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e um centavos), representando 6.79% dos valores dos processos.

Gráfico 1 – Valores globais dos processos de tomadas de contas especial dos Municípios do Norte fluminense



Fonte: Elaborados pelo autor a partir de dados do TCE/RJ

A relevância da atuação dos membros da Comissão de tomada de contas especial surge diante da incidência de erros administrativos na condução dos trabalhos que acarretaram nas devoluções de 06 processos de tomada de conta especial para o refazimento ou adoção de medidas retificadoras a fim de viabilizar o seu julgamento perfazendo o valor de R\$ 37.993.227,09 (trinta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, duzentos e vinte e sete reais e nove centavos) que representam 6.53% dos valores questionados pelo TCE/RJ como irregulares (Tabela 3).

Tabela 3 – Processos de Tomada de Contas Especial devolvidos aos Municípios

MUNICÍPIO	ANO	DEVOLUÇÕES	(%)
Campos dos Goytacazes	2015	3.127.729,93	8,23
Campos dos Goytacazes	2016	14.635.721,44	38,52
Carapebus	2015	358.800,00	0,94
São João da Barra	2015	1.580.124,88	4,46
Quissamã	2016	18.290.850,84	48,14
TOTAL GERAL		37.993.227,88	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ

No que tange às contas consideradas iliquidáveis ou suscetíveis de trancamento, caracterizada especialmente pelo extravio de documentos que inviabilizaram os trabalhos da Comissão e a conclusão do processo, foram apurados nos processos de tomada de contas especial dos Municípios do Norte Fluminense o valor de R\$ 37.515.797,07 (trinta e sete milhões, quinhentos e quinze mil, setecentos e noventa e sete reais e sete centavos) (vide tabela 4) representando 6,44% dos valores questionados pelo TCE/RJ como irregulares conforme Gráfico 1.

Tabela 4 – Processos de Tomada de Contas Especial julgadas iliquidáveis ou com trancamento

MUNICÍPIO	ANO	TRANCAMENTOS/ILÍQUIDÁVEIS	(%)
Campos dos Goytacazes	2015	742.755,53	1,98
Carapebus	2016	20.546,27	0,05
Macaé	2015	35.579.232,61	94,84
São João da Barra	2015	263.130,00	0,70
Carapebus	2015	910.132,66	2,43
TOTAL GERAL		37.515.797,07	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ

Considerando os dados apresentados foi possível identificar que os recursos públicos aplicados pelos Municípios do Norte Fluminense que foram objetos de processo de tomada de contas especial, segundo as análises do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro foram em sua maioria, conforme Gráfico 1, questionáveis por evidências de irregularidades na sua aplicação, o que reforça a necessidade do aprimoramento da gestão dos Municípios para atuarem de maneira proba alcançando de fato os interesses da coletividade.

Além disto, se faz necessária dedicar maior atenção à capacitação contínua dos servidores membros da Comissão, bem como da gestão dos documentos públicos dos Municípios, pois conforme foi apurado, tais fatores determinaram o refazimento ou trancamento dos processos, os tornando inconclusivos, portanto ineficazes.

3.1.1.1. Campos dos Goytacazes

Município com maior território no estado do Rio de Janeiro, com área de 4.032,47 km², correspondendo a 41,3% da Região Norte Fluminense e 9,22% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 511.168, correspondendo desta forma a 2,94% da população total do estado estimada em 17.366.189 habitantes.

Segundo o estudo sócioeconômico realizado pelo TCE/RJ (2020), o IDHM de Campos dos Goytacazes está situado na faixa de desenvolvimento humano alto, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,716 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de 9,2% no índice.

De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2018), Campos dos Goytacazes recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,7208), ocupando a 28ª posição no ranking estadual e a posição 1691 no ranking nacional.

Quanto ao Índice de Transparência e Acesso à Informação – ITAI, realizado pelo TCE/RJ, que dimensiona o nível de atendimento aos princípios da transparência pública e acesso à informação de acordo com a legislação e que consideram dados relativos a conteúdo, tempestividade e acessibilidade, o Município alcançou a média 0,79 (acessibilidade: 0,95; conteúdo: 0,88 e tempestividade: 0,50).

Em relação à promoção do controle interno e da Controladoria, segundo o relatório do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania – CAO Cidadania, vinculado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a partir do Projeto Edificando o Controle Interno, Campos dos Goytacazes alcançou o 3º lugar com nota 7,91.

O resultado deste destaque se reflete nos números da Controladoria do Município que de acordo com os levantamentos realizados junto ao TCE/RJ, instaurou no período de

2015/2020, 25 processos de tomada de contas especial (vide Tabela 5) tendo alcançado os resultados apresentados na Tabela 6.

Tabela 5 – Processos instaurados pela Controladoria – Campos dos Goytacazes

EXERCÍCIO	COMUM	ESPECIAL	EX OFFICIO	TOTAL
2015	13	11	0	24
2016	25	4	0	29
2017	33	6	1	40
2018	2	1	0	3
2019	0	2	0	2
2020	1	1	0	1
TOTAL	74	25	1	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do TCE/RJ e do Município

Tabela 6 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – Campos dos Goytacazes

ANO	VALOR GERAL DE TCE	VALOR QUESTIONADO	(%)	VALOR IMPUTADO	(%)	VALOR RESSARCIDO	(%)
2015	79.771.315,53	70.560.980,67	88,45	9.125.740,98	12,93	-	-
2016	19.507.065,62	15.451.388,85	79,21	766,77	0,00	-	-
2017	16.328.100,96	15.290.118,87	93,64	57.322,03	0,37	-	-
2018	5.000.000,00	5.000.000,00	100,00	0,00	0,000	-	-
2019	32.221.562,00	322.215,62	1,00	348.982,94	108,31	-	-
2020	-	-	-	-	-	-	-
ANO	VALOR MULTAS TCE/RJ	(%)	DEVOLUÇÃO PROCESSUAL	(%)	TRANCAMENTO PROCESSUAL	(%)	
2015	-	-	3.127.729,93	4,43	742.755,53	1,05	
2016	-	-	14.635.721,44	94,72	-	-	
2017	-	-	-	-	-	-	
2018	-	-	-	-	-	-	
2019	-	-	-	-	-	-	
2020	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município.

Para a instauração destes processos, a Controladoria do Município adota como critério para designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas Especial: *i.* que os servidores sejam efetivos e com conhecimentos técnicos ou familiaridade com o tema; *ii.* que

o servidor não tenha envolvimento, interesse ou impedimento relativos aos fatos apurados e, *iii.* que não sejam lotados no órgão de controle interno do Município.

Os resultados destes processos (vide Tabela 6) são relevantes diante do cenário econômico do Município, que de acordo com os dados coletados revelaram que nos últimos 6 anos houve redução da sua capacidade de investimento em decorrência da queda de receitas e aumento da manutenção da máquina administrativa.

Tabela 7 – Dados orçamentários – Campos dos Goytacazes

	ORÇAMENTO 2015	ORÇAMENTO 2016	ORÇAMENTO 2017	ORÇAMENTO 2018	ORÇAMENTO 2019	ORÇAMENTO 2020
RECEITA	2.038.919.406,00	2.605.299.417,65	1.614.763.288,93	1.997.061.448,65	2.021.745.963,14	1.869.239.296,18
DESPESA EXECUTADA	2.031.008.336,00	2.933.543.236,10	1.663.244.704,31	1.947.221.906,88	1.782.124.661,28	1.887.303.259,88
DESPESA CORRENTE	903.682.826,00	2.644.825.834,35	1.640.735.669,20	1.867.631.431,56	1.782.124.661,28	1.710.506.862,48
RECEITA CORRENTE	1.829.609.865,00	2.034.782.943,90	1.610.702.600,65	1.983.513.811,43	1.902.836.950,57	1.853.643.929,70
RECEITA TRIBUTÁRIA	219.865.123,00	240.165.704,48	218.421.721,46	232.423.280,51	317.144.527,81	301.189.012,54
INVESTIMENTO	146.124.552,00	249.274.804,90	5.050.412,21	25.392.085,69	98.568.665,34	52.989.610,09

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ

A partir destes dados, comparando os investimentos realizados pelo Município no período de 2015 a 2020 e os valores dos processos de tomada de contas especial identifica-se que os valores discutidos nos processos de tomada de contas especial superam os investimentos realizados pelo Município, o que reforça a importância da exploração do potencial deste instrumento de *accountability* na recuperação de recursos.

Ainda de acordo com os dados coletados, no exercício de 2015, 88,45% dos recursos analisados nos processos de tomada de contas especial apresentaram alguma irregularidade. Desses, 12,93% foram imputados como dano ao erário. Em 2016 o TCE/RJ questionou 79,21% dos valores dispendidos, já em 2017 esse número se elevou para 93,64% tendo seu ápice em 2018 quando 100% os valores analisados nos processos de tomada de contas especial foram questionados. Já em 2019, 1% dos contratos foi apontado com vício e em 2020 não foram identificados processos de tomada de contas especial instaurados pelo Município.

3.1.1.2. São João da Barra

Elevado à categoria de cidade em 1850, São João da Barra até meados do século XX foi escoadouro natural da produção de açúcar da região Norte Fluminense e teve sua economia formada pela atividade pesqueira. Atualmente a economia local é sustentada pelos recursos dos royalties do petróleo e pela instalação do Complexo Portuário do Porto do Açu, que inicialmente seria referência para escoamento de minério de ferro e petróleo, tendo ampliado seu potencial para o escoamento de soja, criando oportunidades de negócios ainda no setor de energias renováveis.

Com uma faixa territorial de 455 km², correspondendo a 4,7% da Região norte fluminense e 0,1% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 36.423, correspondendo a 0,21% da população do estado.

Quanto ao IDHM, São João da Barra está situado na faixa de desenvolvimento médio tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,671 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de 8,70% no índice.

Segundo a Firjan (2018), São João da Barra recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,7093), ocupando a 34^a posição no ranking estadual e a posição 1.942 no ranking nacional.

Quanto a promoção do controle interno, o Município alcançou a média 0,41 (acessibilidade: 0,08; conteúdo: 0,33 e tempestividade: 0,00) de acordo com o ITAI e segundo o CAO Cidadania o Município de São João da Barra alcançou o 41º lugar no estado com nota 5,23.

Controle interno este que no período de 2015 a 2020 foi responsável pela instauração de 10 processo de tomada de contas especial, sendo 4 em 2015 e 6 no exercício de 2016 (vide Tabela 8), alcançando os resultados apresentados na Tabela 9.

Tabela 8 – Processos instaurados pela Controladoria – São João da Barra

EXERCÍCIO	COMUM	ESPECIAL	EX OFFICIO	TOTAL
2015	1	4	0	5
2016	4	6	0	10
2017	0	0	0	0

Tabela 8 – Processos instaurados pela Controladoria – São João da Barra

2018	0	0	0	0
2019	0	0	0	0
2020	0	0	0	0
TOTAL	5	10	0	15

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Tabela 9 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – São João da Barra

ANO	VALOR GERAL DE TCE	VALOR QUESTIONADO	(%)	VALOR IMPUTADO	(%)	VALOR RESSARCIDO	(%)
2015	1.920.326,28	1.214.719,89	63,26	33.685,35	2,77	-	-
2016	42.757.718,08	42.757.718,08	100,00	12.386,28	0,03	12.386,28	0,03
ANO	VALOR MULTAS TCE/RJ	(%)	DEVOLUÇÃO PROCESSUAL	(%)	TRANCAMENTO PROCESSUAL	(%)	
2015	-	-	922.720,02	75,96	263.130,00	21,66	
2016	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Quanto a composição da Comissão, o Município conta com a Lei nº 253/2013 que estabelece como pré-requisitos para seleção dos servidores “conhecimento básico sobre a legislação vigente aplicável ao caso, bem como sobre a matéria objeto da Tomada de Contas Especial”, prevendo ainda pagamento de gratificação aos servidores pela atuação como membros da Comissão tomadora.

Os resultados obtidos pelos processos de tomada de contas especial são importantes tendo em vista que apesar dos crescimentos da receita tributária do Município, alavancada especialmente pela operação do Porto do Açú, quanto aos investimentos realizados nos últimos anos, há uma significativa variação em seu montante o que demonstra sua instabilidade.

Tabela 10 – Dados orçamentários – São João da Barra

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	346.740.459,00	255.813.625,30	316.467.035,67	423.368.614,41	402.153.188,90	424.254.324,07
DESPESA EXECUTADA	473.893.894,00	347.357.060,48	276.058.727,10	345.585.977,56	385.484.317,90	385.118.860,76
DESPESA CORRENTE	189.889.019,00	342.278.874,19	272.618.712,45	331.017.939,38	330.826.327,80	360.098.535,20
RECEITA CORRENTE	346.366.733,00	255.444.010,71	316.467.035,67	420.382.014,41	402.932.312,10	424.027.324,07
RECEITA TRIBUTÁRIA	76.314.696,00	54.971.974,15	53.259.925,77	64.327.870,95	59.138.932,50	116.610.755,38
INVESTIMENTO	18.356.446,00	2.858.186,29	672.024,74	8.623.287,75	21.752.000,00	18.744.165,76

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Considerando os valores envolvidos nos processos de tomada de contas especial do Município nos exercícios de 2015 a 2020 se revela que tais valores superaram os investimentos realizados nos anos em que foram instaurados processos.

Ainda segundo os dados coletados, no exercício de 2015, 63,26% dos recursos analisados nos processos de tomada de contas especial apresentaram alguma irregularidade. Desses apenas 2,77% foram imputados como dano ao erário. Já em 2016 o TCE/RJ questionou 100% dos valores dispendidos tendo sido imputado como irregular o equivalente a 0,03% do montante.

3.1.1.3. Quissamã

Emancipado do Município de Macaé em 1989, historicamente a economia do município de Quissamã foi alicerçada pela cultura canavieira e impulsionada pela instalação das linhas férreas no Município. Assim como municípios vizinhos, com a descoberta do petróleo a economia e especialmente as finanças públicas se pautaram preponderantemente sob as receitas dos royalties do petróleo extraídos na Bacia de Campos.

Com a área territorial de 712,9 km², correspondendo a 7,3% da Região norte fluminense e 0,16% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 25.126, correspondendo a 0,15% da população do estado.

Quanto ao IDHM, Quissamã está situado na faixa de desenvolvimento humano alto, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,704 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de 9,13% no índice.

Com potencial econômico predominantemente voltado ao mercado do petróleo, segundo a Firjan (2018), Quissamã recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,6890), ocupando a 46ª posição no ranking estadual e a posição 2.376 no ranking nacional.

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,56 (acessibilidade: 0,11; conteúdo: 0,33 e tempestividade: 0,12) e segundo o CAO Cidadania o Município de Quissamã alcançou o 38º lugar com nota 5,33 na promoção do controle interno e da Controladoria.

Quanto a função do órgão de controle interno, numa análise de sua atuação e em especial quanto a instauração de processos de tomada de contas de acordo com os levantamentos

realizados junto ao TCE/RJ, foram instaurados no período de 2015/2020 o seguinte quantitativo de processos (Tabela 11), tendo alcançados os resultados apresentados na Tabela 12.

Tabela 11 – Processos instaurados pela Controladoria - Quissamã

EXERCÍCIO	COMUM	ESPECIAL	EX OFFICIO	TOTAL
2015	3	12	0	15
2016	1	4	0	5
2017	0	1	0	1
2018	0	0	0	0
2019	0	0	0	0
2020	0	0	0	0
TOTAL	4	17	0	21

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Tabela 12 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial – Quissamã

ANO	VALOR GERAL DE TCE	VALOR QUESTIONADO	(%)	VALOR IMPUTADO	(%)	VALOR RESSARCIDO	(%)
2015	1.094.195,57	1.030.492,24	94,18	1.113,74	0,11	6.748,70	0,65
2016	28.352.265,00	8.167.319,66	28,81	1.104.129,39	13,52	-	-
2017	28.352.265,59	28.352.265,59	100,00	23.354.312,31	82,37	-	-
ANO	VALOR MULTAS TCE/RJ	(%)	DEVOLUÇÃO PROCESSUAL	(%)	TRANCAMENTO PROCESSUAL	(%)	
2015	18.500,00	1,80	18.290,85	1,77	-	-	
2016	11.000,00	1,00	-	-	-	-	
2017	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Quanto a escolha dos membros da Comissão, a Controladoria do Município adota como critério uma escolha aleatória dando preferência apenas que sejam designados servidores concursados, sem previsão de remuneração adicional.

Diante da realidade que 93,4% da receita corrente do Município está comprometida com o custeio da máquina administrativa e que o nível de investimentos realizados apresenta nos últimos anos constantes oscilações, as quais os resultados dos processos de tomada de contas especial poderiam representar um reforço às contas do Município.

Tabela 13 – Dados orçamentários – Quissamã

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	191.449.795,00	168.026.523,13	185.147.125,09	243.484.241,52	251.855.373,70	274.055.000,00
DESPESA EXECUTADA	207.926.929,00	177.437.107,60	175.980.420,17	235.371.734,57	228.062.421,66	258.740.000,00
DESPESA CORRENTE	119.105.177,00	174.330.339,00	171.347.963,29	225.464.850,90	251.145.373,46	233.994.553,50
RECEITA CORRENTE	190.726.497,00	167.710.200,65	181.761.921,65	243.478.222,89	251.395.207,00	288.891.600,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.445.111,00	8.100.044,06	7.315.168,04	7.661.874,85	10.126.643,07	9.656.500,00
INVESTIMENTO	2.132.206,00	1.656.100,05	2.310.934,58	6.105.650,72	11.067.863,93	5.701.486,50

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Segundo os dados coletados, no exercício de 2015, 94,18% dos recursos analisados nos processos de tomada de contas especial apresentaram alguma irregularidade, tendo sido imputado como dano ao erário 0,11%. Em relação ao exercício de 2016 e 2017 foram questionados pelo TCE/RJ como irregulares 28,81% e 100% respectivamente. Quanto aos exercícios de 2018 a 2020 não foram registrados novos processos instaurados pelo Município.

3.1.1.4. Macaé

Marcado pelo progresso a partir de 1974 com a descoberta do petróleo e com a instalação da Petrobrás, o município de Macaé até então sustentado por uma economia voltada para a produção de cana-de-açúcar, café, pecuária e pescado passou por um acelerado crescimento demográfico e econômico.

Com a área territorial de 1.216,8 km², correspondendo a 12,5% da Região Norte Fluminense e 2,8% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 261.501, correspondendo a 1,25% da população do estado.

Quanto ao IDHM, Macaé está situado na faixa de desenvolvimento humano alto, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,764 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu um crescimento de 3,03% no índice.

Com potencial econômico predominantemente voltado ao mercado do petróleo, Macaé recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,7543), ocupando a 17^a posição no ranking estadual e a posição 1.084 no ranking nacional (Firjan, 2018).

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,81 (acessibilidade: 0,14; conteúdo: 0,48 e tempestividade: 0,19) e segundo o CAO Cidadania o Município de Macaé

alcançou o 10º lugar com nota 6,61 na promoção do controle interno e da Controladoria.

Em parte, o desempenho da Controladoria do Município muito se deve pela sua proatividade que ficou refletida no quantitativo de processos de tomada de contas instaurados, totalizando somente na modalidade especial 83 instaurados entre os anos de 2015 e 2020, conforme Tabela 14, tendo alcançado os resultados conforme apresentados na Tabela 15.

Tabela 14 – Processos instaurados pela Controladoria – Macaé

EXERCÍCIO	COMUM	ESPECIAL	EX OFFICIO	TOTAL
2015	11	53	0	64
2016	18	17	0	35
2017	2	7	0	9
2018	1	2	1	4
2019	0	3	0	3
2020	0	1	0	0
TOTAL	32	83	1	116

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Tabela 15 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial - Macaé

ANO	VALOR GERAL DE TCE	VALOR QUESTIONADO	(%)	VALOR IMPUTADO	(%)	VALOR RESSARCIDO	(%)
2015	283.193.197,42	272.785.054,20	96,32	1.909.131,94	0,70	1.800,00	0,0007
2016	8.286.497,72	8.167.319,66	98,56	1.104.129,39	13,52	-	-
2017	38.618.179,08	15.452.019,69	40,01	11.728.194,60	75,90	-	-
2018	17.729,00	17.729,00	100,00	-		4.975,00	28,06
2019	12.945.602,45	12.945.602,45	100,00	1.238.463,19	9,57		-
2020							
ANO	VALOR MULTAS TCE/RJ	(%)	DEVOLUÇÃO PROCESSUAL	(%)	TRANCAMENTO PROCESSUAL	(%)	
2015	22.000,00	1,15	-	-	35.579,23	0,01	
2016	196.132,05	17,76	-	-	-	-	
2017	22.231,80	0,19	-	-	-	-	
2018	-	-	-	-	-	-	
2019							
2020		-					

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Segundo informação apresentada pela Controladoria do Município para designação da Comissão, parâmetros adotados são aqueles previstos na Deliberação TCE/RJ nº 279/17, portanto, o principal requisito é “não poderão estar envolvidos com os fatos a serem apurados, possuir qualquer interesse no resultado da tomada de contas e nem integrar o quadro de servidores dos órgãos de controle interno”. Assim, não há explicitado qualquer exigência de conhecimentos específicos sobre a matéria.

Esses critérios são relevantes para os resultados alcançados nos processos, tendo em vista a importância da eficácia da recuperação dos recursos aos cofres do Município tendo em vista que nos últimos anos, a média de comprometimento da receita municipal com a manutenção da máquina administrativa compromete cerca de 78,08% dos recursos, o que eleva a importância da correta aplicação dos recursos e principalmente a recuperação daqueles utilizados de forma irregular (TCE, 2020).

Tabela 16 – Dados orçamentários – Macaé

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	2.224.270.401,00	2.059.632.531,09	2.006.238.176,90	2.486.612.456,97	2.332.428.941,40	2.555.867.601,30
DESPESA EXECUTADA	2.122.739.803,00	1.790.803.172,91	1.844.432.307,25	1.924.007.160,90	1.929.923.722,90	2.525.250.951,40
DESPESA CORRENTE	1.172.740.040,00	1.773.984.524,37	1.816.379.481,83	1.845.376.995,72	1.859.581.996,20	2.233.959.655,40
RECEITA CORRENTE	2.223.208.992,00	2.056.112.902,77	2.006.238.176,90	2.486.544.456,97	2.139.131.722,60	2.440.741.524,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	887.281.271,00	770.732.244,43	672.625.406,98	672.651.231,37	795.130.309,20	787.454.764,60
INVESTIMENTO	131.650.457,00	22.628.165,18	24.158.691,47	74.429.720,11	66.199.645,40	108.077.553,70

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

3.1.1.5. São Francisco de Itabapoana

Desmembrado do Município de São João da Barra em 1995, teve origem o segundo maior município em faixa territorial do estado com área de 1.122,40 km², correspondendo a 11,5% da Região norte fluminense e 2,4% da área do estado, teve segundo dados do IBGE, a população estimada em 2020 de 42.210, correspondendo a 0,24% da população do estado.

Quanto ao IDHM, São Francisco de Itabapoana está classificado na faixa de desenvolvimento humano médio, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,639 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu

uma redução de de 8,28% no índice.

Segundo a Firjan (2018), São Francisco de Itabapoana recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,6158), ocupando a 89ª posição no ranking estadual e a posição 3.917 no ranking nacional.

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,67 (acessibilidade: 0,67; conteúdo: 0,58 e tempestividade: 0,92) e segundo o CAO Cidadania o Município de São Francisco do Itabapoana alcançou o 78º lugar com nota 4,36 na promoção do controle interno e da Controladoria.

Este desempenho, de acordo com os dados coletados se refletem bem na pouca produtividade do órgão de controle quanto a instauração de processos de tomada de contas, tendo em vista que segundo banco de dados do TCE/RJ somente 03 processos foram instaurados entre 2015/2020 (vide Tabela 17).

Tabela 17 – Processos instaurados pela Controladoria – São Francisco de Itabapoana

EXERCÍCIO	COMUM	ESPECIAL	EX OFFICIO	TOTAL
2015	0	2	0	1
2016	0	0	0	0
2017	0	1	0	1
2018	0	1	0	1
2019	2	0	0	2
2020	0	0	0	0
TOTAL	2	4	0	6

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Como dito alhures, em virtude da falta de consolidação dos dados sobre os processos, neste ponto surge uma divergência entre as informações coletadas no TCE/RJ das apresentadas pelo Município.

Se de um lado o TCE/RJ relaciona 03 processos, a Controladoria do Município afirma que desde 2014 apenas um processo de tomada de contas especial foi instaurado, tendo como objeto contrato no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) e que desde então não houve conclusão do processo, não tendo havido portanto, qualquer ressarcimento ao erário.

A importância da recuperação dos recursos se faz relevante à realidade do Município pois a média de comprometimento das receitas com os custos da máquina administrativa gira em torno de 89%, o que em parte justifica a queda abrupta dos investimentos realizados pelo Município.

Outro aspecto que atraiu a atenção foram os critérios adotados pelo Município para composição da Comissão, pois se por um lado afirma que são considerados os termos da Deliberação TCE/RJ nº 279/17, por outro afirmou a Controladoria que na prática a comissão de sindicância do Município acumula as funções para condução dos processos de tomada de contas especial e comum.

Tabela 18 – Dados orçamentários – São Francisco de Itabapoana

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	110.550.964,00	115.949.996,38	119.332.128,50	133.131.462,29	146.274.117,11	130.406.350,66
DESPESA EXECUTADA	122.697.909,00	113.763.678,18	119.247.523,18	140.224.611,13	135.496.393,46	94.856.967,81
DESPESA CORRENTE	66.893.567,00	110.111.918,57	113.290.528,75	123.613.169,71	131.987.857,20	92.555.125,51
RECEITA CORRENTE	107.147.892,00	114.217.225,27	116.929.121,80	125.130.212,42	139.560.798,39	142.487.908,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.109.666,00	4.315.785,92	5.709.826,79	6.829.309,80	7.661.311,23	7.557.518,30
INVESTIMENTO	12.035.567,00	3.152.115,66	4.779.056,75	8.067.326,84	3.508.536,26	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

De acordo com os dados obtidos dos 3 processos apontados pelo TCE/RJ apenas 01 deles se encontra disponível para consulta, tendo neste único processo acessível, sido constatado que se trata de um processo de adiantamento de servidor ao qual foi imputado o débito no valor de pouco mais de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e que foi devolvido ao Município em razão do valor de alçada.

3.1.1.6. Carapebus

Município com território de 308,1 km², correspondendo a 3,2% da Região Norte Fluminense e 0,07% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 16.568, correspondendo a 0,095% da população do estado.

Quanto ao IDHM, Carapebus está situado na faixa de desenvolvimento humano alto, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,713 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de 9,2% no índice.

Quanto ao desenvolvimento, segundo a Firjan (2018), Carapebus recebeu conceito considerado moderado (0,6620), ocupando a 61^a posição no ranking estadual e a posição

3.022 no ranking nacional.

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,64 (acessibilidade: 0,12; conteúdo: 0,46 e tempestividade: 0,06) e segundo o CAO Cidadania, o Município de Carapebus alcançou o 36º lugar com nota 5,45 na promoção do controle interno e da Controladoria.

Esta atuação tímida da controladoria do Município pode ser confirmada tanto na fase de coleta de dados deste estudo mesmo diante dos reiterados pedidos de informação este se manteve inerte, servindo de base em razão disto tão somente os dados fornecidos pelo Portal do TCE/RJ, quanto na discreta atuação na instauração dos processos de tomada de contas especial que no período de 2015/2020 instauraram 7 processos (vide Tabela 19), tendo alcançado os resultados financeiros mencionados na Tabela 20.

Tabela 19 – Processos instaurados pela Controladoria - Carapebus

EXERCÍCIO	COMUM	ESPECIAL	EX OFFICIO	TOTAL
2015	0	4	0	4
2016	0	2	0	2
2017	0	1	0	1
2018	0	0	0	0
2019	0	0	0	0
2020	0	0	0	0
TOTAL	0	7	0	7

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Tabela 20 – Resultados financeiros dos processos de Tomada de Contas Especial - Carapebus

ANO	VALOR GERAL DE TCE	VALOR QUESTIONADO	(%)	VALOR IMPUTADO	(%)	VALOR RESSARCIDO	(%)
2015	1.280.932,60	1.280.932,66	100,00	-	-	-	-
2016	549.221,65	532.939,27	97,04	-	-	-	-
2017	490.878,82	490.878,82	100,00	-	-	-	-
ANO	VALOR MULTAS TCE/RJ	(%)	DEVOLUÇÃO PROCESSUAL	(%)	TRANCAMENTO PROCESSUAL	(%)	(%)
2015	9.263,25	0,72	358.800,00	28,01	4.264,00	0,33	
2016	11.115,90	2,09	-	-	-	-	
2017	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Em relação aos critérios adotados pelo Município para composição da Comissão, não foi possível identificar se são adotados parâmetros a partir de legislação própria, devendo com

base no princípio da presunção de legalidade do ato administrativo, considerar que estejam sendo adotados aqueles estabelecidos pelo TCE/RJ.

O Município possui a capacidade de investimento estimada em 3,8% da sua receita, diante deste dado, o processo de tomada de contas especial deveria ser visto como alternativa para recuperação de recursos e como um aliado do controle das contas do Município (TCE/RJ, 2020).

Tabela 21 – Dados orçamentários – Carapebus

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	78.081.368,00	70.914.648,55	81.307.098,65	124.116.071,46	112.567.415,79	103.072.542,41
DESPESA EXECUTADA	84.476.802,00	83.417.088,91	83.993.548,22	104.396.920,10	112.353.688,01	97.942.313,64
DESPESA CORRENTE	51.122.193,00	76.949.890,14	81.076.918,31	99.314.101,40	108.205.095,20	97.942.313,64
RECEITA CORRENTE	77.572.240,00	70.482.570,09	81.307.098,65	122.314.962,60	112.536.282,05	101.118.908,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.381.895,00	2.609.770,19	2.236.416,28	2.258.297,03	3.469.291,78	3.162.673,53
INVESTIMENTO	968.475,00	5.937.198,77	1.621.210,77	3.634.998,68	1.695.723,50	509.479,09

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

3.1.1.7. Cardoso Moreira

Emancipado do Município de Campos dos Goytacazes em 1989, Cardoso Moreira tem a extensão territorial de 524,6 km², correspondendo a 5,4% da Região norte fluminense e 0,12% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 12.821, correspondendo a 0,074% da população do estado.

Quanto ao IDHM, Cardoso Moreira está situado na faixa de desenvolvimento humano médio, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,648 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de 8,4% no índice.

Segundo a Firjan (2018), Carapebus recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,6601), ocupando a 64ª posição no ranking estadual e a posição 3.067 no ranking nacional.

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,57 (acessibilidade: 0,82; conteúdo: 0,73 e tempestividade: 0,04) e segundo o CAO Cidadania o Município de Cardoso Moreira alcançou o 87º lugar com nota 3,63 na promoção do controle interno e da Controladoria.

Estes números relativos ao controle interno puderam ser percebidos no processo de coleta de dados, pois, inicialmente não foram atendidos nenhum dos pedidos de dados fundados na LAI, além disso o Portal da Transparência do Município não fornece qualquer dado sobre os processos de tomada de contas especial.

Assim sendo, a ausência de processos instaurados no período estudado conduz a reflexão sobre o nível de transparência e *accountability* do Município diante do dever de autotutela.

Como dito, diante da inexistência de respostas por parte do Município não foi possível verificar a existência de regulamentação própria sobre processo de tomada de contas especial, cabendo portanto, a presunção de adoção dos critérios previstos na Deliberação TCE/RJ nº 279/17.

Portanto, diante da limitação orçamentária do Município que revela o comprometimento de 82,7% da sua receita na manutenção da máquina pública e a capacidade de investimento na faixa de 2,7%, buscar o ressarcimento de recursos públicos aplicados de forma irregular surge como uma alternativa para reforçar as contas do Município e de fato controlar os atos praticados pela administração (TCE/RJ, 2020).

Tabela 22 – Dados orçamentários – Cardoso Moreira

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	55.967.201,00	57.552.082,30	59.303.727,95	70.786.984,42	83.343.963,57	87.677.849,68
DESPESA EXECUTADA	49.738.993,00	48.190.830,77	53.678.198,72	59.797.104,26	79.591.530,53	21.958.241,77
DESPESA CORRENTE	48.395.213,00	47.157.686,04	51.842.020,00	55.780.741,06	72.961.140,02	24.381.135,04
RECEITA CORRENTE	54.200.646,00	57.480.893,12	58.668.577,95	69.816.182,87	48.408.484,89	45.918.888,98
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.269.937,00	2.124.717,10	1.564.359,05	2.436.570,44	1.947.094,76	2.632.920,32
INVESTIMENTO	1.005.334,00	795.761,13	942.764,85	3.456.143,23	8.111.823,55	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

3.1.1.8. Conceição de Macabu

Concedida pela Coroa Portuguesa em 1627, a área do Município de Conceição de Macabu tem a extensão territorial de 347,3 km², correspondendo a 3,6% da Região Norte Fluminense e 0,07% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população estimada em 2020 de 23.389, correspondendo a 0,14% da população do estado.

Quanto ao IDHM, Carapebus está situado na faixa de desenvolvimento humano alto, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,712 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de 9,2% no índice.

Com potencial econômico historicamente voltado ao mercado canaveeiro, o desenvolvimento se deveu pela expansão das rodovias e trilhos. Segundo a Firjan (2018), Conceição de Macabu recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,06584), ocupando a 69ª posição no ranking estadual e a posição 3.104 no ranking nacional.

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,93 (acessibilidade: 0,87; conteúdo: 0,95 e tempestividade: 0,92) e segundo o CAO Cidadania o Município de Conceição de Macabu alcançou o 43º lugar com nota 5,2 na promoção do controle interno e da Controladoria.

Sob os aspectos orçamentários, nos exercícios de 2015 a 2020, o Município apresentou, segundo os estudos sócios-econômicos do TCE/RJ, os seguintes dados que serão considerados na mensuração dos resultados sobre a análise da eficácia dos processos de tomada de contas especial:

Tabela 23 – Dados orçamentários referentes - Conceição de Macabu

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	67.529.205,00	67.799.900,56	71.499.757,91	86.306.088,29	102.209.172,42	91.086.756,28
DESPESA EXECUTADA	69.592.126,00	66.154.546,32	64.298.172,10	72.074.951,00	82.012.713,76	74.921.633,30
DESPESA CORRENTE	34.214.622,00	61.032.670,26	60.671.466,25	67.480.089,88	75.674.560,61	76.033.268,36
RECEITA CORRENTE	66.910.289,00	67.799.900,56	70.656.157,91	85.425.088,29	96.476.033,25	90.527.718,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.100.971,00	2.739.895,74	261.553.350,00	3.274.290,92	4.442.914,21	4.413.858,32
INVESTIMENTO	7.979.505,00	3.583.629,57	3.023.597,62	3.665.529,75	4.878.173,02	3.245.793,19

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Quanto a atuação da Controladoria nos processos de tomada de contas especial há registro de apenas 01 processo instaurado no ano de 2015 que trata de subvenção social sendo questionado pelo TCE/RJ a regularidade de repasse no valor de R\$ 45.450,90 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e noventa), estando atualmente em fase de razões de defesa, não tendo havido qualquer imputação de dano ou consequente recuperação de recurso (vide Tabela 24).

Tabela 24 – Resultados financeiros dos processos de TCEs – Conceição de Macabu

ANO	VALOR GERAL DE TCE	VALOR QUESTIONADO	(%)	VALOR IMPUTADO	(%)	VALOR RESSARCIDO	(%)
2015	R\$ 45.450,90	R\$ 45.450,90	-	-	-	-	-
ANO	VALOR MULTAS TCE/RJ	(%)	DEVOLUÇÃO PROCESSUAL	(%)	TRANCAMENTO PROCESSUAL	(%)	
2015	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

3.1.1.9. São Fidélis

Com uma cadeia produtiva sustentada pela cultura da lavoura da cana-de-açúcar e pecuária e com dependência financeira dos recursos dos royalties do petróleo atingem o grau de 84% o Município de São Fidélis tem a área territorial de 1.031,60 km², correspondendo a 10,6% da Região Norte Fluminense e 0,24% da área do estado, teve segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população estimada em 2020 de 38.710, correspondendo a 0,22% da população do estado (TCE/RJ, 2020).

Quanto ao IDHM, São Fidélis está situado na faixa de desenvolvimento humano médio, tendo evoluído de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010 e 0,691 em 2020, o que apesar do crescimento de 32,93% apontado até 2010, na última década sofreu uma redução de de 8,96% no índice.

Quanto ao conceito de desenvolvimento, São Fidélis recebeu conceito de desenvolvimento moderado (0,6391), ocupando a 80ª posição no ranking estadual e a posição 3.507 no ranking nacional (Firjan, 2018).

Pelos dados do ITAI, o Município alcançou a média 0,64 (acessibilidade: 0,10; conteúdo: 0,36 e tempestividade: 0,18) e segundo o CAO Cidadania o Município de Quissamã alcançou o 75º lugar com nota 4,4 na promoção do controle interno e da Controladoria. Sob os aspectos orçamentários, nos exercícios de 2015 a 2020, o Município apresentou, segundo os estudos sócioeconômicos do TCE/RJ os seguintes dados:

Tabela 25 – Dados orçamentários – São Fidélis

	ORÇAMENTO/15	ORÇAMENTO/16	ORÇAMENTO/17	ORÇAMENTO/18	ORÇAMENTO/19	ORÇAMENTO/20
RECEITA	91.089.733,00	88.479.246,98	93.347.207,74	114.194.377,00	104.588.000,00	110.987.277,18
DESPESA EXECUTADA	91.732.785,00	87.926.277,37	101.339.742,35	112.103.614,65	65.352.500,97	68.130.704,41
DESPESA CORRENTE	86.680.440,00	85.175.617,53	95.024.397,39	102.904.057,83	96.462.554,71	103.384.385,07
RECEITA CORRENTE	88.900.288,00	87.725.441,97	92.309.283,58	113.696.203,48	95.839.130,87	119.512.383,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.131.247,00	5.294.087,44	5.599.459,60	5.675.668,79	6.347.655,67	7.388.701,66
INVESTIMENTO	2.913.771,00	2.182.754,08	5.192.636,94	6.096.443,85	4.271.054,29	3.947.015,62

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TCE/RJ e do Município

Quanto a atuação do órgão de controle na instauração de processos, há inviabilidade de realizar o aprofundamento no tema diante da constatação que no período apurado não foram instaurados processos de tomada de contas especial pela Municipalidade.

3.2. Coletas de dados dos processos de tomada de contas especial instaurados pelos Municípios do Norte Fluminense no período de 2015 a 2020

As coletas de dados para a consecução deste estudo, de natureza exploratória foram feitas com base em dados primários e secundários, inicialmente a partir de buscas nos sítios eletrônicos dos Portais da Transparência dos Municípios e do TCE/RJ, realizadas no período de julho de 2020 a março de 2021.

Quanto a forma de solicitação dos dados, no planejamento inicial para realização da coleta considerou-se a possibilidade de comparecimento presencial; no entanto, em virtude da pandemia causada pelo Covid-19 tal formato se tornou inviável, em razão das restrições sanitárias impostas que limitaram tanto o deslocamento entre os Municípios quanto as rotinas administrativas das Prefeituras, o que culminou na opção prioritária pela coleta de dados por peticionamento eletrônico.

Após a definição do tema proposto, inicialmente foram remetidos, através de *e-mail* em julho de 2020 a todos os órgãos de controle interno dos Municípios estudados, petição com requerimento de informações fundadas na LAI sobre dados referentes aos processos de tomada de contas especial instaurados pelos respectivos órgãos (vide Anexo B).

Considerando a competência legislativa dos Municípios especialmente em matérias relativas às suas funções administrativas, foi necessário realizar o levantamento se os

Municípios estudados possuem legislação ou regulamentação própria sobre processo de tomada de contas especial, inclusive quanto a organização administrativa para designação dos servidores membros da Comissão de tomada de contas. Além disso, a coleta dos resultados econômicos dos processos instaurados seria necessária para a análise da eficácia do processo, por esta razão os pedidos de informação solicitaram as seguintes informações: (vide Anexos C e D)

- i.* O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial?
- ii.* Quais os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas?
- iii.* Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas?
- iv.* Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.
- v.* Relatório com os valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.
- vi.* Como analisar a eficácia e os resultados obtidos nos processos de Tomada de Contas instaurados pelo Município?

Transcorrido o prazo legal e diante da inércia dos órgãos consultados, em agosto de 2020 foram reiterados os requerimentos, desta vez com encaminhamento também para as respectivas Ouvidorias, Controladorias e Chefias de Gabinetes dos Prefeitos, relatando que se tratava de reiteração de pedido fundado na LAI, (vide Anexo D)..

Com a reiteração, os órgãos de controle dos Municípios de São João da Barra e São Francisco de Itabapoana responderam que precisariam de dilação de prazo para a consolidação e fornecimento dos dados solicitados, tendo respondido definitivamente em setembro e dezembro de 2020, respectivamente (vide Anexos E e F).

Com o silêncio dos demais entes municipais, em outubro de 2020 foram encaminhados a todos os Prefeitos, petição fundada na LAI, relatando as tentativas frustradas de acesso às informações requerendo diretamente a estes os dados necessários sobre os processos de tomada de contas especial.

Encerrado o exercício de 2020, os órgãos e Prefeitos dos Municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã e São Fidélis não encaminharam respostas sobre os pedidos realizados, ou seja, 7 dos 9 municípios

pesquisados.

Tendo em vista o fim do exercício e a mudança na administração municipal em razão dos resultados das eleições ocorridas em 2020, a fim de coletar os dados necessários ao estudo, em janeiro de 2021 foram protocolados perante os Municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã e São Fidélis, pedidos de informação (vide Anexo D), destacando que neste momento fora encaminhado também ao TCE/RJ requerimento de informações sobre os processos de tomada de contas especial a fim de obter diretamente do órgão de controle máximo do estado do Rio de Janeiro, informações seguras a respeito do quantitativo de processos instaurados pelos Municípios por determinação do TCE/RJ (vide Anexo G)..

Diante dos novos requerimentos, quanto ao TCE/RJ a solicitação fora respondida no prazo previsto no artigo 11 da LAI (vide Anexo H).

Em relação a resposta fornecida pelo TCE/RJ, inobstante a LAI estabeleça que as Cortes de Contas estejam subordinadas a seus ditames, nestes termos:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, *incluindo as Cortes de Contas*, e Judiciário e do Ministério Público; (destaque nosso)

E que a Lei Complementar nº 63/90, em seu artigo 3º, XXI estabeleça que compete ao Tribunal de Contas determinar a instauração de tomada de contas especial.

A Ouvidoria encaminhou resposta de que fundada na Resolução TCE/RJ nº 275/2013 não forneceria as informações solicitadas, nestes termos:

“o Setor Especializado destacou que não serão atendidos pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, conforme previsto no inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 275 de 25/03/2013, que dispõe sobre o acesso à informação pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução nº 275, de 25/03/2013

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

Desta forma, conforme recomendação da própria Corte de Contas, não restou outra

alternativa senão a de realizar no sistema de processos do TCE/RJ a busca individual dos processos por jurisdicionado.

Quanto ao Município de Campos dos Goytacazes, as informações foram prestadas no mês de janeiro pelo órgão de controle de forma parcial, tendo indicado que alguns dos dados deveriam ser solicitados à Secretaria de Fazenda do Município, o que fora realizado, sem resposta (vide Anexo I).

Quanto aos Municípios de Macaé e Quissamã em março foram encaminhadas as informações solicitadas, tendo a administração macaense repondido parcialmente (vide Anexos J e K).

Alcançado o termo do prazo estabelecido para coleta de dados, transcorridos 11 meses desde o primeiro protocolo de requerimento, o prazo de atendimento aos pedidos de dados fundados na Lei de Acesso à Informação, assim se consolidou:

Quadro 6 – Prazo de atendimento aos requerimento de informações

REQUERIDO	SITUAÇÃO	PRAZO
Município de Campos dos Goytacazes	Respondido parcialmente	204 dias
Município de Carapebus	Não respondido	-
Município de Cardoso Moreira	Não respondido	-
Município de Conceição de Macabu	Não respondido	-
Município de Macaé	Respondido parcialmente	261 dias
Município de Quissamã	Respondido	248 dias
Município de São Fidélis	Não respondido	-
Município de São Francisco de Itabapoana	Respondido	158 dias
Município de São João da Barra	Respondido	72 dias
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	Respondido	18 dias

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados disponibilizados pelos Municípios e diante da resposta apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi necessária a realização de buscas de outras informações no site do próprio Tribunal de Contas no *link* <https://www.tce.rj.gov.br/consulta-processo/Processo/List#>, para acréscimo a apuração das informações sobre os processos de tomada de contas especial em curso naquele Tribunal de Contas.

Inobstante às buscas realizadas, não raras vezes as informações prestadas pelos Municípios divergiram daquelas apresentadas nos processos e no sistema do TCE/RJ, o que evidenciou a parcialidade das informações relativas ao potencial retorno econômico das apurações realizadas nos processos de tomada de contas especial.

4. RESULTADOS

A coleta de dados teve como objetivo preliminarmente identificar todos os processos de tomada de contas especial instaurados pelos Municípios do Norte fluminense no período de 2015 a 2020 e ainda apurar os resultados financeiros dos processos a fim de verificar se este como mecanismo de accountability tem alcançado os resultados com eficácia.

Com a coleta de dados realizada no portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e obtidas junto aos órgãos de controle interno dos Municípios, foi possível identificar os resultados dos processos e alguns fatores que influenciam nos resultados destes.

Abaixo serão apresentados e analisados os resultados encontrados em cada Município.

4.1. Campos dos Goytacazes

Em relação ao Município de Campos dos Goytacazes foi identificado que no período analisado foram instaurados pela Controladoria, 25 processos de tomada de contas especial, tendo sido reconhecido pelo TCE/RJ a ocorrência de dano ao erário no valor de R\$ 9.532.812,72 (nove milhões, quinhentos e trinta e dois mil, oitocentos e doze reais e setenta e dois centavos) não tendo havido qualquer ressarcimento aos cofres campistas.

Foi identificado que não foi possível apurar a responsabilidade de despesas nos montantes de R\$ 17.763.451,37 (dezessete milhões, setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos) em virtude de falhas na condução dos trabalhos pela Comissão e de R\$ 742.755,53 (setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) em razão de trancamento de processos em virtude da inviabilidade da apuração da regularidade da despesa em razão de ausência de documentos causadas por extravios.

Diante do exposto pode se concluir que em relação ao Município de Campos dos Goytacazes o processo de tomada de contas especial não apresentou resultados econômicos eficazes especialmente em decorrência das deficiências na seleção dos membros da Comissão e da gestão do acervo documental da Prefeitura.

4.2. São João da Barra

Os processos de tomada de contas especial proporcionaram ao Município sanjoanense a recuperação do valor de R\$ 12.386,28 (doze mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e oito centavos), refletindo 0,03% do valor questionado no exercício de 2016, além disto, foi identificado o cancelamento injustificado de dívida no Município no montante de R\$ 320.641,52 (trezentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

Em relação ao desempenho da Comissão somente no exercício de 2015, por exemplo, 75,96% ou seja, R\$ 922.720,02 (novecentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte reais e dois centavos) dos valores questionados pelo TCE/RJ tiveram sua apuração inviabilizada em decorrência de falhas na condução do processo que acarretaram em suas devoluções. Além disso, a deficiência na gestão documental impediu recuperação de R\$ 263.130,00 (duzentos e sessenta e tres mil, centro e trinta reais), ou seja, 21,66% dos valores questionados em processos que foram determinados seus trancamentos.

Cabe destacar ainda que dentre os Municípios analisados, São João da Barra foi o único a contar com legislação própria (Lei Municipal nº 256/2013) que regulamentou a atuação da Comissão de Tomada de Contas Especial e estabeleceu o pagamento de gratificação no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) aos seus membros em razão da conclusão dos processos com a emissão do seu respectivo relatório final.

Isto posto pode se concluir que quanto ao Município de São João da Barra o processo de tomada de contas especial apresentou resultados econômicos insignificantes, evidenciando que o pagamento de estímulo financeiro aos membros da Comissão não refletiu maiores resultados, tampouco guarda relação com o volume de recursos de fato ressarcidos ao erário municipal.

4.3. Quissamã

A Controladoria do Município de Quissamã instaurou no período 2015/2020, 17 processos de tomada de contas especial, com destaque para o exercício de 2015 quando 93,45% dos recursos analisados nos processos de tomada de contas especial apresentaram segundo o TCE/RJ alguma irregularidade.

A partir dos valores apurados foi possível identificar que no período analisado somente

no exercício de 2015 foi registrado efetivo ressarcimento ao erário no montante equivalente a 0,65% do valor questionado pelo TCE/RJ, perfazendo R\$ 6.748,00 (seis mil, setecentos e quarenta e oito reais).

Além disso, estão inscritas na dívida ativa do Município o valor de R\$ 4.551.566,71 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos) constando ainda em tramitação a cobrança judicial no valor de R\$ 19.224.357,71 (dezenove milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos), valores estes que quando ressarcidos restituirão aos cofres o montante de R\$ 23.775.924,40 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Quanto a tramitação processual merecem destaque os valores imputados pelo TCE/RJ a título de multa, tendo o tribunal recebido o valor de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais) que, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.113/11, são destinados ao Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE/RJ que dentre suas finalidades podem ser usadas, por exemplo, na capacitação, formação e treinamento dos servidores do Tribunal de Contas e no aprimoramento das atividades da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas.

Aspecto relevante, a atuação da Comissão designada e a gestão documental do Município não comprometeram negativamente a condução e os resultados dos processos, com destaque para os resultados auferidos pelo TCE/RJ em razão da aplicação das multas, que alcançaram no primeiro momento resultado superior ao percebido pelo Município.

Sendo assim, quanto aos resultados obtidos pelo Município de Quissamã, não houve eficácia imediata dos processos de tomada de contas, persistindo no entanto, expectativa de ressarcimento em razão do processos judicial e inscrição da dívida em tramitação.

4.4. Macaé

Município que apresentou maior volume de processos de tomada de contas especial instaurados no período, com 83, Macaé alcançou a expectativa de recuperação de valores declarados pelo TCE/RJ como dano ao erário do importe de R\$ 17.889.051,06 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, cinquenta e um reais e seis centavos), no entanto, até o momento somente 0,038% deste valor efetivamente foi ressarcido, ou seja, R\$ 6.775,00 (seis

mil, setecentos e setenta e cinco reais).

Diante de tal valor merece destaque o valor total das multas aplicadas pelo TCE/RJ que alcançaram o valor de R\$ 262.363,85 (duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), valor este esquivante a 38 vezes o valor já ressarcido ao Município.

Quanto a atuação da Comissão tomadora, o Município adota como critério de seleção os parâmetros determinados na Deliberação TCE/RJ nº 279/17, não tendo a atuação destes comprometido a apuração dos processos.

Assim como outros Municípios, a deficiência na gestão de documentos determinou o trancamento de processos em virtude da inviabilidade da apuração da regularidade da despesa impossibilitando a recuperação de despesas no valor de R\$ 35.579,23 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos), ou seja, 0,01% dos valores considerados como irregulares.

Sendo assim, quanto ao Município de Macaé o processo de tomada de contas especial no período estudado não apresentou resultados econômicos eficazes.

4.5. São Francisco de Itabapoana

A coleta de dados referentes ao Município de São Francisco de Itabapoana revelou divergência entre os dados contidos no TCE/RJ e aqueles apresentados pela sua Controladoria.

Segundo registros do TCE/RJ foram instaurados no período analisado, 03 processos de tomada de contas especial, no entanto, de acordo com dados apresentados pelo Município há em tramitação apenas 01 processo autuado em 2015 que trata de despesa no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), e que se encontra em fase de apresentação de razões de defesa, não havendo previsão de sua conclusão.

Quanto aos critérios adotados pela Controladoria para designação da Comissão tomadora, ganha destaque a afirmação de que os critérios são definidos pela Procuradoria Geral do Município, tendo sido “notado que a Comissão de sindicância tem cumulado as funções com os Processos de Tomada de Contas Comum e Especial.”

Diante dos dados coletados, em relação ao Município de São Francisco de Itabapoana ficou evidenciada a fragilidade da administração municipal na condução dos processos de tomada de contas especial, como reflexo encontramos o critério de formação da Comissão

tomadora, pois como informado, sendo de conhecimento que os processos de tomada de contas e sindicância possuem naturezas distintas a segregação das funções pela Comissão compromete o resultado dos processos.

4.6. Carapebus

A Controladoria do Município de Carapebus instaurou no período 2015/2020, 07 (sete) processos de tomada de contas especial. Destes, não foram alcançados ressarcimentos ao erário, no entanto, houve por parte do TCE/RJ a aplicação de multas que alcançam R\$ 20.379,15 (vinte mil, trezentos e setenta e nove reais e quinze centavos).

Os dados obtidos nos processos de tomada de contas revelaram que no exercício de 2015 todos os valores considerados com indícios de irregularidades tiveram sua apuração obstruída por determinação do TCE/RJ em razão de trancamentos e devolução dos processos no valor de R\$ 1.280.932,66 (um milhão, duzentos e oitenta mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Da análise dos processos identificados se conclui que não houve a recuperação de qualquer valor aos cofres do Município entre os anos de 2015 e 2020.

Assim, é possível afirmar que o processo de tomada de contas especial não apresentou resultados econômicos eficazes ao Município de Carapebus.

4.7. Conceição de Macabu

Em relação ao Município de Conceição de Macabu no período analisado foi identificada a instauração de apenas um processo de tomada de contas especial, que analisa despesa no valor de R\$ 45.450,90 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e noventa centavos), estando o processo em fase de apresentação de razões de defesa, não tendo alcançado desta forma qualquer ressarcimento.

Quanto aos critérios adotados para designação da Comissão, existência de inscrição em dívida ativa, ajuizamento de ações de execução e eventuais regulamentações próprias adotadas pelo Município não foi possível identificar em razão da ausência de dados no Portal da Transparência do Município e também em razão da ausência de respostas aos reiterados pedidos

de informação protocolados.

Portanto, diante dos dados coletados foi possível constatar que o processo de tomada de contas especial no período de 2015 a 2020 não alcançou a recuperação de recursos aplicados irregularmente.

4.8. Cardoso Moreira

A Controladoria do Município de Cardoso Moreira não instaurou processo de tomada de contas especial no período de 2015 a 2020, não havendo que se cogitar na recuperação de recursos irregularmente aplicados.

Quanto aos critérios de designação da Comissão tomadora, existência de inscrição em dívida ativa, ajuizamento de ações de execução e eventuais regulamentações próprias adotadas pelo Município não foi possível apurar em razão da ausência de dados no Portal da Transparência do Município e em razão da inércia diante dos reiterados pedidos de informação protocolados.

Portanto, diante dos dados coletados foi possível constatar que o processo de tomada de contas especial no período de 2015 a 2020 não alcançou a recuperação de recursos aplicados irregularmente no Município de Cardoso Moreira.

4.9. São Fidélis

A Controladoria do Município fidelense segundo dados apurados no TCE/RJ não instaurou processo de tomada de contas especial no período de 2015 a 2020, não registrando portanto valores a serem ressarcidos.

Em razão da ausência de respostas aos pedidos de informação realizados em relação aos critérios de designação da Comissão tomadora, existência de inscrição em dívida ativa, ajuizamento de ações de execução e eventuais regulamentações próprias adotadas pelo Município houve prejuízo à apuração inclusive em razão da ausência de dados no Portal da Transparência do Município.

Desta forma, diante dos dados coletados foi possível constatar que o processo de tomada de contas especial no período de 2015 a 2020 não alcançou resultados satisfatórios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi contribuir com os estudos sobre a eficácia do processo de tomada de contas especial como mecanismo de recuperação de recursos públicos aplicados irregularmente.

Inicialmente foi realizada uma discussão conceitual a partir dos elementos relevantes ao tema, sem intenção de esgotar todo repertório conceitual da literatura especializada, tendo em vista que diante da magnitude dos temas correlatos a abordagem irrestrita comprometeria o ponto focal deste trabalho que foi avaliar a eficácia do resultado econômico do processo de tomada de contas especial.

Diante do referencial teórico explorado, o processo de tomada de contas especial consiste na formalização de um mecanismo de *accountability*, na medida em que advém do dever de prestar contas, cuja natureza híbrida se confirma pelo exercício da autotutela administrativa pelos órgãos de controle interno, pela atuação da sociedade, como fonte geradora de informações de irregularidades e pela atuação do Tribunal de Contas, como órgão de controle externo imbuído de poder sancionador com legitimidade constitucional para atuar na fiscalização e controle dos gastos públicos.

Constatamos no processo de coleta de dados que as transparências ativa e passiva dos órgãos consultados não foram suficientes para a obtenção das informações, com destaque para a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que embora no campo teórico ganhe destaque função de avaliação dos Tribunais de Contas e dos órgãos de controle interno dos Municípios, ficou constatada a limitação do TCE/RJ ao pautar-se na Resolução nº 275/2013, para negar o acesso a informações que “exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão”, o que leva à discussão perante a Lei de Acesso à Informação sob a ótica do princípio constitucional da hierarquia das normas, na medida em que a Resolução não prevalece sobre lei.

Ao garantir o direito fundamental de acesso à informação, diante da relevância dos dados e a competência para adoção e determinação de providências para avaliar riscos, corrigir os erros e inibir reincidências, conforme Fernandes (2015), a redação da Resolução nº 275/2013 não parece refletir o objetivo do legislador ao franquear o acesso total e irrestrito às informações públicas.

Em relação aos resultados econômicos auferidos pelos Municípios, restou verificado que dentre os processos apurados, esses se mostraram ínfimos a todos os Municípios do Norte Fluminense, gerando maior resultado econômico em favor do Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do TCE/RJ, que é mantido dentre outras receitas, com aquelas geradas pelas multas aplicadas pelo TCE/RJ, conforme estabelecido pela Lei Estadual nº 6.113/2011.

Além disto, a divergência entre os dados fornecidos pelos Municípios do Norte fluminense daqueles constantes no Portal da Transparência do TCE/RJ comprometeu a aferição com exatidão sobre a eficácia do processo de tomada de contas especial.

Cabe destacar ainda que, o presente estudo não teve o propósito de apresentar o processo de tomada de contas especial como uma solução para os problemas orçamentários dos Municípios tampouco realizar juízo de valor sobre a gestão dos Municípios analisados.

No entanto, diante de todos os aspectos elencados neste trabalho, espera-se que tenha ficado evidenciada a necessidade da discussão sobre os efeitos deste mecanismo de *accountability* quanto ao ressarcimento ao erário, pois, como mecanismo de recuperação de recursos aplicados irregularmente, segundo os resultados alcançados pelos Municípios do Norte fluminense no período analisado não se revelou eficaz.

Portanto, os resultados obtidos nos processos de tomada de contas especial se mostraram tímidos, tendo dentre as possíveis causas: *i.* a ausência de prazo legal determinado para conclusão e julgamento dos processos; *ii.* a deficiência na gestão de documentos públicos que em razão de extravios, inviabilizam a instrução processual acarretando o julgamento como iliquidável ou pelo trancamento das contas, *iii.* a deficiência na seleção e designação dos servidores designados para compor as respectivas Comissões que contribuem para a morosidade processual em virtude de sua devolução para refazimento e *iv.* a morosidade do poder judiciário na conclusão e cumprimento das decisões.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Luiz Lima. **A conversão do processo de inspeção de execução contratual de obras públicas em processo de tomada de contas especial: uma resposta para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ. 2009.

AGUIAR, Julio Cesar. HABER, Melina Tostes. Controle jurídico das políticas públicas: uma análise a partir dos conceitos de eficácia, efetividade e eficiência. In: **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Ano 17. N. 70. out/dez/2017. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ALCANTARA, Christian Mendez Os Princípios Constitucionais da eficiência e eficácia da administração pública: estudo comparativo Brasil e Espanha. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 2009, n. 1, Ago-Dez. p. 24-49. Disponível em: http://www.abdconst.com.br/revista/revista_completa.pdf#page=24. Acesso em: 18.09.2019

ALENCAR, Cícero Oliveira de, FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Excelência na Gestão Pública: a contribuição do Controle Interno da Marinha do Brasil. In: **REGE - Revista de Gestão**, Volume 23, Issue 2, 2016, Pages 172-184. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com.br/science/article/pii/S1809227616300170#abs0010>. Acesso em: 15.mar.2021

ALMEIDA, Geórgia Campos de. O papel dos Tribunais de Contas no Brasil. O papel dos Tribunais de Contas no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 845, 26 out. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7487>. Acesso em: 21 maio 2021. Acesso em: 18.abr.2021.

ARANTES, Rogério B. *et al.* Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando L.; PACHECO, Regina S. (Org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 109-147.

AMARAL, Roberta Montello. **A avaliação de resultados no setor público: teoria e aplicação prática no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4faval_resul_no_setor_pub.pdf . Acesso em: 18.abr.2021.

ARRAES, J. P. da S., FERREIRA, L. O. G., & REIS, O. P. M. dos. Tomada de contas especial e cobrança executiva no âmbito do Tribunal de Contas da União 2013-2017. **Revista Controle - Doutrina E Artigos**. 201-224, 2019.

ATLAS BR. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20.mai.2021.

BARROS. Caio Filipe Costa. **Tomada de Contas Especial: um estudo à luz das normas do Tribunal de Contas do Distrito Federal**. Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2017.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Uma Metodologia para a Avaliação da Eficiência e Eficácia na Gestão dos Recursos Públicos**. Enanpad. 2002. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-ccg-639.pdf>. Acesso em: 05.abr.2021.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. CALDEIRA, Daniel Matos. SABENÇA, Sandro Zachariades. Inovação em accountability no combate à Covid-19 no Brasil: Uma análise empírica do Controle Interno. In: **Revista da CGU**, v. 12. N. 22. Brasília-DF, jul-dez,2019. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/325. Acesso em: 10.abr.2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. **Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm. Acesso em: 02.mai.2021.

_____. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 02.mai.2021.

_____. Decreto-Lei nº 426, de 12 de maio de 1938. **Organiza o Tribunal de Contas**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=426&ano=1938&ato=6910zYE10drpXT395>. Acesso em: 02.mai.2021.

_____. Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. **Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D93872.htm. Acesso em: 02.mai.2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20.mar.2021

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20.mar.2021.

_____. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. **Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8443.htm. Acesso em: 20.mar.2021.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá**

outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 15.fev.2021.

_____. Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. **Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-579-30-julho-1938-350919-publicacaooriginal-126972-pe.html>. Acesso em: 15.fev.2021.

_____. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 15.fev.2021.

_____. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. **Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm. Acesso em: 10.fev.2021.

_____. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 10.fev.2021.

_____. Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018. **Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13655.htm. Acesso em: 10.fev.2021.

BRENTANO, Alexandre. O exercício da autotutela pela Administração Pública nos atos de concessão de aposentadoria. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 09 abr 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/42032/o-exercicio-da-autotutela-pela-administracao-publica-nos-atos-de-concessao-de-aposentadoria>. Acesso em: 09 abr 2021.

BUTA, B. O.; TEIXEIRA, M. A. C.; SCHURGELIES, V. Accountability nos Atos da Administração Pública Federal Brasileira. **Revista Pretexto**, v. 19, n. 4, p. 46-62, 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 27 ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

CASTARDO, Hamilton Fernando. **Natureza Jurídica do Tribunal de Contas no Ordenamento Brasileiro**. Piracicaba: UNIMEP, 2007. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Resende de Barros Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Direito Universidade Metodista de Piracicaba, 2007.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública. In: **EnANPAD**, Salvador-BA: 23.set.2006. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-apsa-1840.pdf. Acesso em: 05.abr.2021.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Utilização de Indicadores de Desempenho no Setor Público: Estudo Realizado Na Controladoria Geral da União. In: **Anais do 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 28-29.jul.2011. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos112011/502.pdf>. Acesso em: 10.abr.2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em Números 2020**: ano-base 2019/Conselho Nacional de Justiça - Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB-V3-Justi%C3%A7a-em-N%C3%BAmeros-2020-atualizado-em-25-08-2020.pdf>. Acesso em: 10.abr.2021.

DA ROS, Luciano. Accountability legal e corrupção. In: **Revista da CGU**, Brasília. v.II, n. 20, Brasília-DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/44356>. Acesso em: 10.abr.2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. Publicações Firjan. **Pesquisas e Estudos Sócioeconômicos**: IFDM 2018 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Ano base – 2016.jun.2018

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Tomada de Contas Especial: processo e procedimento na administração pública e nos tribunais e contas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum 1998.

_____. **Tomada de Contas Especial: processo e procedimento na administração pública e nos tribunais e contas**. 3ª ed. Belo Horizonte: Fórum 2005.

_____. **Tomada de Contas Especial: processo e procedimento na administração pública e nos tribunais e contas**. 6ª ed. Belo Horizonte: Fórum 2015.

INTOSAI – INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS. **Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público**. Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Série Traduções nº 13. 2007.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 19ª edição. Editora Saraiva, São Paulo: 2015.

MELO, Verônica Vaz de Melo. **Tribunal de contas: história, principais características e importância na proteção do patrimônio público brasileiro**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/tribunal-de-contas-historia-principais-caracteristicas-e-importancia-na-protecao-do-patrimonio-publico-brasileiro/>. Acesso em: 15.abr.2021

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Projeto Edificando o Controle Interno – **ECI: Edificando o Controle Interno**. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1180942/RelatorioECI.html>. Acesso em: 15.mai.2021.

NUNES, Wanda Claudia Galluzzi. **Controle social dos gastos públicos: a denúncia aos Tribunais de Contas como mecanismo de accountability horizontal socialmente provocada**. Orientadora: Ana Lúcia Lyra Tavares. Dissertação (Mestrado em Direito)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

MONTENEGRO, Antonio Lindbergh C. **Ressarcimento de Danos**. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 7

O'DONNELL, Guillermo. **Accountability horizontal e novas poliarquias**. Lua Nova, n. 44, p. 27-54, 1998.

PAVANELO PIVETTA, Natália; DE CAMPOS, Simone Alves Pacheco; SCHERER, Flavia Luciane. A Influência do Modelo Weberiano de Burocracia na Escola Clássica, Escola de Relações Humanas e Abordagem Comportamental. *Revista de Administração IMED*, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 90-117, dez. 2018. ISSN 2237-7956. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/2641/1942>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PEREIRA, Cláudia Maria Albuquerque **O controle externo da administração pública: distorções e desafios nos municípios alagoanos (2002-2012)**. Orientador: Prof. Dr. Jorge Zaverucha. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2015.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. *Accountability social, la otra cara del control*. In: PERUZZOTTI, Enrique, SMULOVITZ Catalina (Org.). **Controlando la política: ciudadanos y médios en las nuevas democracias latino-americanas**. Buenos Aires: Editorial Temas, 2002. p. 23-52.

QUINTÃO, C. M. P. G.; CARNEIRO, R. A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 2, p. 473-491, 2015

RIEDEL, Lucas Malacarne. **Tribunal de Contas: Breve Histórico a Partir da Constituição de 1891**. Disponível em: <https://riedel.jusbrasil.com.br/artigos/399993717/tribunal-de-contas>. Acesso em: 10.abr.2021.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº 63, de 01 de agosto de 1990. **Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências**. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87506/lei-complementar-63-90>. Disponível em: 10.fev.2021.

_____. Lei nº 6.113 de 16 de dezembro de 2011. **Institui o Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro FEM/TCE e dá outras providências**. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/ba8082b7d6c017b28325796c004b3f7c?OpenDocument>. Acesso em: 20.jun.2021.

ROBALO, António. "Eficácia e Eficiência Organizacionais". In: **Revista Portuguesa de GESTÃO**, 1995; 105-16.

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens*. *Contabilidade Gestão e Governança*, v. 14, n. 2, set. 2011. Disponível em: Available at: <<https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/314>>. Acesso em: 18.abr.2021.

SACRAMENTO, A. S., & PINHO, J. G. (2016). The process of implementing answerability in contemporary Brazil. **Revista de Administração Pública**, 50(2), 193-213.

SANO, Hironobu.; MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge França As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. *Desenvolvimento em Questão*, v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013.

SANTOS, Homero. O controle da administração pública. In: **Revista do TCU**. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1042/1097>. Acesso em: 20.mai.2021.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing Accountability. In: A. Schedler, L. Diamond, & M. F. Plattner, *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies* (pp. 13-28). Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18.abr.2021.

SILVA, A. C. O. Tomada de Contas Especial e a Reparação do Dano. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. p. 80-107, 2015.

SILVA, A. P. da. Tomada de Contas Especial: Uma Medida de Exceção no Controle Administrativo. **Revista Controle - Doutrina E Artigos**, v. 8, 153-170, 2010

SILVA, Pedro Gabriel Kenne da. O papel do controle interno na administração pública. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1º semestre 2002.

SILVA, Vitor Levi Barboza Silva. **O processo de tomada de contas especial no âmbito do Tribunal de Contas da União. Direito administrativo e gestão pública**. Organização CONPEDI. Disponível em: www.conpedi.org.br. Acesso em: 20.mar.2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Especial nº 719.738 – RS**. Relator: Ministro Teori Zavascki. Julgado em 16.09.2008.

_____. **Mandado de Segurança nº 24.961**. Relator: Ministro Carlos Velloso

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Instrução Normativa nº 71, de 28 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/tomada-de-contas-especial/conheca-a-tomada-de-contas-especial.htm>. Acesso em: 18.jun.2020.

_____. **Acórdão 1.345/2010**. 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União. Relator: Ministro José Múcio Monteiro. Data da Sessão: 16/3/2010 – Ordinária.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Deliberação nº 279, de 24 de agosto de 2017. **Dispõe sobre a instauração e a organização de procedimentos de tomadas de contas no âmbito da administração pública, direta e indireta, estadual e municipal, e disciplina seu encaminhamento ao Tribunal de Contas.** Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/anexos-e-modelos-da-deliberacao-de-tomada-de-contas>. Acesso em: 18.jun.2020.

_____. Manual de Auditoria Governamental. Secretaria Geral de Controle Externo – SGA. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Resolução nº 275, de 25 de março de 2013. **Dispõe sobre o acesso à informação pública, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/portal-tce-webapi/api/arquivos/afba3941-2917-4d52-ba41-08d8d90ad13d/download>. Acesso em: 28.jan.2021.

_____. Resolução nº 361, de 16 de setembro de 2020. **Disciplina os procedimentos de Verificação de Procedência de Informação (VPI), Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (PAD), além do funcionamento da Comissão Permanente Disciplinar (CPD), responsável pela apuração de Sindicâncias e de Processos Administrativos Disciplinares em face de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/documents/69803652/0/Resolucao361.pdf>. Acesso em: 28.jan.2021.

_____. **Mapa de Indicador de Transparência. Indicador de Transparência do Poder Executivo – 2019.** Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/mapa-itai/home/1/2019>. Acesso em: 20.mai.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – Campos dos Goytacazes.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – Carapebus.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – Cardoso Moreira.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – Conceição de Macabu.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – Macaé** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em:

https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – Quissamã.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – São Fidélis.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – São Francisco de Itabapoana.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

_____. **Estudos Sócioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro 2020 – São João da Barra.** Subsecretaria de Planejamento. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 20.abr.2021.

VUOLO, Cassyra L. Os Tribunais de Contas como instrumento de construção da cidadania. In.: **Tribunais de Contas: Defesa do interesse público e combate à corrupção: anais do XXIV Congresso Nacional dos Membros do Tribunal de Contas do Brasil: Comemoração dos 50 anos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.** Belo Horizonte: Fórum, 2008.

XAVIER, Roberto Salles. **Accountability e as suas Múltiplas Abordagens: um Balanço Teórico.** XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 04-07.set.2001. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB649.pdf>. Acesso em: 15.abr.2021.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DE PROCESSOS IDENTIFICADOS NO PORTAL DO TCE/RJ

RELATÓRIO DE PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE									
nº	Município	Ano	Tipo de Processo	Processo TCE/RJ	Objeto	Valor do Contrato	Valor questionado	valor imputado	tramitação
1	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	203181-0/2015	Licitação - Tomadas de Preço	742.755,53	742.755,53		Trancamento - processos desaparecidos
2	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	214093-6/2015	Contrato merenda - Educação	4.657.677,39	4.657.677,39	2.308.702,83	
3	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	214684-1/2015	Prestação de contas - ordenador	42.194.840,17	42.194.840,17		em tramitação
4	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	218634-4/2015	Convênio	2.800.000,00	2.800.000,00		regularidade - quitação - arquivamento
5	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	219387-0/2015	Dispensa de licitação	1.851.759,65	1.851.759,65		regularidade - quitação - arquivamento
6	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	222130-8/2015	Dispensa de licitação	1.851.759,65	1.851.759,65		regularidade - quitação - arquivamento
7	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	267767-0/2015	Adiantamento	4.000,00	714,35		regularidade - quitação - arquivamento
8	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	267780-2/2015	Concorrência Pública	3.127.729,93	3.127.729,93		devolução ao Município - refazer tomada
9	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	270882-9/2015	Relatório de Auditoria - OSCIP				regularidade com ressalva
10	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	806073-6/2015	Concessão de bolsa de estudo	21.483.593,21	13.027.940,63		em tramitação
11	Campos dos Goytacazes	2015	Tomada de Contas Especial	807625-2/2015	Subvenção	1.057.200,00	305.803,37	154.185,73	citação para recolhimento
12	Campos dos Goytacazes	2016	Tomada de Contas Especial	825102-2/2016	Contrato (serviços gerais)	14.635.721,44	14.635.721,44		devolução ao Município - refazer
13	Campos dos Goytacazes	2016	Tomada de Contas Especial	821897-1/2016	Subvenção	92.552,16	8.875,39	206,94	devolução ao município - para cobrança
14	Campos dos Goytacazes	2016	Tomada de Contas Especial	814671-4/2016	Contrato (informática - CIDAC)	806.792,02	806.792,02		em tramitação
15	Campos dos Goytacazes	2016	Tomada de Contas Especial	201950-7/2016	Aquisição de material escolar	3.972.000,00			regular - quitação - arquivo
16	Campos dos Goytacazes	2017	Tomada de Contas Especial	229116-5/2017	Pregão Presencial - medicamento	1.084.026,58	46.044,49	12.970,28	citação - cobrança
17	Campos dos Goytacazes	2017	Tomada de Contas Especial	206884-9/2017	Convênio	244.855,30			regularidade - quitação plena - arquiv.
18	Campos dos Goytacazes	2017	Tomada de Contas Especial	203404-4/2017	Convênio	1.881.352,27	1.881.352,27	2.500,00	multa - processo sobrestado
19	Campos dos Goytacazes	2017	Tomada de Contas Especial	200426-1/2017	Contrato prestação serviço - curadoria	879.518,41	879.518,41		regularidade - quitação plena - arquiv.
20	Campos dos Goytacazes	2017	Tomada de Contas Especial	206627-9/2017	Prestação de contas - ordenador	12.238.348,40	12.238.348,40		aguardando resposta ofício
21	Campos dos Goytacazes	2017	Tomada de Contas Especial	210254-8/2017	INDISPONÍVEL NO SISTEMA TCE				
22	Campos dos Goytacazes	2018	Tomada de Contas Especial	203364-0/2018	Aditivo - Publicidade	5.000.000,00	5.000.000,00		regularidade - quitação - arquivamento
23	Campos dos Goytacazes	2019	Tomada de Contas Especial	239828-6/2019	Ajuste contratual	32.221.562,00	322.215,62	94.184,80	citação - recolhimento ao erário
24	Campos dos Goytacazes	2019	Tomada de Contas Especial	223080-2/2019	INDISPONÍVEL NO SISTEMA TCE				
25	Campos dos Goytacazes	2020	Tomada de Contas Especial	205455-6/20	INDISPONÍVEL NO SISTEMA TCE				
26	Carapebus	2015	Tomada de Contas Especial	805693-5/2015	TP - aterro sanit. - superest. Qt.	252.000,00	252.000,00		devolvido - refazer
27	Carapebus	2015	Tomada de Contas Especial	269224-2/2015	Contrato - sist. Inf. Gestão escol.	106.800,00	106.800,00		devolvido - refazer
28	Carapebus	2015	Tomada de Contas Especial	200937-6/2015	Contrato - merenda escolar	910.132,66	910.132,66		arquivo - desaparecidos
29	Carapebus	2015	Tomada de Contas Especial	200936-2/2015	Adiantamento	12.000,00	12.000,00		devolvido - providências

30	Carapebus	2016	Tomada de Contas Especial	206947-5/2016	Adiantamento	20.546,27	4.264,00		arquivamento - trancamento
31	Carapebus	2016	Tomada de Contas Especial	206782-3/2016	Despesa de pessoal	528.675,38	528.675,27		Multa - devolução - adeq. proc.
32	Carapebus	2017	Tomada de Contas Especial	217715-1/2017	Contr. sistema de gestão escolar	490.878,82	490.878,82		notif. - cumprimento de prazo
33	Conceição de Macabú	2015	Tomada de Contas Especial	231882-8/2015	Subvenções	45.450,90	45.450,90		razões de defesa
34	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	810896-6/2015	Comprovação de saldos em conta	14.846.745,73	14.846.745,73		regularidade - arquivo
35	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	810834-9/2015	Dispensa de licitação - ambul.	1.938.165,00	1.938.165,00		regular. c.ressalva - arq.
36	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	809394-9/2015	Contratação - cartografia	379.800,00	379.800,00		trancamento - arquivo
37	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	808736-4/2015	Contratação - show pirotécnico	340.000,00	340.000,00		trancamento - arquivo
38	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	295594-3/2015	Contratação - locação copiadora	738.853,08	738.853,08		irregularidade - arquivo - iliquidável
39	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	276989-5/2015	Subvenção social 2010	246.600,00	246.600,00		comunicação - apres. Doc. (extravio)
40	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	272016-6/2015	Auditoria governamental				apensação
41	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	269584-0/2015	Termo de parceria - epidemiolog.	919.196,69	191.196,69		apensação
42	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	265947-9/2015	Prestação de contas - ordenador	198.796.584,16	198.796.584,19		apensação
43	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	265946-4/2015	Contrato de serviço	20.610,95	20.610,95	7.740,40	citação para recolhimento
44	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	232554-0/2015	Subvenção social	198.000,00	198.000,00		regularidade com ressalva - arquivo
45	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	230173-9/2015	Contrato de serviço	2.075.561,28	674.664,48		citação para defesa
46	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	230167-9/2015	Contrato de serviço	862.500,00	259.921,57	81.228,03	inscrição em dívida ativa
47	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228058-6/2015	Subvenção social	7.500,00	7.500,00	4.413,84	irregularidade - cobrança executiva
48	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228057-2/2015	Ajuda financeira	296.110,00	241.205,35	141.953,30	rejeição de defesa - cobrança
49	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228056-9/2015	Ajuda financeira	3.000,00	3.000,00	1.765,54	rejeição de defesa - cobrança
50	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228043-1/2015	Depósito bancário irregular	489.493,77	489.493,77		devolução prefeitura adequação
51	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228038-6/2015	Ajuda financeira	31.560,00	31.560,00		regularidade - arquivo
52	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228034-0/2015	Ajuda financeira	100.000,00	100.000,00	54.973,03	irregularidade - cobrança judicial
53	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228018-6/2015	Ajuda financeira	13.500,00	13.500,00		regularidade com ressalva - arquivo
54	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228013-6/2015	Ajuda financeira	17.000,00	17.000,00		regularidade com ressalva - arquivo
55	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	228011-8/2015	Ajuda financeira	15.200,00	15.200,00	8.945,39	irregularidade - cobrança executiva
56	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	225544-4/2015	Contrato de serv. - exames med.	2.950.280,00	320.382,78		comunicação- razões de defesa
57	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	219857-5/2015	Ajuda financeira	70.000,00	70.000,00	38.396,99	irregularidade - cobrança executiva
58	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	218616-2/2015	Subvenção social	96.000,00	96.000,00		regularidade com ressalva - arquivo
59	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	215025-6/2015	subvenção social	46.000,00	46.000,00		regularidade com ressalva - arquivo
60	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	214808-9/2015	Inexigibilidade	287.070,05	287.070,05	103.713,36	comunicado - recolhimento-razões
61	Macaé	2015	Tomada de Contas Especial	213895-5/2015	Convênio	878.956,64	878.956,64		regularidade - arquivo

62	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	211007-6/2015	Convênio	1.054.884,26	1.054.884,26		regularidade - arquivo
63	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	210469-1/2015	Inexigibilidade - passag. Escolar	349.260,00	349.260,00		irregularidade (já havia sido multado)
64	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	209439-7/2015	Aquisição de mobiliário	599.000,00	599.000,00		irregularidade
65	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	204320-5/2015	Locação de imóvel	34.989,04	34.989,04	29.339,14	comunicação
66	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	204308-7/2015	Subvenção Social	264.000,00	264.000,00		Regularidade com ressalva - quitação
67	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	204245-9/2015	subvenção social	152.000,00	152.000,00		Regularidade com ressalva - quitação
68	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	202097-6/2015	Inexigibilidade - Festa de Peão	379.420,00	379.420,00	19.416,97	Comunicação - recolhimento/defesa
69	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	202006-7/2015	Subvenção Social	1.269.866,57	1.269.866,57		Devolução dos autos- recurso federal
70	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	201103-4/2015	Subvenção Social	4.714.189,74	54.444,06		Devolução dos autos- recurso federal
71	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	200292-4/2015	Concorrência Pública - Pq Cidade	34.120.579,53	34.120.579,53		trancamento - arquivo (falta de doc.)
72	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	200238-8/2015	Termo aditivo - Const. Rodov.	843.247,21	843.247,21	18.177,98	Citação - recolhimento/defesa
73	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	200240-1/2015	Subvenção Social	416.950,79	7.440,60		regularidade com ressalva - dev. autos
74	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	200249-7/2015	Subvenção social	120.000,00	120.000,00		regularidade com ressalva - quitação
75	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	201094-7/2015	Subvenção social (4.714.189,74)	192.280,00	192.280,95		Devolução dos autos- recurso federal
76	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	201102-0/2015	Subvenção social (4.714.189,74)	344.446,65	334.446,65		Devolução dos autos- recurso federal
77	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	210182-5/2015	Subvenção social	418.000,00	418.000,00		Regularidade com ressalva - quitação
78	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	211237-3/2015	Subvenção social	86.000,00	86.000,00		Regularidade com ressalva - quitação
79	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	214496-2/2015	subvenção social	96.000,00	96.000,00		Regularidade com ressalva - quitação
80	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	231773-1/2015	subvenção social	50.000,00	50.000,00		Regularidade com ressalva - quitação
81	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	231790-9/2015	subvenção social	360.000,00	36.000,00	4.026,43	Irregularidade - citação recolhimento
82	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	294970-4/2015	Patrimônio - Fundo Def. Criança	14.565,70	14.565,70		regularidade com ressalva - quitação
83	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	295592-5/2015	Subvenção social	42.665,00	42.665,00	500,42	Comunicação - cobrança
84	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	805211-3/2015	Concessão de bolsa de estudo	1.056.272,08	282.944,52		Comunicação - resposta
85	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	805212-7/2015	Prestação de contas almoxarifado	8.955.216,31	8.955.216,31		comunicação - resposta
86	Macaé	Tomada de Contas Especial	2015	805222-2/2015	Contrato placas transito	1.475.803,84	1.475.803,84		comunicação resposta
87	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	828851-6/2016	Contrato - locação de caminhão	2.741.020,80	2.741.020,80	3.380,00	Citação - razão de defesa ou recolhim.
88	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	827245-4/2016	Contrato - organização de evento	1.003.000,00	1.003.000,00		Notificação - defesa
89	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	827124-4/2016	Denúncia sobre merenda				Comunicação pra instauração de TCE
90	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	811284-6/2016	Subvenção social	76.800,00	76.800,00		Comunicação - saneamento do proc.
91	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	808014-6/2016	Concessão bolsa de estudo				Anexação ao Proc 805211-3/15
92	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	805086-8/2016	Subvenção social	116.832,60	116.832,60	9.298,56	Comunicação - recolhimento
93	Macaé	Tomada de Contas Especial	2016	802985-7/2016	Subvenção social	29.076,57	29.076,57		Regularidade - devolução dos autos

94	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	210451-6/2016	Inexigibilidade - Show Revellion	715.579,00	715.579,00	148.419,23	Irregularidade com aplicação de multa
95	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	204699-6/2016	Subvenção social	33.491,99	33.491,99		Regularidade com ressalvas
96	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	204638-2/2016	Pregão - Transportes	631.762,00	631.762,00		regularidade - quitação plena
97	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	202064-1/2016	Subvenção social	2.174.328,00	2.174.328,00		regularidade com ressalva - quitação
98	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	200564-7/2016	Subvenção social	128.000,00	128.000,00		regularidade - quitação plena
99	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	200569-7/2016	Subvenção social	138.000,00	138.000,00		regularidade com ressalva - quitação
100	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	200593-8/2016	Subvenção social	26.000,00	26.000,00		regularidade com ressalva - quitação
101	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	202616-0/2016	Subvenção social	40.054,26	40.054,26		regularidade com ressalva - quitação
102	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	202914-0/2016	Subvenções sociais				Descaracterização TCE - arquivo
103	Macaé	2016	Tomada de Contas Especial	221757-7/2016	Subvenção social	432.552,50	307.374,44	136.888,71	Notificação - defesa
104	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	211321-4/2017	Adiantamento	8.000,00	8.000,00	3.516,17	Irregularidade - cobrança judicial
105	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	203054-5/2017	Inexigibilidade - Show Revellion	715.579,00	715.579,00	37.678,22	Notificação - apres. Defesa/recolhim.
106	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	201274-3/2017	Contrato de gestão saúde - OSCIP	10.728.082,27	10.728.082,27	618.089,83	Notificação - apres. Defesa/recolhim.
107	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	200357-4/2017	Repasse saúde da família	19.232.157,15	3.059.401,48	2.145.277,39	Notificação - apres. Defesa/recolhim.
108	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	201668-8/2017	Contrato - plano de mob urbana	1.610.000,67	618.285,67	253.212,02	Notificação - apres. Defesa/recolhim.
109	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	210935-4/2017	Contrato emergencial limpeza	6.324.359,99	322.671,27	107.474,69	Notificação - apres. Compensação
110	Macaé	2017	Tomada de Contas Especial	211563-4/2017	Indisponível no sistema				
111	Macaé	2018	Tomada de Contas Especial	214306-7/2018	Repasse saúde da família				Comunicação - anexação 200357-4/17
112	Macaé	2018	Tomada de Contas Especial	206777-2/2018	Auditoria Gov. Locação de veículo	17.729,00	17.729,00		Regularidade - quitação
113	Macaé	2019	Tomada de Contas Especial	203719-1/2019	Continuidade Proc. 8272454/16				
114	Macaé	2019	Tomada de Contas Especial	204553-2/2019	Convênio - Esportes	1.888.226,88	1.888.226,88	334.241,03	Citação - defesa/recolhimento
115	Macaé	2020	Tomada de Contas Especial	211.871-8/20	Processo TCE-RJ nº 272.016-6/15				Anexação
116	Macaé	2019	Tomada de Contas Especial	214723-1/2019	Aquisição emerg. alim. Educ.	11.057.435,57	11.057.435,57		Comunicação - correção da Tomada
117	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	279068-9/2015	Locação de ambulância	54.500,00	54.500,00		regularidade - quitação - arquivo
118	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	273451-7/2015	Contrato de assessoria	120.298,28	120.298,28		anexação - em tramitação
119	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	203290-7/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	269.793,40	66,44	arquivamento
120	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	203261-6/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	147.231,47	234,57	arquivamento
121	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	201372-7/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	55.480,00		regularidade - quitação - arquivo
122	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200681-9/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	15.855,21		regularidade - quitação - arquivo
123	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200229-7/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	69.510,60		regularidade - quitação - arquivo
124	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200133-2/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	122.640,59		regularidade - quitação - arquivo
125	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200126-9/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	22.501,52		regularidade - quitação - arquivo

126	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200121-9/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	97.508,00		regularidade - quitação - arquivo
127	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200104-1/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	32.671,65		regularidade - quitação - arquivo
128	Quissamã	2015	Tomada de Contas Especial	200103-7/2015	Reconhecimento de dívida	919.397,29	22.501,52		regularidade - quitação - arquivo
129	Quissamã	2016	Tomada de Contas Especial	825628-6/2016	Contrato de Parceria	18.290.850,84	18.290.850,84		devolvido - refazer
130	Quissamã	2016	Tomada de Contas Especial	206839-9/2016	Contrato assessoria reg. Fund.	450.000,00	450.000,00	279.824,20	citação - recolhimento
131	Quissamã	2016	Tomada de Contas Especial	201107-2/2016	Contrato consultoria em contratos	578.113,89	578.113,89		regularidade - quitação - arquivo
132	Quissamã	2016	Tomada de Contas Especial	201099-9/2016	Convênio - produt. Rurais	9.033.300,86	9.033.300,00	6.032.152,10	citação - recolhimento
133	Quissamã	2017	Tomada de Contas Especial	200001-7/2017	Reconhecimento de dívida	919.397,29	117.507,39		regularidade - quitação - arquivo
134	São Francisco de Itabapoana	2015	Tomada de Contas Especial	200870-2/2015	Material Hospitalar	420.000,00	420.000,00		razões de defesa
135	São Francisco de Itabapoana	2015	Tomada de Contas Especial	200337-0/2015	Adiantamento	9.500,00	4.000,00	1758,08	devolvido - cobrança
136	São Francisco de Itabapoana	2017	Tomada de Contas Especial	205804-2/2017	INDISPONÍVEL PARA CONSULTA				
137	São Francisco de Itabapoana	2018	Tomada de Contas Especial	205397-1/2018	INDISPONÍVEL PARA CONSULTA				
138	São João da Barra	2015	Tomada de Contas Especial	806828-9/2015	Pagamentos indevidos	58.777,84	10.648,11	3.926,44	citação - cobrança (acórdão)
139	São João da Barra	2015	Tomada de Contas Especial	220409-3/2015	Contrato (serviço informática)	263.130,00	263.130,00		trancamento (ilíquidável)
140	São João da Barra	2015	Tomada de Contas Especial	202158-6/2015	Irregularidade de pagamento	18.293,76	18.293,76	5.153,17	em tramitação
141	São João da Barra	2015	Tomada de Contas Especial	201237-1/2015	Contrato (publicidade)	1.580.124,88	922.720,02		devolvido - refazer tomada
142	São João da Barra	2016	Tomada de Contas Especial	825411-1/2016	Contratos OSCIP	33.866.854,90	33.866.854,90		em tramitação
143	São João da Barra	2016	Tomada de Contas Especial	825286-4/2016	Bolsa de estudos	7.019.708,52	7.019.708,52		devolvido - refazer processo
144	São João da Barra	2016	Tomada de Contas Especial	825271-9/2016	Cartão Universitário	1.863.972,04	1.863.972,04		devolvido - refazer processo
145	São João da Barra	2016	Tomada de Contas Especial	822178-0/2016	Prestação de conta - ordenador	7.182,62	7.182,62	3.338,62	tramitação - quitado
146	São João da Barra	2016	Tomada de Contas Especial	808975-4/2016	Termo de Parceria (igual)				devolvido - prestar informação
147	São João da Barra	2016	Tomada de Contas Especial	201343-8/2016	Bolsa de estudos (igual)				em tramitação

Fonte: TCE/RJ. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/consulta-processo/Processo/List#>; Levantamento realizado até março/2021

ANEXO B – E-MAILS ENCAMINHADOS AOS MUNICÍPIOS

29/05/2021

Yahoo Mail - Requerimento de Informações

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: gabinete.controle@campos.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:21 BRT

Prezada Controladora,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV. O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas. Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho
OAB-RJ nº 135670
(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Campos dos Goytacazes.pdf
235.7kB

29/05/2021

Yahoo Mail - Requerimento de Informações

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: controladoria@carapebus.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:22 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV. O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas. Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho
OAB-RJ nº 135670
(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Carapebus.pdf

235.2kB

29/05/2021

Yahoo Mail - Requerimento de Informações

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)
Para: controleinterno@cardosomoreira.rj.gov.br
Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:23 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV. O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas. Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho
OAB-RJ nº 135670
(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Cardoso Moreira.pdf
235.3kB

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: semci@conceicaodemacabu.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:34 BRT

Prezada Controladora,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Conceição de Macabu.pdf

235.2kB

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: congem@macae.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:28 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV. O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho
OAB-RJ nº 135670
(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Macaé.pdf
235kB

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: controladoria@quissama.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:29 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Quissamã.pdf

235.3kB

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: cgisaofidelis@gmail.com

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:30 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - São Fidélis.pdf
236.7kB

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: controleinterno@pmsfi.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:31 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - São Francisco de Itabapoana.pdf

235.2kB

Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: marcos.brito@sjb.rj.gov.br

Data: terça-feira, 7 de julho de 2020 18:32 BRT

Prezado Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - São João da Barra.pdf
235.3kB

Não seguro

sistema.ouvidorias.gov.br/Manifestacao/ConsultarManifestacaoCidadao.aspx

gouvernador

CONTROLEADORIA GERAL DA UNIÃO

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Início

Nova Manifestação

Minhas Manifestações

ALTO CONTRASTE | VÍDEOS 27

Atsun de Souza Coelho

Usuário

Sua sessão expira em: 28:46 minutos

COMPANHIA DE GOVERNO

LEGISLAÇÃO

PARTICIPAÇÃO

ACESSO À INFORMAÇÃO

Minhas Manifestações

Informe os filtros de consulta desejados

Total de registros: 3

Ações	Número	Tipo	Órgão Destinatário	Assunto	Cadastro	Prazo	Situação
	00546 2020 000018-05	Solicitação	Prefeitura - Carapebus/RJ	Outros em Administração	11/08/2020	10/09/2020	Cadastrada
	00549 2020 000490-03	Solicitação	Prefeitura - Campos dos Goytacazes/RJ	Transparência	22/10/2020	23/11/2020	Cadastrada
	00546 2020 000020-20	Solicitação	Prefeitura - Carapebus/RJ	Transparência	22/10/2020	23/11/2020	Cadastrada

Exportar Manifestações

Voltar ao Topo

Versão 2.5.9

Direitos reservados à Controladoria-Geral da União - CGU/2017

[Fala.BR] Manifestação 00546.2020.000018-05 Registrada

De: ouvidorias@cgu.gov.br

Para: ayslansc@yahoo.com.br

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:27 BRT

Prezado(a) Sr(a) Aislan de Souza Coelho,

Sua manifestação foi registrada no **Fala.BR** com sucesso, conforme as informações abaixo. Para acompanhar o andamento da sua manifestação, acesse o sistema e utilize a opção "Minhas Manifestações".

Dados da manifestação:

Protocolo: [00546.2020.000018-05](#)

Código de Acesso: vgeo8358

Órgão ou Entidade: Prefeitura - Carapebus/RJ

Cidadão: Aislan de Souza Coelho

Tipo de Manifestação: Solicitação

Prazo para Atendimento: 10/09/2020

Descrição da Manifestação: Prezados Ouvidor e Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV. O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas. Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido. Cabe salientar que o pedido ora apresentado fora enviado ao email controladoria@carapebus.rj.gov.br em 07.07.2020, sem que houvesse resposta até a presente data. Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.
Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292

Agradecemos a sua participação.

[Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal](#)

Mensagem automática

Favor não responder a este e-mail.

Fw: Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: ouvidoria@conceicaodemacabu.rj.gov.br

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:05 BRT

Prezadas Ouvidoria e Controladora,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cumpre salientar que o pedido em questão fora encaminhado em 07.07.2020 ao email (semci@conceicaodemacabu.rj.gov.br) não tendo sido respondido até a presente data.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Conceição de Macabu.pdf

235.2kB

29/05/2021

Yahoo Mail - Fw: Requerimento de Informações

Fw: Requerimento de Informações**De:** Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)**Para:** ouvidoria@macae.rj.gov.br**Data:** terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:02 BRT

Prezados Ouvidor e Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cabe salientar que o pedido em questão fora encaminhado ao email da controladoria (congern@macae.rj.gov.br) em 07.07.2020, não tendo sido o mesmo respondido.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho
OAB-RJ nº 135670
(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Macaé.pdf

235kB

Fw: Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: fazenda@quissama.rj.gov.br

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:52 BRT

Prezada Secretária,

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas, perante a Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cumpre salientar que o pedido ora apresentado fora encaminhado à Controladoria através do e-mail controladoria@quissama.rj.gov.br em 07.07.2020, sem resposta até a presente data.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição Secretária de Fazenda Quissamã.pdf
237.3kB

Re: Requerimento de Informações

De: Secretaria Municipal de Fazenda - Prefeitura de Quissamã (fazenda@quissama.rj.gov.br)

Para: aislansc@yahoo.com.br

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 20:02 BRT

Recebido.

Verificarei a possibilidade de resposta.

Atenciosamente,

Simone Moreira
Secretária Municipal de Fazenda

De: "Aislan Coelho" <aislansc@yahoo.com.br>
Para: fazenda@quissama.rj.gov.br
Enviadas: Terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:52:41
Assunto: Fw: Requerimento de Informações

Prezada Secretária,

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas, perante a Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cumpra salientar que o pedido ora apresentado fora encaminhado à Controladoria através do e-mail controladoria@quissama.rj.gov.br em 07.07.2020, sem resposta até a presente data.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho
OAB-RJ nº 135670
(22) 998151292

Aviso Legal

Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se de divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados,

Fw: Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: saofidelisgabinete@gmail.com

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:11 BRT

Prezados Chefe de Gabinete e Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cumpre salientar que o pedido ora apresentado fora encaminhado em 07.07.2020 ao email (cgisaofidelis@gmail.com), sem no entanto ter obtido resposta até a presente data.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - São Fidélis.pdf
236.7kB

Fw: Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: gabinete@pmsfi.rj.gov.br

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:18 BRT

Prezados Chefe de Gabinete e Controlador,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cumpre salientar que o pedido ora apresentado fora encaminhado em 07.07.2020 ao e-mail (controleinterno@pmsfi.rj.gov.br), sem que houvesse resposta até a presente data.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - São Francisco de Itabapoana.pdf
235.2kB

Fw: Requerimento de Informações

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: ouvidoria@sjb.rj.gov.br

Data: terça-feira, 11 de agosto de 2020 15:31 BRT

Prezado Ouvidor,

Me chamo Aislan de Souza Coelho, sou aluno do Mestrado em Administração Pública na FGV.

O motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas.

Por esta razão, venho apresentar em anexo requerimento de informações que possam subsidiar o trabalho desenvolvido.

Cumpre salientar que o pedido ora apresentado fora devidamente encaminhado ao e-mail marcos.brito@sjb.rj.gov.br em 07.07.2020, sem que houvesse resposta até a presente data.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan Coelho

OAB-RJ nº 135670

(22) 998151292



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - São João da Barra.pdf
235.3kB

10/07/2021

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

CORONAVÍRUS (COVID-19) (HTTP://WWW.SAUDE.GOV.BR/CORONAVIRUS)

ACESSO À INFORMAÇÃO (HTTP://WWW.ACESSOAINFORMACAO.GOV.BR)

PAI

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (../Principal.aspx)



Aislan de Souza Coelho (../Login/Logout.aspx)

Usuário

Sua sessão expira em: 29:24 minutos

Minhas Manifestações

Informe os filtros de consulta desejados

Total de registros: 3

Os pedidos de acesso à informação destacados em amarelo encontram-se com prazo recursal em aberto.

Ações	Número	Tipo	Órgão Destinatário	Assunto	Cadastro	Prazo	Situação
	00546.2020.000018-05	Solicitação	Prefeitura - Carapebus/RJ	Outros em Administração	11/08/2020	10/09/2020	Cadastrada
	00549.2020.000490-63	Solicitação	Prefeitura - Campos dos Goytacazes/RJ	Transparência	22/10/2020	23/11/2020	Cadastrada
	00546.2020.000020-20	Solicitação	Prefeitura - Carapebus/RJ	Transparência	22/10/2020	23/11/2020	Cadastrada

Voltar ao Topo

Requerimento de informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: gabinete@carapebus.rj.gov.br

Data: quinta-feira, 22 de outubro de 2020 15:26 BRT

Exma. Sra Prefeita Christiane Miranda de Andrade Cordeiro

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Exa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição Solicitação de informações - Exma Prefeita de Carapebus.pdf

379.5kB

Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: gabinete@cardosomoreira.rj.gov.br

Data: quinta-feira, 22 de outubro de 2020 15:28 BRT

Exmo. Sr. Prefeito Gilson Nunes Siqueira

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Exa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição Solicitação de informações - Exmo Prefeito de Cardoso Moreira.pdf

379.6kB

Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: gabinete@conceicaodemacabu.rj.gov.br

Data: quinta-feira, 22 de outubro de 2020 15:33 BRT

Exmo. Sr. Prefeito Cláudio Eduardo Barbosa Linhares

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Exa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB



Petição Solicitação de informações - Exmo Prefeito de Conceição de Macabu.pdf
380.9kB

Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: gabinete@macae.rj.gov.br

Data: quinta-feira, 22 de outubro de 2020 15:37 BRT

Exmo. Sr. Prefeito Aluizio dos Santos Junior

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Exa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição Solicitação de informações - Exmo Prefeito de Macaé.pdf

379.7kB

Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: saofidelisgabinete@gmail.com

Data: quinta-feira, 22 de outubro de 2020 15:39 BRT

Exmo. Sr. Prefeito Amarildo Henrique Alcântara

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Exa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição Solicitação de informações - Exmo Prefeito de São Fidélis.pdf

379.6kB

**ILMO SECRETÁRIO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES SR. RODRIGO RESENDE RAMOS**

AISSAN DE SOUZA COELHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB-RJ nº. 135.670, com escritório na Avenida Graça Aranha, nº 326, sala 31, Centro, Rio de Janeiro, com base no artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, dirige-se respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Relacionadas aos procedimentos e resultados alcançados nos Processos de Tomada de Contas Comum e Especial por parte deste Município.

Desta forma solicita informações e disponibilização de documentos sobre:

- i.** O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial ?
- ii.** Quais os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas?
- iii.** Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas?
- iv.** Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.



Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: controladoria@carapebus.rj.gov.br

Data: terça-feira, 5 de janeiro de 2021 15:16 BRT

Ilma Sra.Controladora Norma Sueli

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município ano de 2020, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Sa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, solicitando desde já que acuse o recebimento deste, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Petição - Requerimento de Informações - Carapebus.pdf
111.1kB



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB

Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: controleinterno@cardosomoreira.rj.gov.br

Data: terça-feira, 5 de janeiro de 2021 15:21 BRT

Ilma Sra.Controladora Jéssica Vieira

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Projeto e Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município ano ano de 2020, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Sa. para o deferimento do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, solicitando desde já que acuse o recebimento deste, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB



Petição - Requerimento de Informações - Cardoso Moreira.pdf

111.4kB

29/05/2021

Yahoo Mail - Prefeitura de Macaé - Ouvidoria Geral

Prefeitura de Macaé - Ouvidoria Geral

De: ouvisys (noreply@macae.rj.gov.br)

Para: aislansc@yahoo.com.br

Data: terça-feira, 5 de janeiro de 2021 15:08 BRT

OUVIDORIA GERAL DE MACAÉ

SR(A),

Sua manifestação foi registrada com sucesso! Em breve entraremos em contato.

Para consultar seu processo [clique aqui](#) e digite as informações abaixo em consultar reivindicação.

Seu Número de Protocolo é 31/2021

Senha para consulta online: 1609975668

Atenciosamente,

Ouvidoria Geral de Macaé

Respeito por Você.

(22) 2772-6333 - ouvidoria@macae.rj.gov.br

Horário de funcionamento: Segunda a Sexta, de 08h às 17h

Esta é uma resposta automática, gentileza não responda-la. Para tratar novamente sobre este protocolo, entre em contato através do telefone e/ou email acima

Requerimento de Informações - Lei nº 12.527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: cgisaofidelis@gmail.com

Data: terça-feira, 5 de janeiro de 2021 15:28 BRT

Ilmo. Sr. Controlador Thiago Mota

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, no ano de 2020, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Exa. para reiterar o pedido do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Petição - Requerimento de Informações - São Fidélis.pdf
111.2kB



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf
193.1kB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PROTOCOLO: 1099/2021-1 DATA: 22/02/2021

REQUERENTE: AISLAN DE SOUZA COELHO

ASSUNTO: INFORMACAO

Cortar aqui

29/05/2021

Yahoo Mail - Requerimento de Informações - Lei nº 12527/2011

Requerimento de Informações - Lei nº 12527/2011

De: Aislan Coelho (aislansc@yahoo.com.br)

Para: edilsonsantana@macae.rj.gov.br; congem@macae.rj.gov.br

Data: quarta-feira, 3 de fevereiro de 2021 14:13 BRT

Ilmo. Sr. Controlador Edilson Santana

Me chamo Aislan de Souza Coelho e o motivo do meu contato é a busca de informações para fins de elaboração de Dissertação sobre a temática relacionada a tomada de contas no curso de Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas-FGV.

Após tentativas de obtenção de tais informações junto a Secretaria de Controle e da Ouvidoria do Município, no ano de 2020, ambas sem sucesso, coube recorrer a V. Sa. para reiterar o pedido do fornecimento de tais dados.

Desde já coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos, agradecendo desde já a atenção no aguardo de resposta.

Att.

Aislan de Souza Coelho

OAB/RJ nº 135670



Petição - Requerimento de Informações-Macaé.pdf

110.8kB



Declaração de Matrícula FGV - Aislan de Souza Coelho.pdf

193.1kB

ANEXO C – PETIÇÃO AOS MUNICÍPIOS FUNDADA NA LAI**DECLARAÇÃO**

DECLARO, a pedido do(a) interessado(a) e para os devidos fins, que **AISLAN DE SOUZA COELHO**, matriculado sob o nº 195182001, concluiu regularmente o 4º período letivo do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, estando apto à Renovação de Matrícula para o período subsequente.

DECLARO, ainda, que a validade desta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de emissão, em função do cronograma estabelecido no Calendário Acadêmico da Instituição de Ensino para o cumprimento do supra citado pelo discente.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2020.




Elzinara Cordeiro de Almeida
Secretaria de Registros Acadêmicos

FGV/SRA – Secretaria de Registros Acadêmicos
Praia de Botafogo, 190 sala 114 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – CEP: 22250-900 – Tel: +55(21)3799-5757 – www.fgv.br
Reconhecimento de Assinatura: 18ª ofício de Notas – Av. Nilo Peçanha, nº 26, Centro, Rio de Janeiro/RJ



**ILMA SECRETÁRIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO MUNICÍPIO DE
CAMPOS DOS GOYTACAZES SRA. MARCILENE BARRETO NUNES DAFLON**

AISSAN DE SOUZA COELHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB-RJ nº. 135.670, com escritório na Avenida Graça Aranha, nº 326, sala 31, Centro, Rio de Janeiro, com base no artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, dirige-se respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Relacionadas aos procedimentos e resultados alcançados nos Processos de Tomada de Contas Comum e Especial por parte deste Município.

Desta forma solicita informações e disponibilização de documentos sobre:

i. O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial ?

ii. Quais os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas?

iii. Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas?

iv. Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.

v. Relatório com os valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.

vi. Como analisa a eficácia e os resultados obtidos nos processos de Tomada de Contas instaurados pelo Município?

Inobstante o artigo 10, § 3º da Lei de Acesso à Informação, vede os motivos determinantes da solicitação, esclareço desde já que os dados obtidos serão por mim utilizados como subsídios para desenvolvimento de Projeto de Pesquisa e Dissertação no curso de Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/EBAPE sobre o tema “TOMADA DE CONTAS ESPECIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA EFICÁCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FACE AS CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE”

Desde já, requisito a apresentação das documentações respeitado o prazo legal, disponibilizando desde já o email: aislansc@yahoo.com.br para encaminhamento da resposta.

Atenciosamente

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2020



Aislân de Souza Coelho
CPF Nº 996.309.897-78

**ILMA. SECRETÁRIA DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE
CARAPEBUS SRA. NORMA SUELI FERREIRA LIMA**

AISSAN DE SOUZA COELHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB-RJ nº. 135.670, com escritório na Avenida Graça Aranha, nº 326, sala 31, Centro, Rio de Janeiro, com base no artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, dirige-se respeitosamente a Vossa Senhoria, com o objetivo de apresentar o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Relacionadas aos procedimentos e resultados alcançados nos Processos de Tomada de Contas Comum e Especial por parte deste Município.

Desta forma solicita informações e disponibilização de documentos sobre:

i. O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial ?

ii. Quais os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas?

iii. Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas?

iv. Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.

v. Relatório com os valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.

vi. Como analisa a eficácia e os resultados obtidos nos processos de Tomada de Contas instaurados pelo Município?

Inobstante o artigo 10, § 3º da Lei de Acesso à Informação, vede os motivos determinantes da solicitação, esclareço desde já que os dados obtidos serão por mim utilizados como subsídios para desenvolvimento de Projeto de Pesquisa e Dissertação no curso de Mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/EBAPE sobre o tema “TOMADA DE CONTAS ESPECIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA EFICÁCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE E RECUPERAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FACE AS CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO NORTE FLUMINENSE”

Desde já, requisito a apresentação das documentações respeitado o prazo legal, disponibilizando desde já o email: aislansc@yahoo.com.br para encaminhamento da resposta.

Atenciosamente

Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 2021



Aislân de Souza Coelho
CPF Nº 896.309.897-78

ANEXO D – REITERAÇÃO DE PEDIDO (MODELO)

EXMA. SRA. PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARAPEBUS SRA. CHRISTIANE MIRANDA DE ANDRADE CORDEIRO

AISLAN DE SOUZA COELHO, brasileiro, solteiro, advogado, OAB-RJ n°. 135.670, com escritório na Avenida Graça Aranha, n° 326, sala 31, Centro, Rio de Janeiro, com base no artigo 5°, XXXIII da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei n° 12.527/2011 – a Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, dirige-se respeitosamente a Vossa Exa., com o objetivo de apresentar o seguinte

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Tendo em vista que, após reiterados encaminhamentos deste petição à Secretaria de Transparência e Controle bem como à Ouvidoria do Município, sendo todos eles sem resposta, torna-se imprescindível reportar à V. Exa. para conhecimento e deferimento do fornecimento das informações relativos aos procedimentos e resultados alcançados nos Processos de Tomada de Contas Comum e Especial por parte deste Município.

Desta forma **solicito** informações e disponibilização de documentos sobre:

- i.** O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial ?
- ii.** Quais os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas?
- iii.** Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas?

ANEXO E – RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA
Secretaria Municipal de Controle Interno

Ofício nº 033/2020

Da: Secretaria Municipal de Controle Interno

Para: AISLAN DE SOUZA COELHO

Ref.: REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Assunto: RESPOSTA EM MEIO DIGITAL

Exmo. Senhor,

Tendo em vista o requerimento de informações relacionadas aos procedimentos e resultados alcançados nos Processos de Tomada de Contas Comum e Especial por parte deste Município, vimos informar que:

i. O Município não conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial e toma por base a Deliberação TCE-RJ nº 279/2017;.

ii. Os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas são definidos pela Procuradoria Geral do Município, por experiência temos notado que a Comissão de sindicância tem cumulado as funções com os Processos de Tomada de Contas Comum e Especial.

iii. Não Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas.

iv. Não existem valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA
Secretaria Municipal de Controle Interno

v. Não existem valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.

vi. Analisar a eficácia e os resultados obtidos nos processos de Tomada de Contas instaurados pelo Município se torna uma tarefa um pouco difícil tendo em vista que para o período em análise tivemos somente um processo de tomada de contas referente a ilegalidade do Contrato nº 08/2014, decorrente do Edital de Pregão Presencial nº 20/2014, celebrado entre a Prefeitura de São Francisco de Itabapoana e a sociedade empresária E.G. Falcão e Cia Ltda., tendo por objeto a prestação de serviço de gerenciamento e manutenção dos equipamentos médicos hospitalares, no valor de R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), e prazo de 12(doze) meses, com início em 26/09/2014, processo TCE-RJ N° 200.870-2/15.

Tal procedimentos por n fatores ainda não foi finalizado, gerando até multa pessoal para este jurisdicionado. Fato este que tem revelado a necessidade de urgentemente dispormos de uma regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial.

Quanto a análise do processo de tomada de contas comum e especial O dever constitucional de prestar contas é uma das principais obrigações a que está sujeito o agente público e, para sua fiscalização e controle, destaca-se a tomada de contas comum e especial, com objetivo de resguardar o erário e responsabilizar os agentes malversadores de recursos públicos. A tomada de contas constitui um instrumento de controle a posteriori de natureza administrativa, destinado à verificação da regularidade na guarda e aplicação dos recursos públicos, tendo em perspectiva a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ocasionado muito importante, mas que precisa receber o devido tratamento a nível municipal, senão nos controladores sempre sofreremos as consequências devido sermos os agentes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA
Secretaria Municipal de Controle Interno

responsáveis pela intermediação das decisões do TCE junto a seus jurisdicionados.

Por fim colocando-nos assim a disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, pois é premissa desta Administração atender com transparência aos requerimentos efetuados.

No mais, Colhemos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

São Francisco de Itabapoana (RJ), 11 de dezembro de 2020.

Atenciosamente

Fabiano Pessanha Rangel
Secretario de Controle Interno
Portaria 155/2017.

ANEXO F – RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
COORDENADORIA DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

São João da Barra, 17 de setembro de 2020.

INFORMAÇÃO – LEI FEDERAL Nº 12.527/2011

Assunto: **Informações sobre efetividade de Tomada de Contas** (presta)

Prezado Senhor AISLAN DE SOUZA COELHO,

Honrado em dirigir-me a Vossa Senhoria, sirvo-me do presente para, em atendimento a vossa solicitação sobre

- 1) Até o mês de agosto do exercício de 2017, o Município de São João da Barra adotava a regulamentação prevista nos arts. 3º a 10 da Lei Municipal nº 256/2013; com a edição da Deliberação TCE/RJ nº 279/2017, passou-se a cumprir suas determinações na instauração e procedimento em Tomada de Contas.
- 2) Atualmente, adotam-se as determinações da Deliberação TCE/RJ nº 279/2017, na forma do art. 6º, sendo designados servidores efetivos pelos respectivos Secretários Municipais titulares do órgão em que se deu fato sob instauração da respectiva Tomada de Contas.
- 3) Sim, consta previsão de remuneração no art. 1º da Lei Municipal nº 253/2013.
- 4) Segue relatório emitido pelo sistema contábil.
- 5) Segue relatório emitido pelo sistema contábil.
- 6) Numa visão particular a respeito do questionamento, analiso como insuficientes os resultados alcançados até então, no quesito recuperação do dano apurado, até mesmo pela imensa demora entre a ocorrência do ato prejudicial e sua efetiva apuração em sede de Tomada de Contas. Além disso, nota-se que há maior interesse apenas em ressarcimento do erário em situações envolvendo valores de menor vulto e com repercussão real em seara de direitos civis (v.g., risco à

Marcelo M. Brito
Coord. Auditoria e Controle Interno



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
COORDENADORIA DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

propriedade por eventual medida restritiva em ação judicial) e políticos (v.g., eventual inelegibilidade em virtude do art. 1º, inc. I, alínea “g” da Lei Complementar Federal nº 64/1990).

Peço escusas pelo lapso temporal para atendimento, colocando-me à disposição para esclarecimentos complementares que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

MARCOS ANDRÉ RISCADO DE BRITO
Coordenadoria de Auditoria de Controle Interno

Marcos André Riscado de Brito
Coord. Auditoria e Controle Interno



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura de São João da Barra

LEI Nº 256/2013, DE 03 DE OUTUBRO DE 2013.

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE
GRATIFICAÇÃO PARA OS MEMBROS
DAS COMISSÕES DE TOMADA DE
CONTAS ESPECIAL DETERMINADAS
PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*A CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA APROVA E EU SANCIONO E
PROMULGO A SEGUINTE LEI:*

Art. 1º – Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, gratificação para os membros das Comissões de Tomada de Contas Especial determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no valor único de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por processo concluído.

§ 1º – Considerar-se-ão concluídos os trabalhos da Comissão com a elaboração do Relatório Final no Processo de Tomada de Contas Especial.

§ 2º – A gratificação não será incorporada na remuneração ou vencimento do servidor.

§ 3º – A presente gratificação será reajustada anualmente, tomando por base o mesmo índice aplicado ao reajuste da remuneração dos servidores municipais.

Art. 2º – As referidas comissões terão por finalidade a realização de Tomadas de Contas Especial, para apurar, no prazo determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a responsabilidade por omissão ou irregularidade no dever de prestar contas ou por dano causado ao erário (devendo apurar e quantificar o eventual dano), certificar a regularidade ou irregularidade das contas e definir, no âmbito da Administração Pública, o responsável por:

I – omissão no dever de prestar contas ou prestação de contas de forma irregular;

II – dano causado ao erário;

III – outras questões apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º – As Comissões de Tomada de Contas Especial serão designadas através de Portaria emitida pelo Coordenador de Auditoria e Controle Interno, sendo compostas por no mínimo 03 (três) e no máximo de 05 (cinco) servidores com conhecimento básico sobre a legislação vigente aplicável ao caso, bem como sobre a matéria objeto da Tomada de Contas Especial.

Art. 4º – A designação dos membros das Comissões de Tomadas de Contas Especial não exime os servidores de desempenharem suas atribuições normais dos cargos efetivos ou comissionados que ocupem.

Art. 5º – O Presidente da Comissão será escolhido pelo Coordenador de Auditoria e Controle Interno, dentre os servidores por ele indicados para composição da Comissão.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura de São João da Barra

Art. 6º – Os membros da Comissão de Tomada de Contas Especial se reunirão quantas vezes a Presidência julgar necessário para tratar de assuntos referentes à Tomada de Contas Especial.

Parágrafo único – As reuniões ocorrerão preferencialmente fora do horário de expediente.

Art. 7º – Ao presidente da Comissão de Tomada de Contas Especial, incumbe:

I – Recepcionar os processos de Tomada de Contas Especial, instaurados exclusivamente pelo Controle Interno;

II – Convocar os membros da Comissão de Tomada de Contas Especial, para as sessões plenárias;

III – Requisitar junto a qualquer Secretaria informações, documentos ou qualquer outro recurso a fim de instruir os processos em andamento;

IV – Observar os prazos legais, devendo encaminhar ao órgão competente o relatório final tempestivamente, sob pena de não recebimento da gratificação de que trata o artigo 1º, exceto se restar comprovado que o atraso não se deu por conta dos membros da comissão.

V – Solicitar junto ao Controlador de Auditoria e Controle Interno dilação de prazo nos procedimentos com apresentação de justo motivo.

Art. 8º – Aos membros da Comissão de Tomada de Contas Especial incumbe:

I – Estudar os processos e assuntos que lhes forem submetidos;

II – Solicitar a documentação necessária para promover a tomada de contas, quando ocupar a função de relator.

III – Observar os prazos legais para conclusão dos processos de tomada de contas especial, sob pena de não recebimento da gratificação de que trata o artigo 1º e seus parágrafos.

Art. 9º - O membro da Comissão que solicitar suas férias, bem como qualquer licença que acarrete em afastamento do serviço deverá, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, informar ao Controlador de Auditoria e Controle Interno para que este designe servidor que o substitua no período de afastamento, fazendo este jus a gratificação prevista no artigo 1º.

Art. 10. - O membro da Comissão que desejar pedir sua exclusão definitiva da referida, deverá protocolar, no mínimo com 05 (cinco) dias úteis de antecedência, pedido por escrito ao Presidente da Comissão, para que este comunique ao Coordenador de Auditoria e Controle Interno, a fim de promover sua substituição.

Parágrafo único - Nos casos de exclusão do servidor, fará jus ao recebimento da gratificação prevista no artigo 1º o servidor que o substituir até a entrega do Relatório Final.

Art. 11 - O membro da Comissão que se ausentar a 02 (duas) ou mais reuniões da Comissão seguidas, injustificadamente, perderá o direito a gratificação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 – Todos os Secretários e Gestores dos Fundos ficam obrigados a receber as Comunicações expedidas pela Comissão e a fornecer as informações e documentos requisitados no prazo determinado pela mesma.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura de São João da Barra

Parágrafo único – A recusa no recebimento ou impossibilidade de responder às Comunicações, sem justificativa plausível, acarretará na responsabilização do responsável pelas informações, devendo tal fato ser comunicado ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 13 – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias provenientes das Secretarias que tiverem membros compondo a Comissão.

Art. 14 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João da Barra, 03 de outubro de 2013.

José Amaro Martins de Souza
Prefeito de São João da Barra

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BARRA
COORDENADORIA DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO



Inscrição Municipal	Contribuinte (Devedor)	Data Inscrição	Ano Divida	Código Divida	Status	Observação	Valor Original	correcao	Valor Total
152304	ADOLFO CARLOS CUNHA DO AMARAL	14/01/2016	2016	0013939	Parcelamento	Devolução de Valor (Adiantamento)	R\$ 1.118,04	R\$ 209,73	R\$ 1.327,77
152302	ASSOCIAÇÃO CRISTA LUZ E VIDA	15/09/2016	2017	0000003	Débito	Irregularidade de Prestação de Contas - Exercício 2008 (Proc. TCE nº 213.859-3/2011)	R\$ 30.342,12	R\$ 5.691,87	R\$ 36.033,99
83770	BRUNO AZEVEDO DA COSTA	05/09/2016	2016	0000005	Débito	Irregularidade de Tomada de Contas - Exercício 2011 (Proc. TCE nº 211.149-6/2013)	R\$ 72,98	R\$ 13,69	R\$ 86,67
84137	CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS	11/08/2015	2015	0000013	Ação Judicial	Irregularidade de Prestação de Contas - Exercício 2009 (Proc. TCE nº 234.109-5/2010)	R\$ 15.779,28	R\$ 4.821,24	R\$ 20.600,52
84137	CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS	23/10/2015	2015	0000015	Cancelado	Irregularidade de Prestação de Contas - Exercício 2008 (Proc. TCE nº 235.321-1/2010)	R\$ 261.734,39	R\$ 48.643,83	R\$ 310.378,22
84137	CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS	12/12/2016	2016	0000007	Débito	Irregularidade de Tomada de Contas Especial - Exercício 2010 (Proc. TCE nº 217.008-4/2011)	R\$ 56.554,17	R\$ 10.608,98	R\$ 67.163,15
84137	CARLA MARIA MACHADO DOS SANTOS	28/03/2019	2019	0000007	Cancelado	Irregularidade de Prestação de Contas - Exercício 2008 (Processo TCE nº 233.358-7/2013)	R\$ 10.263,30	R\$ 0,00	R\$ 10.263,30
777167	ESCOLA DE SAMBA TRINCA DE OURO	14/09/2018	2018	00000819	Débito	Irregularidade de Tomada de Contas - Exercício 2016 (Proc. TCE nº 827.694-4/16)	R\$ 65.827,50	R\$ 4.736,71	R\$ 70.564,21
7169810	JACQUELINE BELLIENY S GASPARI	16/06/2015	2013	0014195	Parcelamento	Tomada de Conta - Ano 2013 - Processo 2013.6090	R\$ 2.629,04	R\$ 1.242,87	R\$ 3.871,91
152313	LIGA SANJOANENSE DE DESPORTOS	28/03/2019	2019	0000008	Débito	Irregularidade de Prestação de Contas - Exercício 2008 (Processo TCE nº 233.358-7/2013)	R\$ 311.216,48	R\$ 7.873,04	R\$ 319.089,52
152305	LUIS GUILHERME RUSSO BARRETO	14/01/2016	2016	0013410	Pago	RESTITUIÇÃO NO VALOR DE R\$ 3.284,25 DE ACORDO COM CI 4292017 CONTROLE INTERNO E CI 3702017 FAZENDA PROCESSO 1869/2018	R\$ 3.284,25	R\$ 354,28	R\$ 3.638,53
									R\$ 843.017,79

ANEXO G – PETIÇÃO AO TCE/RJ

28/05/2021

Yahoo Mail - Ouvidoria do TCE-RJ - Confirmação de Cadastro

Ouvidoria do TCE-RJ - Confirmação de Cadastro

De: Ouvidoria do TCE-RJ (ouvidoria@tce.rj.gov.br)

Para: ayslansc@yahoo.com.br

Data: domingo, 10 de janeiro de 2021 23:31 BRT

Prezado(a) Aislan de Souza Coelho,

Sua manifestação foi registrada sob nº 215.005.401.138, em 11/01/2021 e será encaminhada para providências, com prazo de resposta previsto até 11/02/2021. Para consultar o andamento da sua manifestação acesse o link: <http://www.tce.rj.gov.br/ouvidoria/caixa/detalhes.do?codigo=215005401138>.

A Ouvidoria do TCE-RJ agradece a sua colaboração para a melhoria dos serviços prestados por esta Corte de Contas e coloca-se à disposição para novos contatos.

Pessoalmente ou Correspondências: Praça da República, 54/56 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.211-351- Das 10:00 às 16:00 horas. Informamos que o atendimento presencial da Ouvidoria atualmente está suspenso, por força do Ato Normativo Conjunto PRS-CGE nº 006/2020.

Telefone: (21) 0800 0 25 3231

Site: <http://www.tce.rj.gov.br>

Atenciosamente,

Andrea Siqueira Martins
Conselheira Substituta Ouvidora

ANEXO H – RESPOSTA DO TCE/RJ

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2021.

Aíslan de Souza Coelho

Código de Manifestação: 215.005.401.138

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº **000. 422-0/21** para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir resumidamente transcrito:

“ i. Quantas determinações de instaurações de processos de Tomada de Contas Especial foram expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado aos Municípios de Campos dos Goytacazes, Conceição de Macabu, Cardoso Moreira, Carapebus, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra no período de 2015/2020?

ii. Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020 nos municípios listados no item i.

iii. Relatório com os valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020 nos municípios listados no item i.





iv. Relatório com os valores imputados e recebidos a título de multas aos agentes públicos responsáveis pelos processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020 nos municípios listados no item i."

Em resposta, o Setor Especializado informou que:

" Inicialmente, com relação ao item "i", cabe esclarecer que a informação estruturada nos exatos moldes solicitados não é produzida por esta Corte de Contas. Não obstante, este Tribunal disponibiliza em seu sítio, por meio da ferramenta "Consulta Processual e Serviços" (vide figura abaixo), a "Consulta Processos", localizada dentro da opção "Processos", no qual será possível o acesso as Tomadas de Contas Especiais dos referidos municípios.:





Após o acesso, deverão ser preenchidos os campos “Exercício”, “Esfera”, “Ente Federativo” e “Natureza” (“Tomada de Contas” > “Especial”).

Assim, a partir da pesquisa, poderá ser obtida a coleta dos dados e sua posterior análise e consolidação.

Com relação aos itens “ii”, “iii” e “iv”, utilizando a mesma ferramenta supracitada, poderá o requerente ter acesso às Tomada de Contas Comuns e Especiais, e, por meio das decisões plenárias, obter as respostas às demandas solicitadas.”

Por fim, o Setor Especializado destacou que não serão atendidos pedidos de informação que exijam trabalhos adicionais que não sejam de competência do órgão ou entidade, conforme previsto no inciso III, do artigo 11, da Resolução nº 275 de 25/03/2013, que dispõe sobre o acesso à informação pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Resolução nº 275, de 25/03/2013

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:
(...)

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.





A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br



ANEXO I – RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

SECRETARIA MUNICIPAL DA
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Campos dos Goytacazes, 27 de janeiro de 2021.

Em atendimento ao requerimento de informações do Sr. Aislan de Souza Coelho, relacionadas aos procedimentos e resultados alcançados nos Processos de Tomadas de Contas Comum e Especial, por parte deste Município, segue:

i. O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial?

R: Não há, ainda, um manual técnico próprio municipal com procedimentos administrativos formalizados para instauração e execução das Tomadas de Contas Comum e Especial. O município conduz os procedimentos em conformidade com a legislação vigente, por meio das instruções contidas nas Deliberações expedidas pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

ii. Quais os critérios adotados para a escolha e designação dos membros das Comissões de Tomada de Contas?

R: A designação dos membros que irão compor a Comissão de Tomada de Contas se dá por meio de ato administrativo específico, que é a emissão de Portaria por parte do gestor do órgão da Administração Pública responsável pela condução da Tomada de Contas, devidamente publicada em Diário Oficial.

A escolha e a nomeação dos membros da comissão deve, ainda, seguir os seguintes critérios:

- ser composta por servidores públicos efetivos;
- que possuam conhecimento técnico e/ou familiaridade com o tema em tela;
- que não possuam envolvimento, interesse e/ou impedimentos relativos aos fatos a serem apurados e;
- que não estejam lotados no órgão central de Controle Interno municipal.

iii. Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas?

R: Não existe no município uma remuneração extra e/ou gratificação para integrantes de Comissão de Tomada de Contas.

iv. Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrentes de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020.

v. Relatório com os valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020?



SECRETARIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

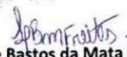
R: Os relatórios solicitados nos itens 4 e 5 sobre os valores ressarcidos ao erário e inscritos em Dívida Ativa, devem ser solicitados a Secretaria Municipal de Fazenda, pois é dela a gestão sobre tais processos, bem como todos os seus registros contábeis. A Secretaria Municipal de Fazenda é o órgão administrativo responsável pelo lançamento da Dívida Ativa e pela entrada de recursos no erário público. Desta forma, o levantamento dessa informação não pode ser realizada pela Secretaria Municipal da Transparência e Controle.

vi. Como analisa a eficácia e os resultados obtidos nos processos de Tomada de Contas instauradas pelo Município?

R: Consideramos que as Deliberações TCE/RJ nº 277 e 279/2017 possuem conceitos novos que demonstram vontade de resolver a questão da análise dos processos instaurados. Trata-se de um processo com muitas formalidades que, certamente, ainda será aperfeiçoado.

Porém, entendemos que são eficazes os resultados obtidos, na medida em que os procedimentos normatizados e padronizados pelas deliberações específicas do Tribunal de Contas do Estado aumentam a celeridade das apurações para que, assim, se alcance efetividade na responsabilização e punição dos agentes que não cumprem devidamente com seus deveres na correta aplicação dos recursos públicos.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.


Liliane Bastos da Mata Freitas
Auditora Geral do Município
CRC/RJ- 104555/O-9 - Mat. 40.385

ANEXO J – RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE MACAÉ

Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Controladoria Geral do Município
Subcontroladoria de Fiscalização e Controle



Ofício CONGEM n.º002 /2021

Macaé (RJ), 25 de março de 2021.

Assunto: Atendimento resposta ao e-mail do Dr. Aislan de Souza Coelho.

Dr. Aislan de Souza Coelho,

Cumprimentando-o, inicialmente, sirvo-me do presente para justificar a morosidade na resposta ao requerimento. Em decorrência da pandemia COVID-19, houve dificuldade no encaminhamento de respostas a diversos devido as diretrizes estabelecidas através dos 61 (sessenta e um) decretos municipais, o primeiro de nº 027/2020 e o último de nº 034/2021, com determinações e orientações para o combate à disseminação do coronavírus, dentre as quais, determina a suspensão de todas as atividades laborais no Município de Macaé/RJ, no âmbito público e privado, em conformidade com o disposto no Art. 2º do Decreto Municipal nº 199/2020, estando tais atividades, suspensas do dia 23 de março de 2020 até a presente data, decretos estes disponíveis no “Portal da Transparência” através do site “www.macaerj.gov.br”. Ocorrido que dificultou a apreciação de respostas diversas inclusive ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ademais, conforme alinhamento hierárquico da nova gestão governamental municipal, tendo em vista a nomeação recente dos representantes, inclusive desta Subcontroladoria de Fiscalização e Controle, respeitosamente respondemos o requerimento do Dr. Aislan de Souza Coelho.

- i. *“O Município conta com regulamentação (ato normativo ou legislação) própria para nortear a instauração, procedimentos e trabalhos conduzidos pelas Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas Comum e Especial?”*

R: O Município conta com a deliberação do TCE/RJ nº279 de 2017.

- ii. *“Quais os critérios adotados para escolha e designação dos membros das Comissões designadas para Processos de Tomada de Contas?”*



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Controladoria Geral do Município
Subcontroladoria de Fiscalização e Controle



R: Os Critérios são adotados de acordo com art. 6º da deliberação do TCE/RJ nº279 de 2017, cabendo ao titular do órgão jurisdicionado, a escolha e nomeação dos mesmo.

iii. *"Há previsão de remuneração aos membros da Comissão de Tomada de Contas"*

R: Não há remuneração para os membros de Comissão de Tomada de Contas.

iv. *"Relatório com os valores efetivamente ressarcidos ao erário decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020"*

R: Conforme solicitado estaremos disponibilizando uma planilha (anexa) das diversas Tomadas de Contas realizadas por esta Controladoria Geral com informações gerais as quais podem ser conferidas junto ao site do TCE-RJ "<https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/>", contudo, o controle do ressarcimento está diretamente inspecionado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Procuradoria.

v. *"Relatório com os valores inscritos em Dívida Ativa ou cobrança executiva decorrente de processos de Tomada de Contas Comum e Especial nos exercícios de 2015/2020."*

R: Após sentença do Tribunal de Contas com determinações para inscrição do responsável em dívida ativa a Secretaria de Fazenda é responsável por essa atribuição conforme Lei Municipal nº256/2016 artigo 60 inciso IV.

vi. *"Como analisa a eficácia e os resultados obtidos nos processos de Tomada de Contas instaurados pelo Município?"*

R: Após a Comissão de Tomada de Contas encaminhar o relatório dentro de prazo estabelecido é analisado tecnicamente pelo corpo instrutivo da Egrégia Corte de Contas. A eficácia das Tomadas Instauradas estão sob

UP



Estado do Rio de Janeiro
Município de Macaé
Controladoria Geral do Município
Subcontroladoria de Fiscalização e Controle

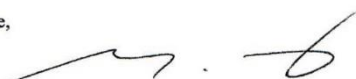


análise de auditores municipais (conforme Lei Municipal Complementar 256/2016 inciso IX) e a fiscalização do próprio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro na emissão das decisões plenárias favoráveis (com ressalvas ou sem ressalvas) ou contrárias.

Tendo em vista que a eficiência se concretiza no cumprimento da legislação mediante as Instaurações das Tomadas de Contas por esta Controladoria. Contudo, a eficácia está intrínseca as medidas e ordenamentos da Egrégia Corte de Contas quanto decisões plenárias de condenação em débito.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,


Edilson dos Santos Santanna
Controlador Geral do Município

PRÉFECTURA MUNICIPAL DE MACAÉ
RIO DE JANEIRO
Controlador Geral do Município
Edilson dos Santos Santanna
Controlador Geral
Matrícula 42.760

Anexo:
Planilha de Tomadas de Conta período 2015 à 2020

Processos Administrativos - Tomada de Contas

Nº do Processo	Processo TCE/RJ nº	Dano ao erário?	Valor de Dano ao erário	Regular / Irregular	Exercício
11063/2015	234.076-1/2006	SIM	INF. NO TCE	IRREGULARIDADE	2015
11620/2015	217.362-2/2013	NÃO		IRREGULARIDADE	2015
12114/2015	278.612-8/2015, originado do Proc. TCE/RJ 240.001-1/2010	SIM	R\$ 15.033.553,90	IRREGULARIDADE	2015
13993/2015	223.242-8/2012			INF. NO TCE	2015
16614/2015	202.316-2/2011			INF. NO TCE	2015
17767/2015	214068-3/2011	NÃO		IRREGULARIDADE	2015
20191/2015		NÃO		IRREGULARIDADE	2015
21266/2015	208.583-3/2011	SIM	R\$ 3.789.508,96	IRREGULARIDADE	2015
21501/2015	200.079-6/2013		R\$ 140.452,53	IRREGULARIDADE	2015
23293/2015	229.499-9/2014	SIM	R\$ 77.203,85	INF. NO TCE	2015
23294/2015	217.307-4/2014	SIM	R\$ 62.524,05	IRREGULARIDADE	2015
24381/2015	219.743-0/2011			INF. NO TCE	2015
24635/2003	200.292-4/2015 - 260.542-4/2004			INF. NO TCE	2015
25039/2015	217.970-3/2012			INF. NO TCE	2015
25344/2015	201.842-6/2012			INF. NO TCE	2015
25525/2015	230.438-8/2011			INF. NO TCE	2015
25526/2015	201.129-0/2011	NÃO		IRREGULARIDADE	2015
25740/2015			R\$ 20.991,18	IRREGULARIDADE	2015
27050/2015	216.741-5/2013	NÃO		REGULAR COM RESSALVAS	2015
27051/2015	203.277-5/2010	NÃO		INF. NO TCE	2015
30507/2015	217.129-6/2012	NÃO		IRREGULARIDADE	2015
32605/2015	201.084-4/2011			INF. NO TCE	2015
32995/2015	239.918-3/2012			INF. NO TCE	2015
34466/2015	219.322-8/2014	NÃO		REGULAR COM RESSALVAS	2015
35864/2015	200.928-9/2012	SIM	R\$ 445.599,07	IRREGULARIDADE	2015
41048/2015	231.971-5/2010	NÃO		REGULAR COM RESSALVAS	2015
6400/2015	214.808-9/2015	SIM	R\$ 258.076,67	IRREGULARIDADE	2015
6401/2014	200.210-2/2013	SIM	R\$ 117.835,32	IRREGULARIDADE	2015
	237.858-5/2013			INF. NO TCE	2015

ANEXO K – RESPOSTA DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ



República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
Controladoria Geral do Município

Ofício nº 006/2021 – CONGE

Quissamã, 10 de março de 2021.

Assunto: Preenchimento do Requerimento de Informações

Prezado Senhor,

Em resposta ao e-mail recebido pela Controladoria Geral, vimos cordialmente prestar informações para subsídio na elaboração de Projeto de Dissertação com a temática relacionada a Tomada de Contas.

i. O Município não dispõe de regulamentação própria, adotando assim como base a Deliberação 279/2017 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para efetivação da Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial.

ii. Hoje não temos no quadro funcional servidores designados exclusivamente para elaboração de Tomada de Contas, portanto de acordo com a demanda os membros são escolhidos aleatoriamente, sendo preferencialmente os concursados para participação em comissão de Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial.

iii. Estamos implementando remuneração em forma de gratificação para os membros de Tomada de Contas, levando em consideração o acúmulo das atividades cotidianas e a participação nos trabalhos de elaboração, porém atualmente não sendo possível, tendo em vista a Lei Complementar 173/2020.

iv. Relatório anexo.

v. Relatório anexo.

vi. A Tomada de Contas tem acarretado mecanismos capazes de assegurar de forma legítima e eficiente em evidenciar mesmo que intempestivamente à responsabilização dos agentes causadores de dano ao erário e salvaguardando o patrimônio público, mesmo que na maior proporção os valores não são restituídos aos cofres e submetem a termo de cobrança pela administração pública.

No mais, nos colocamos a disposição para prestar qualquer informação acerca do solicitado.


Cecília da Cruz Pelicioni
Controladora Geral
Matr. 2589



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
 Prefeitura Municipal de Quissamã
 Rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã - RJ

TOMADAS DE CONTAS INSCRITAS NO MUNICÍPIO

Proc. Adm.	Descrição	Objeto	Processo TCE/RJ	Secret.	DANO INSCRITO NA DÍVIDA ATIVA
11484/19	Egout Engenharia Incorporações e Saneamento Ltda	Instauração de Tomada de Contas determinada pelo MP para contratação de serviços de esgoto sanitário	-	SEMOB	R\$ 181.672,41
669/13	Simone Flores Soares	Instauração de Tomada de Contas não prestação de contas de concessão de diária	223.564-0/15	FMAS	R\$ 4.397,36
10863/17	INVISIA	Instauração de Tomada de Contas TCE/RJ - Termo de Parceria 002/2011	825.628-6/16	FMS	R\$ 1.794.871,93
1274/20	INBESPS	Instauração de Tomada de Contas TCE/RJ - Termo de Parceria 003/2011	229.471-7/14	FMS	R\$ 2.570.625,01

TOMADAS DE CONTAS AJUIZADAS

Proc. Adm.	Descrição	Objeto	Processo TCE/RJ	Secret.	DANO APURADO EM 2017
271/15	Coop. Mista dos Produtores Rurais de Quissamã	Apuração dos fatos da correta execução do convênio	233.980-7/05	SEMDE	R\$ 19.224.357,71

Cecília da Cruz Pelicioni

Cecília da Cruz Pelicioni
 Controladora Geral
 Matr. 2589



República Federativa do Brasil - Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Quissamã
Rua Conde de Araruama, 425 - Centro - Quissamã - RJ

TOMADAS DE CONTAS INSCRITA E PAGA

Proc. Adm.	Descrição	Objeto	Processo TCE/RJ	Secret.	DANO INSCRITO NA DÍVIDA ATIVA
5443/15	Inspecção Ordinária – Bolsa de Estudo	Pagamento de bolsa de estudo a estudantes no período de 2010 a 2013	220.412-8/14	SEMED	R\$ 6.748,70

Ofício da Cruz Pelicioni
Controladora Geral
Matr 7589